**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

LEONARDO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

A divulgação da história nos livros de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes

São Paulo
2016

LEONARDO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

A divulgação da história nos livros de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira.

São Paulo
2016

RESUMO

Este trabalho tem como proposta analisar algumas “obras de divulgação” da história. Centraliza-se a pesquisa nos trabalhos dos mais bem-sucedidos *jornalistas-historiadores* brasileiros: Eduardo Bueno, autor da *Coleção Terra Brasilis* e Laurentino Gomes, autor de *1808*, *1822* e *1889*. Uma das hipóteses centrais da dissertação é que dentro do campo da história, essas obras participam de uma luta pelo monopólio das representações do passado. Por isso, investigam-se os distanciamentos e as aproximações entre a escrita histórica e a escrita jornalística, estabelecendo uma relação entre textos e paratextos para entender sua produção e as condições socioculturais que permitiram sua emergência. Além disso, analisam-se os papéis que são interpretados pela mídia, pela crítica especializada, pelas editoras e pelos próprios autores na composição e repercussão daqueles livros.

Palavras-chave: Divulgação histórica. Eduardo Bueno. Jornalista-historiador. Laurentino Gomes. Paratexto.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze some historical divulgation books. The research has focused on the most successful brazilian journalists-historians: Eduardo Bueno, author of the *Coleção Terra Brasilis* and Laurentino Gomes, author of *1808*, *1822* and *1889*. One of the most important hypothesis of this dissertation is that inside the fields of history, divulgation works have participated in a contest for monopoly of representations of the past. This study has been exploring the approach and the gaps between historical writing and journalistic writing. It establishes a relation between texts and paratexts to understand the production of those publications and the sociocultural conditions for their emergence. The roles interpreted by media, by experienced book reviews, by publishing companies and by the authors are analyzed in the composition and repercution of those books.

Key-words: Historical divulgation. Eduardo Bueno. Journalist-historian. Laurentino Gomes. Paratext.

AGRADECIMENTOS

Ao Miguel Soares Palmeira, orientador e leitor mais criterioso do meu texto, por ter acreditado nesta pesquisa e pela riqueza de suas sugestões.

Às professoras Marisa Midori Deaecto e Sara Albieri, pelas contribuições no momento do exame de qualificação e por aceitarem dialogar novamente conosco na banca de defesa.

Ao professor Ronaldo Vainfas, que tão gentilmente colaborou com a dissertação ao explicar seu trabalho de revisão técnica feito na *Coleção Terra Brasilis*.

Ao Jonatas Pantoja e ao Júlio César, pelos comentários acerca da minha pesquisa e principalmente pelo bom-humor diante de certos balõesinhos que nos assombraram ao longo do curso de pós-graduação.

Às pessoas que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da dissertação: Carlos Adriano, pelos inestimáveis “pitacos”, Milena Oliveira, Renata Junqueira, Hilderman Filho, Thiago Mizzo, Salua Borges, Cristiana Ashwz, Mirella Oliveira, Luana Ilber, Felipe Zanardi, Jeane Domingos e Lilian Bento.

Aos meus pais, Mariluce e Ednaldo, meus irmãos, Leandro e Letícia, meu muito obrigado.

Ao Maurício, pelo apoio e companheirismo.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de mestrado.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AVD** *BUENO, Eduardo. A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998a.*
- NTD** *BUENO, Eduardo. Náufragos, Traficantes e Degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998b.*
- CBR** *BUENO, Eduardo. Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.*
- ACC** *BUENO, Eduardo. A Coroa, a Cruz e a Espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.*
- 1808** *GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Planeta, 2007.*
- 1822** *GOMES, Laurentino. 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.*
- 1889** *GOMES, Laurentino. 1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2013.*

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i>	<i>Discursos midiáticos sobre as “obras de divulgação”</i> _____	35
<i>Tabela 2</i>	<i>A perspectiva dos historiadores</i> _____	44
<i>Tabela 3</i>	<i>Autorrepresentação dos jornalistas-historiadores</i> _____	48
<i>Tabela 4</i>	<i>Discursos dos divulgadores sobre as obras acadêmicas</i> _____	50
<i>Tabela 5</i>	<i>Volumes da Coleção Terra Brasilis</i> _____	54
<i>Tabela 6</i>	<i>Breves sinopses</i> _____	58
<i>Tabela 7</i>	<i>Comentários bibliográficos</i> _____	65
<i>Tabela 8</i>	<i>Espaço ocupado por Eduardo Bueno</i> _____	80
<i>Tabela 9</i>	<i>Livros de história entre os mais vendidos (1990-1999)</i> _____	82
<i>Tabela 10</i>	<i>Livros lançados em torno das comemorações dos 500 anos</i> _____	88
<i>Tabela 11</i>	<i>Depoimentos sobre 1808</i> _____	101
<i>Tabela 12</i>	<i>Colaboradores de Laurentino Gomes</i> _____	103
<i>Tabela 13</i>	<i>Trabalho de pesquisa</i> _____	104
<i>Tabela 14</i>	<i>Relevância das datas para a trilogia</i> _____	113

LISTA DE IMAGENS

<i>Figura 1</i>	<i>Propaganda dos livros de Eduardo Bueno</i> _____	29
<i>Figura 2</i>	<i>Anúncio do livro Getúlio, de Lira Neto</i> _____	29
<i>Figura 3</i>	<i>Anúncio do livro 1889, de Laurentino Gomes</i> _____	30
<i>Figura 4</i>	<i>Jorge Caldeira e os livros de divulgação mais vendidos</i> _____	37
<i>Figura 5</i>	<i>Mary Del Priore e os livros de divulgação mais vendidos</i> _____	37
<i>Figura 6</i>	<i>Entrevista com o “jornalista-historiador” Eduardo Bueno</i> _____	39
<i>Figura 7</i>	<i>Apresentação de livros escritos por Leandro Narloch</i> _____	39
<i>Figura 8</i>	<i>Resenha jornalística do livro 1822</i> _____	40
<i>Figura 9</i>	<i>Resenha jornalística do livro 1808</i> _____	40
<i>Figura 10</i>	<i>Capa de A Viagem do Descobrimento, edição de 1998</i> _____	61
<i>Figura 11</i>	<i>Capa de A Viagem do Descobrimento, edição de 2006</i> _____	61
<i>Figura 12</i>	<i>Apresentação do “consultor técnico” na folha de rosto</i> _____	66
<i>Figura 13</i>	<i>Exemplo de nota lateral</i> _____	68
<i>Figura 14</i>	<i>Exemplos de paratextos</i> _____	70
<i>Figura 15</i>	<i>Capa de 1808</i> _____	98
<i>Figura 16</i>	<i>Capa de 1822</i> _____	98
<i>Figura 17</i>	<i>Capa de 1889</i> _____	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
A DIVULGAÇÃO EM HISTÓRIA	20
<i>“Obras de divulgação”: os contornos problemáticos de um gênero</i>	21
<i>Uma perspectiva editorial</i>	27
<i>A atuação da mídia no fenômeno</i>	33
<i>“Obras de divulgação” na perspectiva dos historiadores</i>	43
<i>A “divulgação” segundo os jornalistas-historiadores</i>	47
EDIÇÃO E COMEMORAÇÃO NA COLEÇÃO TERRA BRASILIS	52
<i>Compondo uma coleção: entre textos e paratextos</i>	53
<i>Os índios de Eduardo Bueno</i>	69
<i>O mercado editorial dos livros de história (anos 1990)</i>	76
<i>Comemorar para publicar ou publicar para comemorar?</i>	85
A DIVULGAÇÃO EM DATAS: AS OBRAS DE LAURENTINO GOMES	91
<i>As funções da história</i>	93
<i>Artifícios paratextuais na “trilogia das datas”</i>	96
<i>Entre histórias e reportagens</i>	112
CONCLUSÃO	120
BIBLIOGRAFIA	125

INTRODUÇÃO

Vinte seis de agosto de 2013. Final de tarde na cidade de São Paulo. Nosso interesse em analisar o êxito comercial de livros de história nos levou ao lançamento de *1889*, obra de história escrita pelo jornalista Laurentino Gomes, que aconteceria na Livraria Cultura, na Avenida Paulista. Enquanto caminhávamos neste que é um dos pontos mais movimentados da cidade, observamos ao longe quatro pessoas segurando uma grande placa em frente ao Conjunto Nacional. Repetidamente, elas cruzavam a avenida quando o semáforo fechava para o trânsito. Pensáramos se tratar de uma reivindicação trabalhista ou um protesto por alguma causa ambiental, o que não seria incomum de acontecer naquele local. Estávamos enganados. Para nossa surpresa, aproximamo-nos daquele grupo e constatamos que na placa estava escrito: “Saiba como nasceu o Brasil de hoje. Já nas livrarias”. Na camiseta dos quatro jovens estava estampado o número “1889”. Foi quando percebemos ser uma ação de propaganda do lançamento do livro que ocorreria naquela data, evento ao qual nos dirigíamos.

Na entrada da livraria, encontramos uma exposição com algumas obras de Laurentino Gomes, *1822* e *1889*. A sessão de autógrafos aconteceu no último piso da livraria. Antes de seu início, uma fila já se formara naquele espaço. Entre os primeiros leitores/clientes, víamos pessoas idosas e com outros livros em mãos. Na nossa ânsia de estruturar as informações, julgáramos ser este o público leitor das “obras de divulgação”¹ (voltaremos a tocar nessa designação posteriormente): leitores acima dos 50, 60 anos, com algum tipo de instrução formal e de classe média. Estávamos enganados. No decorrer da sessão, o público se alterou. Passamos a encontrar jovens, adultos que acabaram de sair do trabalho, gente arrumada ou desarrumada, com ou sem outros livros. Nossa lista idealizada sobre um suposto público se embaralhou. Foi quando nos demos conta da complexidade do objeto que estávamos investigando.

Nesta pesquisa, investigaremos como diferentes modos de interpretar o passado são concebidos e divulgados, principalmente em livros escritos por autores sem vínculos diretos com a historiografia profissional. Trata-se de obras que divulgam um passado entre um público leitor não acadêmico: narrativas que, de algum modo, dão coerência aos fatos transcorridos, ordenando-os de acordo com um modo editorial de representá-los. Esses trabalhos estão situados em uma condição marginal no campo das representações legítimas da

¹ Optamos por manter o termo “obra de divulgação” sempre entre aspas. Com isso, procuramos relativizar o que o termo quer dizer, pois há uma falta de concordância quando ao seu significado nos estudos acerca desse tipo de produção.

história e soam como uma voz ilegítima entre as diferentes publicações. Sua legitimidade advém do mercado de livros, dos números de vendas e da visibilidade comercial. Diante disso, esmiuçaremos as condições que viabilizaram a emergência editorial e a busca de certa autoridade intelectual para a composição de livros de divulgação da história.

Entre os vários autores que escrevem história para uma grande audiência², selecionamos dois jornalistas: Eduardo Bueno e Laurentino Gomes. Decidimos escolhê-los tanto pela visibilidade midiática que têm como por seus livros de história figurarem por um considerável tempo entre os mais vendidos no país (na categoria de não ficção).

Trata-se de dois autores que reivindicam a condição de *jornalistas que escrevem história*. Assim, Gomes e Bueno procuram a todo momento estabelecer uma diferenciação narrativa entre seus livros e trabalhos acadêmicos, não obstante esses mesmos trabalhos acadêmicos sejam cruciais na composição daqueles livros. Ambos se valem de um mesmo conjunto de artifícios literários (romantização do passado, narrativa linear, narrador onisciente, presença de diálogos etc.) e editoriais (capas bem elaboradas, boa impressão, diagramação esmerada) para granjear capital simbólico no universo de produção de livros sobre história do Brasil.

Nosso interesse em autores não acadêmicos se intensificou a partir da leitura de um artigo de Fernando Pinheiro na *Folha de S. Paulo*³, em 2013. O autor analisou a desconsideração acadêmica, no campo literário, em entender as obras e o êxito de Paulo Coelho. O trabalho é realizado sem cair na fácil explicação do sucesso pela demanda. Na reflexão, articulam-se dois movimentos para entender os significados em torno do escritor: o primeiro busca compreender o pacto do autor com os leitores na montagem de seus textos, permitindo-lhes que assumam o controle das histórias, abrindo-se em “um mergulho numa leitura de evasão”, sem a necessidade de algum tipo de iniciação para fazer parte da narrativa. Em seguida, propõe-se uma reavaliação dos critérios de exclusão e qualificação do campo literário, formado por autores canonizados, participantes daquela Literatura com L maiúsculo, a dita “Alta Literatura”.

² Cada vez mais, autores de diferentes formações profissionais e interessados em escrever histórias direcionadas para o grande público surgem no mercado de livros (diferentemente do que ocorre com obras acadêmicas que são direcionadas para os pares e são publicadas em pequenas tiragens). Nesse meio, há jornalistas (Eduardo Bueno, Laurentino Gomes, Leandro Narloch, Lucas Figueiredo, Pedro Dória, Roberto Pompeu de Toledo, Thales Guaracy) e historiadores (Lilia Schwarcz, Luciano Figueiredo, Mary Del Priore, Jean Marcel Carvalho França).

³ PINHEIRO, Fernando. Para ler Paulo Coelho. Ilustríssima. *Folha de S. Paulo*. 20 jan 2013. Disponível em < www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/89423-para-ler-paulo-coelho.shtml > Acesso em 10 Jun 2015.

Qual seria a relação entre Paulo Coelho e Eduardo Bueno⁴ e Laurentino Gomes? Evocamos a imagem de Paulo Coelho não pelo que ele escreve, mas pela recepção que suas obras têm entre leitores e críticos. O mercado, através dos números de vendas, mais do que a crítica especializada, legitima a produção de suas obras, com seus próprios critérios e prioridades. Autores como Coelho, Bueno e Gomes recebem um tipo de consagração externa aos meios acadêmicos. A figura desses escritores expõe as debilidades de uma qualificação acadêmica ainda enraizada em uma concepção essencialista das áreas do conhecimento. Estas se cercam de obstáculos para assegurar a virtuosidade de seus domínios na construção do saber e reafirmar sua autoridade na qualificação de determinada obra.

A prática de pôr em funcionamento mecanismos excludentes e valorativos na literatura, como apresentada no artigo de Fernando Pinheiro, assemelha-se aos critérios historiográficos quando se propõem a desqualificar trabalhos feitos por não acadêmicos. Assim, o que torna um texto aceito entre os “produtores legítimos” não são apenas suas características internas, e sim o lugar que lhes é reservado pela crítica e por outros detentores de capital simbólico no campo da história. São aquelas instâncias de legitimação como suplementos literários, livros didáticos, a própria história da disciplina etc.

Dadas as semelhanças com o campo historiográfico, seguimos por algumas das vias propostas por Fernando Pinheiro ao estudar o campo literário nacional. Procuramos entender o êxito das obras escritas por autores não acadêmicos e os discursos em torno de sua emergência no cenário editorial brasileiro. O êxito desses livros não denota apenas a quantidade de livros comercializados⁵ ou uma suposta valorização entre os demais trabalhos, mas entendermos os sentidos que têm para os produtores dessas obras e para os leitores que as consomem. Destacamos a importância de uma análise conjunta dos textos, da materialidade dos livros e dos discursos veiculados pela mídia, pelas editoras e pelos historiadores. Assim,

⁴ Eduardo Bueno tem outras experiências no mercado editorial além de obras gerais de história: traduziu o livro *On the road*, de Jack Kerouac; escreveu uma biografia do grupo musical Mamonas Assassinas (*Mamonas Assassinas: Blá, Blá, Blá: a Biografia Autorizada*, lançada em 1996, pela L&PM); escreveu obras institucionais encomendadas pela Caixa Econômica Federal (BUENO, Eduardo. *Caixa: uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Idéias Metalivros. 2002.), pela Kimberly & Clark (BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Indústria de Ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Buenas Idéias Metalivros. FIERGS/CIERGS. 2009). Além de ter feito uma obra sobre o time de sua preferência, o Grêmio (*Grêmio - nada pode ser maior*, publicada em 2005, pela Ediouro).

⁵ Entramos em contato com as editoras Objetiva, Nova Fronteira, Planeta e Globo para obtermos dados referentes às vendas de livros de Bueno e Gomes, bem como conseguir informações acerca da comercialização de livros de história. Em resposta, soubemos que algumas daquelas editoras têm como política o sigilo de tais informações. Indicaram-nos as informações encontradas no site do SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), porém as planilhas de dados disponíveis trazem apenas os números gerais de vendas (ficção, não ficção comercial, não ficção especialista e infantil-juvenil-educacional).

concebemos quais tipos de histórias são divulgadas para uma grande audiência e quais papéis essas obras assumem dentro da produção do conhecimento histórico.

No Brasil, a publicação de muitos desses livros surge associada às efemérides históricas, como o descobrimento do Brasil⁶, a chegada da família real portuguesa em 1808⁷ ou o aniversário de alguma cidade⁸. Nesses livros, os acontecimentos do passado são convertidos de uma possível narrativa histórica em uma narrativa novelesca, baseando-se em outros livros e documentos. Junto com um texto de caráter informativo, uma leitura de entretenimento é elaborada. Mais do que questões de gosto ou formação, a curiosidade do público passa a ser explorada nesses livros⁹. A diversão e o lazer são transportados para as histórias contadas.

Os divulgadores fazem um resgate seletivo de particularidades do real e as representam de modo a construir sentidos que possibilitam uma identificação e um reconhecimento para os leitores. Oferecem, assim, uma leitura aceitável e “convincente” do passado¹⁰. Os temas escolhidos costumam ser aqueles já bem pesquisados e explorados na historiografia profissional, ou seja, não trazem uma pesquisa inédita, e sim uma repetição de temas clássicos “traduzidos” em uma linguagem informal. Além disso, os livros são objeto de um esmerado trabalho editorial para atrair leitores, obter espaço no mercado e, consequentemente, gerar lucros.

A expressão *jornalista-historiador*, que se verá repetidamente empregada ao longo deste trabalho, foi originalmente cunhada por Thomas Skidmore.¹¹ Este não se deteve em

⁶ Como exemplo, citamos Eduardo Bueno que iniciou o lançamento dos livros que formariam a *Coleção Terra Brasilis* dois anos antes da efeméride do Descobrimento. BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998; _____. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998; _____. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999; _____. *A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

⁷ Um ano antes da comemoração dos duzentos anos da chegada da família real ao Brasil, Laurentino Gomes lançou seu livro narrando as histórias em torno desse acontecimento: *1808*.

⁸ Em comemoração aos 450 anos da cidade de São Paulo, o *jornalista-historiador* Roberto Pompeu de Toledo recontou a história da cidade desde sua fundação até o século XX. Cf. TOLEDO, Roberto Pompeu. *A capital da solidão - uma história de São Paulo das origens a 1900*. Ed. Objetiva: São Paulo, 2003.

⁹ BAUDRILLARD, Jean. A lógica social do consumo. In: _____. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007. p.47-99.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra J. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra J. (Orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 17-40.

¹¹ Skidmore utiliza a expressão ao se referir a Viana Moog (1906-1988): “*Jornalista-historiador* que reinterpretou a história das relações entre Estados Unidos e Brasil a partir de uma perspectiva nacionalista de esquerda”. Cf. SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Trad. Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.34.

formular o que queria dizer com a expressão, mas entendemos que indique um personagem situado nos limites que separam duas maneiras diferentes de representar os homens no tempo: o foco no tempo imediato, próprio do jornalismo, e a inscrição das ações humanas em um tempo histórico alargado, própria dos historiadores. No uso do termo, pretendemos, mais do que classificar o trabalho de Bueno e Gomes, explicitar a ambiguidade em que estão imersos enquanto produtores de um determinado modo de compor suas histórias. Pois, diferem de historiadores tanto por não terem essa formação institucional como por não dominarem o uso de certas operações convencionadas pela historiografia acadêmica, como a crítica documental e o cuidado em evitar o anacronismo. Além disso, destoam de algumas práticas do jornalismo, tendo alguns deles abandonado as redações após o início de seu sucesso editorial. Na pena de *jornalistas-historiadores*, o “erudito” e o “popular” se mesclam para construir um passado comercializável.

Os trabalhos escritos pelos *jornalistas-historiadores* serão aqui chamados de “obras de divulgação”. Isso se dá pelas diferenças textuais apresentadas (na comparação com os trabalhos acadêmicos de história) e pelos discursos situados em torno de tais livros. A divulgação, apesar de lidar com o passado, tem um funcionamento próprio e distinto dos livros de história acadêmica. Desenvolvemos uma reflexão para compreender os significados em torno dessas obras, problematizando como a escrita da história e a emergência de formas alternativas de discursos sobre o passado estão implicadas no desenvolvimento de novos modos de percepção da história.

Os processos de criação e recepção de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes são espaços atravessados por acordos e contradições entre diferentes modos de produzir o conhecimento histórico. As questões de autoridade acadêmica e legitimidade historiográfica orbitam, relacionadas ao autor, aos historiadores, aos jornalistas e às editoras envolvidos com a produção e notoriedade de determinada obra. Há a necessidade de uma constante capitalização de prestígio cultural e intelectual. A busca por legitimidade perpassa as páginas do livro e reverbera em discursos diversos, localizados em diferentes esferas do campo midiático, cultural e historiográfico.

Examinamos a composição física dessas obras, em seus inúmeros paratextos. Estes são entendidos pelo crítico literário francês Gérard Genette como os elementos situados nos limiares do texto, relacionados ao texto principal da obra. Além disso, influenciam a forma de interpretar determinados trabalhos.¹² Distinguem-se duas classes de paratextos: 1) os

¹² GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad.: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009.

peritextos, que estão localizados dentro do livro, como o título, subtítulos, prefácios, posfácios, notas de rodapé, epígrafes, ilustrações, erratas, capas e quaisquer outros acessórios usados na composição de um livro, enriquecendo-o simbólica e editorialmente. E, 2) os epitextos, entendidos como os elementos que se assentam fora do livro, o que não significa que deixem de apresentar juízos de valor para os leitores e proporcionar visibilidade midiática à obra, como resenhas em jornais e revistas, entrevistas, materiais de propaganda etc.

Recorremos às ideias de Genette para melhor compreendermos como se constitui um livro. Esses elementos cercam o texto do autor, atribuindo-lhe significados, tornando-o visualmente agradável, valorizando-o e chamando atenção da crítica e dos leitores. Textos e paratextos estão ligados e somente ganham sentido quando relacionados um ao outro. Para compreendermos o funcionamento de um paratexto, devemos conhecer os recursos narrativos utilizados pelos autores. De semelhante forma, os textos fazem referências aos recursos paratextuais que atravessam essas obras.

Realizamos uma análise das obras em busca de indícios que nos ajudem a entender o sucesso editorial daqueles trabalhos. Uma apreciação que se restringisse apenas aos paratextos atenuaria o papel que as narrativas de Bueno e Gomes assumem na emergência de suas obras. Do mesmo modo que a ênfase somente nos aspectos textuais abreviaria a importância do trabalho editorial para o sucesso da *Coleção Terra Brasilis* e da “trilogia das datas”. Com a análise em conjunto de textos e paratextos é possível entendermos as escolhas feitas para a constituição dessas obras e das intenções em projetar sua recepção (idealizada por seus produtores).

O primeiro *jornalista-historiador* em que nos detemos é o gaúcho Eduardo Bueno. Este iniciou sua carreira como jornalista aos dezoito anos de idade, no Rio Grande do Sul, no jornal *Zero Hora*. Anos depois, às vésperas das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, começou a redigir a *Coleção Terra Brasilis*, publicada pela Editora Objetiva. A coleção se tornou um *best-seller* no mercado editorial nacional. O trabalho é composto por livros que contam a história da Colônia: *A viagem do Descobrimento*, *Náufragos, traficantes e degredados*, *Capitães do Brasil* e *A Coroa, a Cruz e a Espada*. O lançamento das obras de Bueno robusteceu um segmento de livros em grandes proporções no mercado editorial: as histórias escritas por jornalistas. Ele se diz como “descobridor” desse nicho editorial no Brasil, sobre o passado colonial, ocupado por “ninguém”.

Os outros livros de Gomes não ficaram de fora do mural de vencedores do *Prêmio Jabuti*: 1822 venceu nas categorias de “Livro do ano de não ficção” e “Reportagem”¹⁸, em 2011. Já a premiação de 2014 deu ao 1889 o prêmio nas categorias de “Reportagem” e “Livro do Ano”¹⁹. Fizemos menção a esses prêmios obtidos pelo autor pela importância simbólica que têm para as obras laureadas. Essas premiações e diferentes publicações evidenciam que essas obras, em alguma medida, ocupam um importante espaço dentro do campo editorial.

Laurentino Gomes trabalhou como repórter e editor em diversas empresas de comunicação do Brasil, incluindo o jornal *O Estado de São Paulo* e como editor executivo da revista *Veja*, emprego que deixou após o êxito de seu primeiro livro para se dedicar à divulgação. Segundo Gomes, a ideia de escrever livros surgiu quando a revista *Veja* cancelou um projeto de distribuir, entre seus assinantes e compradores, brindes com suplementos sobre a história do Brasil. Nesse empreendimento, coordenou a equipe responsável por levantar informações históricas para os artigos que seriam publicados. A proposta inicial da revista abrangeeria o Descobrimento, a fuga da família real e a Independência. Apenas o primeiro, contudo, foi lançado.

O que esses dois *jornalistas-historiadores* teriam em comum? São oriundos de grandes meios de comunicação e ganharam exposição midiática em jornais, revistas e entrevistas. Suas histórias são uma procura por uma memória histórica do país. Nelas, os autores assumem para si a tarefa de relatar eventos ocorridos há séculos, em uma tentativa de explicar o seu presente. Seus livros podem ser (e têm sido) acusados de superficiais, sensacionalistas, coloquiais e tradicionais. Eles também abrem espaços que nos permitem debater como o passado, a escrita da história e a autoridade histórica são percebidas fora do meio acadêmico.

As histórias nas obras de Bueno e Gomes são apresentadas em forma de narrativa. A atividade de narrar uma história não é entendida como um simples meio de transmissão de nomes e datas, e sim de uma interpretação do passado. Os *jornalistas-historiadores* selecionam os personagens, as palavras e os enredos porque acreditam que suas escolhas

¹⁸ Edição do prêmio Jabuti de 2011, disponível em <<http://premiojabuti.com.br/edicoes-anteriores/premio-2011/>> Acesso em 21 fev. 2016.

¹⁹ Premiação disponível em <<http://premiojabuti.com.br/edicoes-anteriores/premio-2014/>> Acesso em 21 fev. 2016. Resultado para livro do ano, disponível em <<http://premiojabuti.com.br/livros-ano/>> Acesso em 21 fev. 2016.

sejam o melhor modo de como o passado deveria ser visto por seus leitores²⁰. Imperativos jornalísticos não estão apartados da escrita dessas histórias²¹: o “real” e a “verdade” orientam a narrativa, enquanto a “imparcialidade” e a “objetividade” estabelecem uma ordem de apresentá-la.

Apesar das diferenças temáticas e textuais em suas obras, tanto Eduardo Bueno quanto Laurentino Gomes aproveitaram comemorações históricas para lançarem seus livros. Nas redações do jornalismo, esta “oportunidade” é chamada de “gancho”, termo entendido como o “ato gerador de notícia, ou uma informação principal de um texto, que pode gerar uma reportagem ou a sua parte principal.”²² Neste contexto, o “gancho” foi uma justificativa para a produção e divulgação de suas obras. Os autores tiraram partido do clima comemorativo em torno de efemérides na mídia, em projetos públicos, na escola e em outras publicações. Isto permitiu que Bueno e Gomes criassem ligações facilmente reconhecíveis entre o passado e aquele presente comemorativo – ligações que procuram resgatar o passado ou explicar o presente. Quanto a essa ligação passado-presente-futuro, Laurentino Gomes discorre na introdução do *1889* e se questiona:

Por que história se tornou um tema popular nos últimos anos? Existem várias respostas possíveis, mas uma delas é seguramente que os brasileiros estão olhando o passado em busca de explicações para o país de hoje. Dessa maneira, procuram também se aparelhar mais adequadamente para a construção do futuro.²³

Afirmarões desse gênero tornam invisível o trabalho editorial e midiático e as questões econômicas. Por mais que as intenções se camuflem em interesses educacionais e culturais, os *jornalistas-historiadores* procuram se tornar produtores legítimos de interpretações do passado.

No entanto, não são todos os trabalhos que alcançam o êxito mercadológico daqueles escritos por Bueno e Gomes. Daí a necessidade de analisarmos os mecanismos que viabilizam o sucesso dessas obras e esmiuçarmos o que possibilita que explicações como a dada por Laurentino Gomes na citação anterior sejam utilizadas como justificativas plausíveis e aceitáveis socialmente.

²⁰ ANKERSMIT, Frank. *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012. p.50.

²¹ RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. *Revista Contracampo*, v 12. Rio de Janeiro: UFF, 2005. p. 85-102.

²² Trabalho publicado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Conhecendo a imprensa. Noções básicas da linguagem jornalística*. Disponível em < <http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/GlossarioConhecendoAImprensa.pdf> > Acesso em 01 mai. 2015.

²³ *1889*, p.27.

Na tentativa de popularizar o conhecimento histórico, nas obras dos *jornalistas-historiadores*, os imperativos acadêmicos não são completamente menosprezados: apresentam-se notas de rodapé, utilizam-se obras historiográficas consagradas e documentos históricos. As exigências do mercado, da editora e da universidade procuram ser parcialmente atendidas em uma fusão não isenta de contradições e disputas. A ambiguidade do trabalho de divulgação se caracteriza por combinar ora uma posição, ora outra, em uma busca para construir uma obra.

No primeiro capítulo, intitulado *A divulgação em história*, mostramos como o saber acadêmico e a prática jornalística contribuíram para a consolidação de um modo editorial de representar o passado através nas “obras de divulgação”. Entendemos a divulgação histórica através de estratégias utilizadas pela mídia, pelos divulgadores e pelos profissionais acadêmicos. Tais agentes de discursos instituem (ou criam obstáculos a) um espaço para a divulgação dentro do campo dos historiadores. Colocamos em evidência os discursos midiáticos e acadêmicos com o intuito de examinarmos o funcionamento e legitimidade do trabalho de divulgação e, assim, termos subsídios para entendermos seu estabelecimento no mercado de livros como uma possibilidade de escrita da história.

No capítulo seguinte, *Edição e comemoração na Coleção Terra Brasilis*, verificamos como textos e paratextos se cruzam resultando em um modo editorial de representar o passado. Essas obras apareceram em um determinado momento do mercado de livros, o final da década de 1990. Procuramos, com isso, realçar suas relações com o contexto do campo editorial e das comemorações, buscando problematizar a ideia da existência um suposto “espaço editorial vazio” que teria favorecido o êxito da coleção.

No capítulo *A divulgação em datas: as obras de Laurentino Gomes*, mapeamos a composição textual que possibilitou a criação da trilogia. O intuito é de explorarmos como o autor construiu suas narrativas ao manipular paratextos e obras historiográficas na tentativa de obter credibilidade. O conhecimento histórico acadêmico é operado de forma ambivalente nas páginas do livro, de acordo com o valor que tenha para o autor naquele momento. Ao contrário de Eduardo Bueno e dos artifícios editoriais dentro do livro, a preocupação maior de Gomes é mostrar ao leitor suas provas e testemunhas da história que escreve.

Nos capítulos sobre as obras dos dois *jornalistas-historiadores*, há algumas semelhanças no tratamento do objeto: considerações paratextuais (capas e outros trabalhos editoriais) e textuais. Apesar de se tratar dos mesmos elementos, exploraremos as particularidades de cada autor e livros. Autores e editoras enfatizam diferentes aspectos em cada produção. Há discursos que sempre se referem somente a Eduardo Bueno (espaço

editorial vazio). Questionado sobre as semelhanças de seus livros e os de Bueno, em bate-papo realizado pelo site UOL, em 2008, Laurentino Gomes respondeu que “ele romanceia um pouco, diferente de mim. Eu uso uma metodologia de apuração explicando de onde tirei a informação.”²⁴

Na conclusão desta dissertação, apresentaremos uma descrição ampla da emergência e da presença das "obras de divulgação" no mercado de livros. Faremos uma síntese das constatações a que chegamos acerca dos diferentes discursos referentes à produção não acadêmica de história e das funções delegadas às múltiplas técnicas empregadas na valorização simbólica desses trabalhos.

²⁴ GOMES, Laurentino. Bate-papo com Laurentino Gomes. 27 fev 2008. Conversa entre autores e leitores que era organizada pelo UOL. Disponível em < <http://tc.batepapo.uol.com.br/convidados/arquivo/livros/laurentino-gomes-fala-de-historia-do-brasil-e-do-best-seller-1808.jhtm> > Acesso em 10 mai. 2016.

1. A DIVULGAÇÃO EM HISTÓRIA

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 2010, Laurentino Gomes afirmou que gostaria muito de ser convidado para dar uma palestra na Universidade de São Paulo. Alegou que estava em busca de entender o modo como o meio acadêmico interpreta o fenômeno editorial de livros de história escritos por jornalistas.²⁵ Gomes reconhece na instituição universitária a prerrogativa de analisar acontecimentos desta ordem. Podemos imaginar a importância simbólica que teria para seu próprio trabalho conquistar algum espaço no campo de historiadores.

Compreendemos melhor os papéis dos *jornalistas-historiadores* e das “obras de divulgação” ao averiguarmos os diversos estratos que os constituíram, a saber, a mídia, as editoras, o mercado e a universidade. No decorrer do presente capítulo, exploraremos alguns discursos de jornalistas, historiadores e divulgadores para analisarmos os modos como as obras não acadêmicas de história ganham diferentes entendimentos quando postas em circulação. Trata-se de abordar esses livros a partir de diferentes ângulos, considerando as diferentes concepções do que seja o trabalho de divulgação para os agentes sociais envolvidos em sua produção.

A princípio, os destinatários seriam o diferenciador entre os livros de Laurentino Gomes e Eduardo Bueno e aqueles escritos por pesquisadores acadêmicos. As obras de divulgadores estariam direcionadas a um público heterogêneo²⁶, aos leitores sem contatos diretos com os estudos historiográficos produzidos nas universidades, ao passo que os livros escritos por acadêmicos teriam como público-alvo seus pares. Entretanto, essa sistematização se torna problemática ao observarmos que trabalhos de historiadores profissionais como Mary Del Priore²⁷, Lilia Schwarcz²⁸ ou Luciano Figueiredo²⁹ são direcionados ao mercado e aos

²⁵ GOMES, Laurentino. “1822” é “candidato natural” a virar minissérie. *Folha Online*. São Paulo. 18 set. 2010. Entrevista concedida ao jornalista Marcos Peres. Disponível em < <http://noticias.bol.uol.com.br/folhaonline/ilustrada/2010/09/18/laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a-virar-minisserie.jhtm> > Acesso em 18 abr. 2015.

²⁶ Sobre o público de produtos culturais, ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p.135-139.

²⁷ Mary Del Priore é autora de mais de 40 obras, sobre temas variados entre a história do Brasil colonial e alguns personagens envolvidos com a família imperial no século XIX. Alguns de seus livros entraram na lista de *best-sellers*, como PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas*. Sexualidade e Erotismo na História do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011. E _____. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

²⁸ Entre suas várias obras, destacamos SCHWARCZ, L. K. M. *As barbas do Imperador*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. E o recém-lançado, _____. & STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Durante a escrita do presente capítulo, verificamos que o último lançamento de Schwarcz se encontrava no primeiro lugar dos livros mais vendidos na categoria de “não ficção” da *Revista*

leitores não iniciados. Por outro lado, livros escritos por alguns jornalistas não se limitariam ao grande público. Vejamos o exemplo das obras de Elio Gaspari³⁰ cujos livros sobre a ditadura brasileira se tornaram referências nas pesquisas sobre aquele período da história e popularizaram o tema.³¹

Alguns outros elementos que compõem as obras são encarados como estratégias em busca de visibilidade no mercado, da forma utilizada por editoras, varejistas e pelos próprios autores, para chegarem ao destinatário final do livro. Os produtores das “obras de divulgação” se valem dos meios midiáticos no anseio de promover seu trabalho, desse modo, a mídia se torna um poderoso aliado em sua emergência. Os discursos em jornais, revistas e entrevistas, arquitetados em torno desses objetos, revelam algumas manifestações que possibilitam pensarmos os *jornalistas-historiadores* como produtores de certo tipos de histórias, diferentes daquelas escritas por historiadores acadêmicos.

As maneiras pelas quais os produtores de discursos utilizam certas técnicas editoriais e retóricas impulsionam o surgimento e a circulação de determinada obra, como ao usarem de comparações com a criação acadêmica, em um jogo de aproximações e distanciamentos. Antes de uma análise da composição dos livros, faz-se proveitoso retrocedermos e nos determos em compreender o que são estes livros. O que queremos dizer quando utilizamos o termo “divulgação”? Analisaremos os sentidos dados àquilo que se convencionou chamar de “obras de divulgação”, para então, em seguida, captarmos de forma mais abrangente sua irrupção e êxito.

1.1 “OBRAS DE DIVULGAÇÃO”: OS CONTORNOS PROBLEMÁTICOS DE UM GÊNERO

Para um entendimento do fenômeno editorial de autores que escrevem para um público não especializado, esquadramos diversos entendimentos sobre a divulgação em

Veja, na penúltima semana do mês de Maio/2015. Disponível em < http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/ > Acesso em 26 mai. 2015.

²⁹ Luciano Figueiredo é professor na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ele organizou em uma mesma obra vários capítulos da história brasileira escritas por diversos autores, “em uma linguagem acessível, mas sem perder o tratamento cuidadoso.” Ver FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

³⁰ Gaspari escreveu uma monumental coletânea acerca da ditadura: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002a; ____ *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002b; ____ *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003; ____ *A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

³¹ NAPOLITANO, Marcos. Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro. In: *Revista de Sociologia e Política*. 2004, n.23, p.193-196.

que o acadêmico e o popular se sintetizam na construção de representações do passado. E, a partir de possíveis cruzamentos de ideias, compreendemos como se dá a emergência das obras não acadêmicas dentro dos campos da história e do mercado.

Encontramos algumas dificuldades ao tentar definir o que seria a divulgação. A designação limita a compreensão desse trabalho editorial sempre que adotado para apresentar uma diferenciação valorativa entre as obras acadêmicas - escritas de um profissional para seus pares - e o que um *jornalista-historiador* escreve - obras destinadas a uma audiência não especializada. Neste sentido, o termo adquire o caráter de julgamento de valor, utilizado em tons pejorativos e de desqualificação para uma rígida demarcação entre diferentes saberes. Além disso, a expressão “obra de divulgação” pode designar quaisquer livros postos em circulação no mercado editorial, dado que pretendem divulgar algo. Mesmo trabalhos acadêmicos procuram divulgar uma pesquisa quando publicados.

No dicionário *Caldas Aulete*³², a definição para o termo “divulgar” é apresentada como: “tornar público, fazer com que (algo) seja do conhecimento de muita gente. Fazer conhecer almejando publicidade”. Uma simples definição que traduziria algumas das características das atividades dos divulgadores. Há outra nomenclatura para se referir a essas obras: a “vulgarização”. No mesmo dicionário, esse termo é explicado como a “ação ou resultado de vulgarizar (-se), tornar (-se) comum, bem difundido, popularizado. Ação ou resultado de se tornar baixo, desprezível.” A “vulgarização” adquire contornos depreciativos ao indicar que a circulação de livros de divulgação/vulgarização do conhecimento pode se tornar “desprezível”.

A compreensão do que seriam as obras de história não acadêmica é tão movediça que podem ser classificadas como “obras fronteiriças” ou obras de “quase história”, por se tratar de trabalhos que utilizam estratégias e técnicas provenientes de diferentes modos de representar o passado, como a literatura e a história. Pois, estas narrativas “contemplam em sua produção elementos da produção acadêmica, mas que em sua construção expositiva utilizam os recursos da narrativa literária com liberdade e liberalidade”³³. O aparecimento das “obras fronteiriças” no Brasil estaria relacionado à modernização de uma sociedade composta por indivíduos com identidades fragmentadas, que buscam uma homogeneidade no passado; ao poder que as narrativas têm ao inspirar o leitor a despertar a imaginação e às profundas

³² Disponível em < <http://www.aulete.com.br/> > Acesso em dez. 2015.

³³ ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. O campo da história e as “obras fronteiriças”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.48, p. 13-30, 2009. p.13.

relações entre a história e a literatura.³⁴ São obras que se manifestam a partir da articulação entre diferentes saberes e determinados estilos de escrita, o que torna difícil alguma generalização que possa classificá-las adequadamente.

Um exemplo de “obra fronteiriça” é o *Almanaque Abril*³⁵. As informações históricas que esta publicação divulga são construídas em uma “encruzilhada de gêneros”, por conter características de almanaques, biografias, manuais didáticos e anuários. O passado, como descrito nessa publicação, contém aspectos que mesclam aspectos da história ensinada, do conhecimento histórico acadêmico e do discurso jornalístico. Com isso, uma separação entre um espaço de historiadores e um espaço de divulgadores não ocorre com a simples análise das narrativas que compõem os livros à venda nas livrarias. De fato, muitas obras como o *Almanaque Abril* são “o resultado é um conjunto complexo, de difícil apreensão, de histórias e memórias híbridas”³⁶.

O caráter híbrido ou fronteiriço de uma determinada obra nos leva a supor que a demarcação de limites que separasse os diversos tipos de histórias se tornaria problemática nos livros de divulgação. Uma delimitação entre diferentes formas de organizar o passado expressa a ideia de que existe uma maneira correta de escrever a história, literatura ou quaisquer outras formas do conhecimento. Porém, aquilo que é aceito como “correto” é convencionalizado por diferentes grupos intelectuais e modificado ao longo do tempo. De certo modo, a edificação de limites se torna questionável ao denotar que se existem obras nos cruzamentos entre os gêneros, na medida em que misturam características diversas, há obras longe destas interseções, que se mantêm intactas e puras diante de qualquer “corrupção” oriunda das práticas de divulgação e comercialização do conhecimento.

O esmaecimento entre as fronteiras de diferentes modos de produzir conhecimento não acontece apenas com a história: próxima dos questionamentos enfrentados pela divulgação histórica, a divulgação científica também encara algumas inquietações acerca de seu papel na formação do saber. Durante o século XIX, o termo vulgarização científica se referia à atividade de difundir a ciência entre um público leigo, por meio de jornais, palestras

³⁴ ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. O campo da história e as “obras fronteiriças”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.48, p. 13-30, 2009. p.23.

³⁵ O *Almanaque Abril* é uma enciclopédia publicada anualmente pela *Editora Abril* desde 1974, contém seções com cronologias, dados de referência, acontecimentos do último ano, informações sobre história, política, saúde e outros. Além de mapas, gráficos, tabelas e curiosidades. Essa publicação foi analisada no livro *A máquina da memória*, escrito por Mateus Henrique Pereira e publicado em 2009, pela EDUSC.

³⁶ PEREIRA, Mateus H. F. *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: EDUSC, 2009. p.19.

ou livros.³⁷ Quanto à terminologia, o termo “divulgação científica” passou a ser utilizado somente a partir do século XX. Essa mudança ocorreu porque o termo “vulgarização” ganhou sentidos pejorativos. Há outro termo para se referir a essas obras: “popularização”. Este é utilizado no Brasil com “divulgação científica” de forma indistinta, porém alguns autores preferem este último, para evitar quaisquer usos pejorativos.³⁸

O ofício do divulgador é “mais permeável a outros discursos, se comparado ao texto científico” e com o trabalho daqueles que divulgam o conhecimento para além da universidade há uma “conexão entre público e cientistas. Estes teriam acesso às demandas e expectativas sociais, que em alguns casos, podem influenciar as diretrizes da pesquisa científica”³⁹. O divulgador assume a posição de “mediador” entre os leitores e os trabalhos acadêmicos.

Além dessas perspectivas, há o entendimento de que a divulgação constitui um gênero específico, entendida como uma atividade de formulação de um novo discurso, diferente do discurso acadêmico.⁴⁰ A divulgação não é uma deformidade do discurso científico. Tem métodos próprios e sem a necessidade de ter as obras acadêmicas como parâmetro exclusivo. Seu valor não está de acordo com a proximidade e semelhança que teria com os trabalhos acadêmicos.

A disparidade entre as duas formas de produzir conhecimento reside principalmente na linguagem utilizada, causada pela mudança de destinatário da obra. Pois, com o deslocamento do lugar do destinatário (leitor ou leitora), o lugar do enunciador (autor ou autora) também se altera. Dessa forma, “todas as demais configurações do cenário”, como linguagem, canais de comunicação, fontes e formatos do texto são modificados. Porquanto, “submetido a outras condições de produção, o discurso científico deixa de ser o que é”⁴¹. Passa a ser um novo discurso, outro gênero de difusão do saber, situado em outro lugar, diferente da posição ocupada em um primeiro momento.

³⁷ VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, jul.-dez. 2008. p.137.

³⁸ *Ibid.*, p.138.

³⁹ *Ibid.*, p.144.

⁴⁰ Ahamos conveniente recorrer às pesquisas de Lilian Zamboni, que tratam da divulgação científica, porque em muitos aspectos, assemelham-se aos debates que surgem dentro do campo das divulgações historiográficas. Cf. ZAMBONI, Lilian. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

⁴¹ ZAMBONI, Lilian. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001. p.62.

No que diz respeito ao estilo e por ser direcionado ao leitor leigo, nas palavras de Lilian Zamboni, o discurso de divulgação científica (e poderíamos acrescentar, histórica):

Deve dispensar a linguagem esotérica exigida pelo discurso científico preparado por e para especialistas e abrir-se para o emprego de analogias, aproximações, comparações. Simplificações – recursos que contribuem para corporificar um estilo que vai se constituir como marca da atividade de vulgarização discursiva.⁴²

As obras acadêmicas deixam de ser o discurso-fonte, são reformuladas e passam a ser concebidas como “um dos ingredientes constantes das condições de produção da divulgação científica”⁴³. São passíveis de serem manipuladas pelas mãos do divulgador, que usa esse conhecimento da forma que julgue mais conveniente na composição do texto. Porém, Zamboni, ao comentar sobre certa autonomia do divulgador, desconsidera o fato de que isso não significa que o *jornalista-escritor* empregue os trabalhos científicos de forma aleatória e casual na composição de seu próprio projeto.

Certas continuidades entre livros não acadêmicos e as obras de profissionais ainda se mantêm inalteradas. O autor ou a equipe responsável pela edição do texto preservam alguns elementos nos desdobramentos entre essas duas formas de organização do conhecimento, como algumas características e metodologias partilhadas, exibição de notas de rodapé, citações de fontes e certos artifícios capazes de proporcionar legitimidade às “obras de divulgação” enquanto pretendem apresentar algum grau de cientificidade e características semelhantes aos trabalhos acadêmicos. A proximidade da divulgação com a universidade é estabelecida de modo ambíguo. Mais do que isto, ela é estratégica: se aproxima para se assemelhar e absorver certas características, e distancia-se para não se confundir com a produção acadêmica.

Zamboni assume um tom conciliador ao entender a vulgarização científica enquanto outro discurso, o que amenizaria conflitos entre jornalistas e cientistas. A autora acredita que se ambos profissionais absorvessem a noção de que a divulgação constitui um gênero próprio, “poderiam ter um entendimento mais propício à boa convivência, porque saberiam que cabe a cada um deles produzir discursos diferentes”⁴⁴, pois não se trata de um único gênero, direcionado a um único público ou às mesmas condições de trabalho e circulação. Esse apaziguamento não significa esquecer as relações históricas que vinculam a ciência e sua

⁴² ZAMBONI, Lilian. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica*: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados, 2001. p.89.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Ibid.*, p.141.

popularização, mas “estabelecer uma nova ordem ontológica na qual o discurso vulgarizador não se identifica com o discurso da ciência”⁴⁵.

Livros interessados em popularizar o conhecimento são uma produção peculiar, em que as regras de sua produção e circulação precisam ser compreendidas. Os entendimentos corporativistas, que situam os livros não acadêmicos em um tipo de nível inferior na hierarquia das obras, costumam criticar para se defenderem de alguma possível concorrência. Um balanço sobre esses livros que examine além dos limites do texto requer que se reconheçam as diferentes técnicas utilizadas para a construção das histórias que contam, porque estes textos apresentam uma maneira distinta de ordenar os fatos.

As “obras de divulgação” se formam a partir de um cruzamento de narrativas historiográficas com narrativas jornalísticas, o que não significa que seja uma combinação livre de incoerências. Elas se adaptam a múltiplos procedimentos literários para a construção de uma representação do passado que consiga informar e entreter seu leitor. Sua linguagem combina ordenação linear da apresentação dos acontecimentos acompanhada de intervalos com explicações teóricas e didáticas, formando o equilíbrio entre estrutura narrativa e conteúdo historiográfico. Constroem-se narrações oniscientes em terceira pessoa, por meio das quais os autores apresentam suas histórias.⁴⁶ Essas obras se manifestam como uma convergência de gêneros que apresentam determinada história já cristalizada na cultura por uma historiografia dita tradicional. Aproveitam-se de recortes temporais, obras acadêmicas, temáticas debatidas e de uma volumosa pesquisa já realizada. A cultura média (para nosso propósito, as obras não acadêmicas) se define a partir de uma “cultura legítima”, ou seja, aquela só é criada e renovada ao tomar de empréstimo métodos e assuntos mais divulgados ou mais fáceis de serem reescritos de acordo com as exigências do mercado.⁴⁷

As “obras de divulgação” demonstram como o passado pode ser representado e articulado na cultura contemporânea. Elas são uma manifestação de como o conhecimento histórico é incorporado na nossa sociedade contemporânea. Não o passado enquanto objeto de estudo do historiador, mas o passado que circula nos meios de comunicação, que mantém estereótipos e incorreções históricas. Esse passado ganha sentido quando divulgado em uma sociedade industrializada e que procura uma origem histórica a seu modo. Os *jornalistas-*

⁴⁵ ZAMBONI, Lilian. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001. p.141.

⁴⁶ LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p.213.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p.143-145.

historiadores apresentam um tempo que tem continuidade e fundamento para os leitores dos dias de hoje. A história popularizada se constitui de informações rápidas e de fácil assimilação, que não gerem controvérsias e grandes discussões.⁴⁸

Os grupos que impõem suas representações do passado estabelecem interpretações para os acontecimentos e detêm o poder de dizer o que pode ser aceito como história na sociedade.⁴⁹ São diferentes processos formadores de um conhecimento histórico que é posto à venda, materializado nas “obras de divulgação”. Um conjunto de sátiras e explicações que combinam um passado cômico e outro dramatizado. Curiosidades (por exemplo, descrições de como era a vida em alto-mar durante as viagens no século XVI) e acontecimentos inusitados (como o acometimento de piolhos durante a viagem da família real ao Brasil, em 1808, ou o problema de saúde de Dom Pedro I na ocasião da independência, em 1822) se entrelaçam com excertos de documentos históricos e com biografia de grandes personagens do passado. Seus modos de vida, sentimentos e trabalhos são teatralizados. Um grande espetáculo é montado na obra.

O trabalho de divulgação mantém uma relação de ambiguidade com a história acadêmica, visto que não pode negá-la completamente, pois dela retira seus temas e conteúdos, tampouco pode assumi-la integralmente, tanto pela falta daquela formação quanto pela necessidade de estabelecer diferenciações. Mais do que apontamentos sobre coerência e veracidade de determinada narrativa historiográfica, a criação do conhecimento histórico é atravessada pelo poder, seja ideológico, político ou institucional. O divulgador se coloca nesse meio, reconhecendo as estratégias do campo, aceita suas regras a fim de entrar nesse espaço e disputar o monopólio das representações do passado.

1.2 UMA PERSPECTIVA EDITORIAL

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), entidades que reúnem boa parcela de editores e livreiros brasileiros, acompanham o desenvolvimento do setor e divulgam anualmente o relatório *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. Baseiam-se em pesquisas conduzidas pela Fundação Instituto de

⁴⁸ Pierre Bourdieu elenca algumas das características encontradas na “arte média”, aquela produzida dentro de um sistema de indústria cultural: técnicas e efeitos estéticos, exclusão de temas controversos, a presença de lugares-comuns com os quais os leitores se identifiquem etc. Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p.137.

⁴⁹ PESAVENTO, Sandra. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.39-43.

Pesquisas Econômicas (Fipe) e elaboradas com estimativas a partir de amostras fornecidas pelas editoras. A publicação de 2013 informa que o mercado de livros brasileiro produziu aproximadamente 468 milhões de exemplares de diversos gêneros em 2012 e gerou receitas de cerca de R\$ 5,4 bilhões. As informações sobre a publicação de livros nos primeiros anos do século XXI traduzem um quadro favorável para os leitores e editoras porque apresentam o progressivo aumento na fabricação de livros e o crescimento de faturamento para as empresas editoriais.⁵⁰

Dentro do negócio dos livros, a publicidade se manifesta como um processo comunicativo em que a persuasão se torna a peça-chave na relação entre editoras, livrarias e leitores. Nesta associação se reitera a exaltação de qualidades de um objeto, no caso dos livros. São feitos elogios à linguagem e a fácil compreensão. Ou ainda, a incitação da necessidade em adquirir uma dada obra⁵¹. Atrai-se o leitor pela sua curiosidade em descobrir as origens e o desconhecido no passado. Além disso, o conhecimento proporciona certo status para seus detentores. Os significados e expectativas criados em torno dos livros são expostos para uma audiência. Enfatizam-se as estratégias e os valores invocados na composição desse trabalho editorial⁵². Captamos uma das facetas das relações em que estão envolvidas as obras de história escritas por não acadêmicos: as ligações de um entretenimento baseado na leitura e um conhecimento que é apresentado como necessário.

Destacamos alguns trabalhos de publicidade realizados durante o lançamento das obras, a saber, os dois primeiros volumes da *Coleção Terra Brasilis*, de Eduardo Bueno, lançado em 1998, pela Editora Objetiva (Figura 1); o primeiro volume da trilogia *Getúlio*, de Lira Neto, lançado pela Companhia das Letras, em 2012 (figura 2) e o livro *1889*, de Laurentino Gomes, publicado em 2013, pela Editora Globo (Figura 3) :

⁵⁰ Uma lista resumida sobre os números do mercado editorial brasileiro entre 1990 a 2013 se encontra no endereço: <http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/> > Acesso em 20 abr. 2015.

⁵¹ GOMES, Neusa Demartini. *Publicidade: comunicação persuasiva*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p.42.

⁵² DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.124.

Figura 1 - Propaganda dos livros *A Viagem do Descobrimento* e *Náufragos, Traficantes e Degredados*, de Eduardo Bueno, em 1998, no *Jornal do Brasil*.⁵³

"EDUARDO BUENO RECUPERA PARA O LEITOR O PRAZER DE LER E CONHECER A HISTÓRIA DO BRASIL." JORNAL DO BRASIL

"PESQUISANDO E REVELANDO NUM TEXTO ÁGIL E ENVOLVENTE UM LADO POUCO EXPLORADO DA HISTÓRIA DO BRASIL. BUENO CATIVOU MILHARES DE LEITORES EM TODO O PAÍS." O GLOBO

"OS LIVROS DE EDUARDO BUENO DÃO SABOR DE AVENTURA A HISTÓRIA DO BRASIL." GAZETA DO POVO - CURITIBA

COLEÇÃO TERRA BRASILIS - A HISTÓRIA MENOS CONHECIDA DO BRASIL.

Em *A Viagem do Descobrimento*, Eduardo Bueno narra a épica aventura de Pedro Álvares Cabral, repleta de episódios e figuras fascinantes. Em *Náufragos, Traficantes e Degredados*, o autor nos revela a realidade dos primeiros homens brancos que viveram no Brasil, lançando um novo olhar sobre o nosso passado. Descubra você também por que mais de 80.000 pessoas já compraram estes livros, colocando-os em 1º e 2º lugares nas listas de mais vendidos. *A Viagem do Descobrimento*, 148 págs., R\$ 16,00. *Náufragos, Traficantes e Degredados*, 200 págs., R\$ 17,50. Nas livrarias ou pelo Disque-Objetiva: 0800 22 44 66. Ligação gratuita. Internet: <http://www.objetiva.com.br>

(Fonte: Propaganda dos livros de Eduardo Bueno encontrada na edição de 12 dez. de 1998, do *Jornal do Brasil*, p.29).

Figura 2 - Anúncio do livro *Getúlio*, de Lira Neto. Lançado em 2012

LIRA NETO

GETÚLIO
1882-1936
Dos anos de formação à conquista do poder

LEIA GETÚLIO. ENTENDA O BRASIL.

O primeiro volume da mais completa biografia já feita sobre Getúlio Vargas está à venda.

- Biografia em 3 volumes;
- Vasta pesquisa em documentos e fontes primárias;
- 50 mil páginas de documentos catalogados só para o primeiro volume;
- Pesquisa no Brasil e em outros 5 países: Inglaterra, EUA, Alemanha, Itália e Argentina.

LIRA NETO

COMPANHIA DAS LETRAS

(Fonte: Disponível em < <http://www.liraneto.com/2012/05/leia-getulio-entenda-o-brasil.html> > Acesso em 22 abr. 2015).

⁵³ Como a edição se encontra pouco legível, transcrevemos o texto do anúncio: “Em **A Viagem do Descobrimento**, Eduardo Bueno narra a épica aventura de Pedro Álvares Cabral, repleta der episódios e figuras fascinantes. Em **Náufragos, Traficantes e Degredados**, o autor nos revela a realidade dos primeiros homens brancos que viveram no Brasil, lançando um novo olhar sob o nosso passado. Descubra você também por que mais de 80.000 pessoas já compraram estes livros, colocando-os em 1º e 2º lugares nas listas dos mais vendidos. **A Viagem do Descobrimento**, 148 págs., por R\$16,00. **Náufragos, Traficantes e Degredados**, 200 págs., R\$17,50.” [grifos no original].

Figura 3 - Anúncio do livro *1889*, de Laurentino Gomes

(Fonte: Disponível em < <http://livrosonline.blog-de.net/laurentino-gomes-1889-sessoes-autografos/> > Acesso em 15 de mar. 2015).

Há algumas similaridades entre as ações de marketing feitas por aquelas grandes editoras brasileiras (Objetiva, Companhia das Letras e Globo Livros): o cuidadoso uso de palavras, de diferentes formatos tipográficos e de cores nos materiais funcionam como elementos de persuasão na propaganda. A apresentação de verbos no imperativo, “Leia”, “Entenda” e “Saiba”, são usados para manifestar ordem, apelo pela concretização de algum estímulo ou exortação para que se execute a ação apontada pelo verbo. Os livros (Figuras 2 e 3) aparecem centralizados nas imagens para que os olhares estejam atentos para o material sendo lançado. Na Figura 2, a atenção recai sobre a obra, quando lemos que se trata, como a editora classifica, de a “mais completa biografia” e na Figura 3, o foco é o escritor, qualificado como “autor *best-seller*”. Nos modos como o livro é apresentado, o leitor reconhece certas características de uma obra de cunho histórico: o nome de um dos mais famosos personagens da política brasileira ou a busca pela genealogia do país, por exemplo.

A Figura 1 traz em sua propaganda elogios veiculados em outros veículos de comunicação, tendo em comum a qualificação da linguagem utilizada na escrita das obras. Ao contrário do que ocorre na Figura 2, o caráter mercadológico do livro não é eufemizado, sendo apresentado apenas como um meio de saber mais sobre o passado, como acontece nas outras duas peças de marketing. O aspecto comercial dos livros é acentuado e transformado em propaganda. Os livros de Eduardo Bueno são apresentados junto com números de pessoas que os adquiriram. Os leitores são convidados a fazer parte desse número, para isso são exibidos os valores e canais de compra.

Apesar do grande número de títulos, autores e valores, determinados livros de história obtêm bom desempenho mercadológico. Como se tornam *best-sellers*? Para obtermos uma compreensão mais ampla, saímos do âmbito do marketing direto para adentrarmos nos discursos em torno da composição da obra. Pois autores e editores costumam indicar como

preparar um livro que tenha bons números de vendas. Na série intitulada “Como publicar o primeiro livro”, publicado no site *GI* na semana anterior à Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2011, o diretor editorial da Editora *LeYa*, Pascoal Soto, responsável pela publicação dos livros do jornalista Leandro Narloch, disse que

É preciso dominar a língua, ter uma história significativa para contar e saber contá-la de forma acessível. Tem muito autor que não se preocupa com isso e escreve sem pensar no leitor. Para tentar se tornar um *best-seller*, o pretendente a escritor precisa pensar no leitor o tempo todo.⁵⁴

Uma fórmula simples: bastaria usar uma linguagem coloquial para lograr algum êxito de vendas. Entretanto, o sucesso não é tão simples quanto quer nos fazer crer Soto. Esse jogo em busca do “pódio” no mercado de livros envolve alguns outros mecanismos. O grande interesse do mercado é obter retorno financeiro⁵⁵, dissimulado por pretextos sociais e culturais. Os motivos apresentados pelo editor se articulam na tentativa de conceber um *best-seller*, palavra que estará presente nas reportagens, entrevistas e discursos envolvendo as obras e autores que popularizam o conhecimento histórico.

Os produtores de livros utilizam a categoria de *best-seller* para se referir aos seus trabalhos, como na propaganda do livro de Laurentino Gomes (Figura 3). O termo *best-seller* revela mais do que pretende: quando se refere à “obra de divulgação”, ele é utilizado como um dispositivo de diferenciação entre os trabalhos de história, como se a obra “séria” se mantivesse impoluta, longe da corrupção mundana do mercado e dedicada aos intelectuais, enquanto o *best-seller* demonstraria uma licenciosidade na constituição de determinado conhecimento. São observações encontradas no campo do simbólico, mas que refletem em questões comerciais e culturais.

Pela sua recorrência na divulgação das obras dos *jornalistas-historiadores*, deteremo-nos em alguns conceitos que envolvem a qualidade de *best-seller* e suas implicações. Alguns estudos dedicam atenção ao comércio brasileiro de livros na área da literatura⁵⁶, o que se aplica a área da história, tendo em vista algumas similaridades quando encontradas divisões entre uma alta e baixa literatura ou na canonização de determinadas obras e autores, tanto pelo mercado quanto pela universidade.

⁵⁴ BUARQUE, Daniel. Receita do *best-seller*. *GI*, São Paulo. 09 set. 2011. Disponível em < <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html> > Acesso em 23 abr. 2015.

⁵⁵ HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.69.

⁵⁶ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: COMARTE/ FAPESP, 1996. p.23-24.

O termo *best-seller* suporta duas definições: a primeira, em uma perspectiva mais quantitativa e literal, indica os livros mais vendidos em determinado local e época. Em uma acepção ligada ao mercado editorial e às listas de mais vendidos publicadas nos jornais e revistas. Atribui-se o sucesso comercial à facilitação econômica, perceptível com o barateamento dos produtos culturais e à facilitação psicológica, que se resume a gerar a simplificação de conteúdos desses livros, para torná-los mais atrativos aos consumidores.⁵⁷ A segunda definição para *best-seller* está relacionada às características internas de determinadas obras, em certos tipos de literatura ou textos destinados a um mercado amplo.

A explicação para o sucesso dos *best-sellers* pode ser entendida pelas características que remetem ao “gosto popular”, como uma narrativa linear de lutas, romances e dramas, a presença de heróis e de uma aventura. Instigam-se a curiosidade e a imaginação dos leitores. A retórica dos livros mais vendidos seria efeito de uma ação capitalista sobre o conhecimento, em que deve haver um rápido consumo. Alguns mecanismos constituem os livros mais vendidos de literatura⁵⁸, os quais encontramos nos *best-sellers* em história: como a presença do herói dotado de contornos românticos (como o “aventureiro e namorado” D. Pedro I dos livros de Laurentino Gomes); atualidade informativo-jornalística, com intuito de atrair a atenção do leitor (análogo à história da corrupção no Brasil feita por Eduardo Bueno durante as investigações do *Mensalão*); um constante jogo de oposições: o bem contra o mal, a guerra e a paz (por exemplo, os constantes conflitos entre portugueses e grupos indígenas descritos nas obras de Eduardo Bueno).

Os trabalhos publicitários e as noções de *best-sellers* não rendem efeitos isoladamente, isto é, não bastaria a repetição extenuante se a ela não se conectassem determinados valores, se não se arquitetasse narrativas reafirmando as vantagens das “obras de divulgação”, como entender e conhecer o Brasil (Figuras 2 e 3) ou descobrir histórias pouco contadas do passado (Figura 1). Laurentino Gomes, Eduardo Bueno ou algum outro autor *best-seller* não surgem do nada, emergem em uma rede de discursos e práticas. As

⁵⁷ Sandra Reimão apresenta três entendimentos sobre a função do *best-seller*. A primeira delas, denominada “teoria do degrau”, afirma que a literatura trivial é um passo na preparação do leitor para levá-lo a uma futura leitura das obras canônicas. A segunda abordagem, a “teoria do hiato e regressão”, alega que há um fosso intransponível entre a atividade acadêmica e o mercado. A popularização do conhecimento através das obras *best-seller* apenas repete e justifica os preconceitos e mentalidades da sociedade e impede que o leitor adquira alguma autonomia crítica. Na terceira posição para compreender o *best-seller*, denominada de “teoria do filtro”, entende que os problemas vinculados à indústria cultural são sanados ou revertidos através de um “filtro” de rejeição e seleção do qual disporia o leitor, que aparecem tanto pelo contato com a alta literatura quanto por esferas como a cidadania, vivência e interação social.

⁵⁸ SODRÉ, Muniz. *Best-Seller: a Literatura de Mercado*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1997. p.25-26.

caracterizações que as editoras outorgam para a “obra de divulgação” promovem o livro e o autor.

No negócio dos livros, as editoras têm uma forte aliada: a mídia. Quanto mais se falar de um título em resenhas ou críticas entusiasmadas, seja pela mídia ou por profissionais da área, maior será a probabilidade de que outros personagens deste jogo comecem a falar sobre (e comprar) essas obras. A mídia influencia os efeitos que uma atividade gera e a forma que a obra é compreendida pelo público em geral. Sua relação com as obras *best-sellers* de história é nosso próximo tópico.

1.3 A ATUAÇÃO DA MÍDIA NO FENÔMENO EDITORIAL

Em um país de proporções continentais, como é o caso do Brasil, somente confiar em distribuidoras e pontos de vendas locais não é suficiente para popularizar uma obra no mercado nacional. O papel que a mídia assume ao tratar de um projeto é um dos diferenciais que as “obras de divulgação” têm a seu favor. A mídia também participa de uma disputa por certas interpretações do passado. Referimo-nos a determinados veículos de comunicação quando se propõem a apresentar e propagandear livros em suas páginas, impressas ou digitais, como encontrados nas seções específicas dos cadernos de cultura ou literatura em jornais. Não nos deteremos na recepção midiática que os leitores têm, pois suas manifestações não são discursos irresistíveis ou exposições ingênuas e desinteressadas, como se estivessem à procura de um receptor sem autonomia para reagir às suas investidas⁵⁹.

Entre diversas publicações, destacamos a seção *Ilustrada* do jornal *Folha de S. Paulo*; *Diversão e Arte*, do *Correio Braziliense*; *Idéias*, do *Jornal do Brasil*; as revistas de temática histórica, como a *Revista de História da Biblioteca Nacional* e outras publicações periódicas, como as revistas *Veja* e *Época*. São canais que combinam múltiplos discursos através dos quais a sociedade produz e faz circular suas informações⁶⁰; estabelecem-se hábitos, modificam-se identidades e sedimentam-se ideias⁶¹; e pela sua abrangência, proporcionam a determinadas pessoas e trabalhos a oportunidade de se tornarem conhecidas e

⁵⁹ MORIN, Edgar. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). In: *Revista Famecos*, n.20, Porto Alegre, 2003. p. 07-12.

⁶⁰ FRANÇA, Vera V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia* (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

⁶¹ KELLNER, Douglas. Televisão, propaganda e construção da identidade pós-moderna. In: _____. *A cultura da mídia*. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad.: Ivone Benedetti. Bauru/SP: EDUSC, 2001. p.295-334.

de ganharem visibilidade em diferentes espaços⁶². Estes são disputados pelas editoras, ou algum outro produtor de bem cultural, que, ansiosos por exposição, usam essa difusão “gratuita” e eficiente, o que os aproxima dos potenciais leitores. A publicação de notícias na imprensa pode até ser gratuita, o que não significa que não haja interesses em jogo, pois não são quaisquer autores e títulos que figuram nas páginas de jornal.

Os discursos presentes na mídia qualificam determinado trabalho a partir da persuasão, argumentação e repetição - ferramentas retóricas⁶³ - de elogios, entendimentos e críticas. Os meios de comunicação têm certo poder de fazer crer e ver, influenciando contextos sociais e culturais e elaborando novos significados simbólicos, além de ratificar preconceitos e ideias, em discursos que se apresentam como instituidores de valores e verdades⁶⁴. O poder de fazer-crer se expressa nas palavras encontradas em jornais e revistas e na legitimidade conferida por quem (re)produz os discursos e pelos seus leitores. Esses discursos não estão à espera de serem assimilados e entendidos, são instrumentos de legitimação e de autoridade, estão destinados a serem avaliados e acreditados.

A mídia faz uso de certos mecanismos que servem como ferramentas de exposição de certo autor, como entrevistas e resenhas de suas obras, o que gera publicidade e sucesso de vendas, tão almejado pelas equipes envolvidas na feitura de um livro, embora ter a mídia a favor não seja sinônimo de certeza de um bom desempenho comercial, altos números de vendas ou que a obra se torne *best-seller*. Adquirir visibilidade pela mídia é obter um tipo de reconhecimento no espaço público que pode servir para chamar a atenção dos leitores e consumidores para a situação de um determinado trabalho, uma pessoa ou para promover alguma causa.⁶⁵

Os discursos jornalísticos são resultados de complexas práticas em que articulam estruturas, métodos de produção, conteúdos, posicionamentos políticos, éticos e ideológicos, nem sempre explicitamente declarados. Os discursos midiáticos, da mesma forma que transformam as “obras de divulgação” em notícias, colaboram com a visibilidade editorial do trabalho de um divulgador. Com a visibilidade que a mídia proporciona, faz-se alusão às

⁶² THOMPSON, John. A nova visibilidade. *Matrizes*. São Paulo, v.1, n.2, abr. 2008, p.15-38. Disponível em < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82/124> > Acesso em 27 abr. 2016.

⁶³ SILVERSTONE, Roger. Retórica. In: _____. Por que estudar a mídia? 3ªed. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p.63-77.

⁶⁴ SILVA, Ellen & SANTOS, Suely Emilia. O Impacto e a Influência da Mídia sobre a Produção da Subjetividade. In: *XV Encontro Nacional da ABRAPSO*, 2009, Maceió. Anais de trabalhos Completos - XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009.

⁶⁵ THOMPSON, *loc. cit.*

questões de publicidade para o livro, aos enunciados que viabilizam a irrupção de uma criação não acadêmica de história, realizando a sistematização de saberes e práticas em relação ao *jornalista-historiador* e livro de sua autoria.

O jornalista talvez seja o profissional mais bem “capacitado” para esta difusão historiográfica, pela facilidade em se comunicar ou por sua inserção no mercado editorial, como afirma o sociólogo Alexandre Bergamo. “O jornalista é um escritor profissional” que usa algumas técnicas jornalísticas para escrever livros de história, pois “o jornalista é, antes de mais nada, um especialista na escrita voltada para não especialistas”⁶⁶. Dentro da universidade são proferidos discursos semelhantes e apresentados de forma muito mais intensa nos meios de comunicação. Robustecem-se em torno do *jornalista-historiador* características que naturalizam o seu trabalho, dotam-no de um tipo de imagem quase “mítica”, de que pode apresentar qualquer tema com êxito.

Organizamos um breve levantamento com alguns dos modos pelos quais os livros escritos pelos *jornalistas-historiadores* são apresentados em periódicos. São manifestações feitas por outros jornalistas que sabem do alcance do conteúdo veiculado naqueles jornais e revistas. Além disso, criam significados para as “obras de divulgação” e sedimentam uma ideia, apresentando as “obras de divulgação” em contraposição com as obras acadêmicas. Seus discursos se parecem com vitrines expondo alguma peça, realçando suas qualidades, no caso desses livros, sua linguagem.

Tabela 1: Discursos midiáticos sobre as “obras de divulgação”

JORNALISTA-HISTORIADOR DIVULGADO	APRESENTAÇÃO	AUTOR	SUPORTE DE COMUNICAÇÃO
Eduardo Bueno	O jornalista se debruçou sobre uma centena de livros, incluindo clássicos como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Hollanda e Jaime Cortesão, além de obras-primas como os trabalhos de Bóris Fausto sobre o tema - para contar, com um texto exato, detalhes nunca antes revelados sobre o período mais nebuloso da história do país.	Eduardo Graça	<i>Jornal do Brasil</i> (13 nov. 1998)

⁶⁶ BERGAMO, Alexandre. A escrita do presente: mudanças no status cultural do jornalismo. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloísa (orgs.). *Cultura e sociedade*: Brasil e Argentina. São Paulo: Ed. USP, 2014. P.211-239.

Eduardo Bueno	Ao contrário de muitos livros acadêmicos, feitos em geral para outros acadêmicos lerem, 'A Viagem do Descobrimento' é tão fácil de ler quanto uma história em quadrinhos.	Redação	<i>Ilustrada (Folha de S. Paulo - 03 out. 1998)</i>
Laurentino Gomes	Assistir Laurentino Gomes falar da chegada da corte no Brasil é vivenciar a história de maneira prazerosa e estimulante.	Marina Lemle	<i>Revista de História Da Biblioteca Nacional (20 jun. 2008)</i>
Eduardo Bueno	O que enriquece os textos de Bueno é uma espécie de gordura trans da história: detalhes menores que são ignorados por historiadores sérios (como os socos dados por D. Pedro I nos queixos das crianças que iam beijar a sua mão), mas que são capazes de dar sabor.	Maria Carolina Maia	<i>Meus Livros (Revista Veja - 04 set. 2010)</i>
Laurentino Gomes	A obra se insere num mercado crescente de livros de história que procuram explicar o Brasil aos brasileiros e o seu papel no mundo.	Mario Sabino	<i>Livros e Televisão (Revista Veja - 08 set. 2010)</i>
Vários	Bem pesquisados, amparados na melhor bibliografia especializada, esses são livros que buscam se afastar do ranço acadêmico.	Jerônimo Teixeira	<i>Livros (Revista Veja - 08 set. 2010)</i>
Roberto Pompeu de Toledo ⁶⁷	Pompeu comprova uma tese de historiografia, ainda por ser escrita: nas últimas décadas, alguns dos melhores relatos históricos sobre o Brasil foram escritos por jornalistas.	Leão Serva	<i>Ilustrada (Folha de S. Paulo - 23 mai. 2015)</i>

Alguns desses discursos partem da premissa de que os livros produzidos por historiadores profissionais não servem para determinados públicos. A partir da prática de desqualificação do fazer acadêmico, o discurso jornalístico reverbera na qualificação da “obra de divulgação”. Cria-se a imagem de uma história com sabor e ineditismo. Os trabalhos dos divulgadores são apresentados como trabalhos diferentes das obras acadêmicas, como resultado de “pesquisas detalhadas” e com teor de entretenimento, quando comparadas com

⁶⁷ Jornalista e autor de “obras de divulgação”. Entre suas obras, destacamos: TOLEDO, Roberto Pompeu. *A capital da solidão* - uma história de São Paulo das origens a 1900. Ed. Objetiva: São Paulo, 2003; _____. *A Capital da vertigem* - uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Ed. Objetiva: São Paulo, 2015.

histórias em quadrinhos. Esses discursos, além de divulgarem as obras, corporificam na mídia as disputas classificatórias em torno de certas representações do conhecimento histórico, que se aproximam dos leitores sem qualquer necessidade de alguma iniciação acadêmica.

Nos comentários da Tabela 1, o entendimento do que seja a história, ao menos do que esses jornalistas entendem por história, é apresentado juntamente com a instituição de um modelo de antagonismo, em que a atividade acadêmica de história é mal vista e deve ser remendada através de alguma associação com aquilo que o *jornalista-historiador* produz. A persuasão dos jornalistas em periódicos naturaliza a “obra de divulgação” e acrescenta a ela capital simbólico do campo midiático através de críticas positivas e publicidade.

Entre esses artigos apresentados, destaca-se o publicado em 2010, escrito pelo jornalista Jerônimo Teixeira, editor de artes e espetáculos da *Revista Veja* na época. Entre a imagem de uma coluna de livros populares de história e as fotos de Jorge Caldeira em uma página (Figura 4), e de Mary Del Priore, na seguinte (Figura 5), Teixeira faz o apanhado sobre os lançamentos editoriais de livros de história daquele ano (2010).

Figura 4 - Jorge Caldeira, um *jornalista-historiador*.

Figura 5 - A historiadora Mary Del Priore, também uma divulgadora.

Livros

DESCONFORTO NA ACADEMIA
Jorge Caldeira, o mundo não corresponde mais à história tal como se ensina nos livros didáticos

no Brasil pela Nova Fronteira, já vendeu 75.000 cópias. Responder pelo interesse do grande público, o papel do indivíduo virou sendo interpretado pela historiografia não à esquerda. “O engajamento provocado pelo marxismo dentro da comunidade acadêmica em dois gêneros muito importantes da história que é a Biografia”, diz Mary, ela mostra, antes de biografias como *O Príncipe Malfeito*, sobre Pedro Augusto, neto do imperador dom Pedro II que morreu ao tentar a coroa.

O Pálio dessas obras em formato também tem permitido que os autores ingressem no mercado através de conferências em escolas e empresas. Mary diz que a investigação para a *Revista Veja* surgiu da vontade que os autores de não poucos corporativistas demonstraram por obter uma “concedida” em história. “Acredito que a história pode até ajudar no crescimento profissional”, diz. Por si só, sua função utilitária já seria repetida história por conteúdo da esquerda, o estudo da esquerda dentro servir à educação, e não ao sucesso no emprego.

Os best-sellers de história vão além de um importante forte de canal de distribuição da escola, corrigindo distorções às vezes caricatizadamente ideológicas de alguns livros didáticos.

O jornalista *Guia Político-econômico* *Decorado da História do Brasil* tem fazendo sucesso justamente graças a sua vertez desconhecida. No ano que vem o autor é o senhor Norberto, em parceria com o jornalista de *VEJA* Duda Teixeira, deve lançar pela editora Leya uma versão mais interativa do livro — o *Guia Político-econômico* *Decorado da História do Brasil* *Leya*, dedicado

NÚMEROS HISTÓRICOS	QUIZA	1808	A VILAGEM DO DESCORRIMENTO	MISSA	VISTORIA DA VIDA
Editora	Objetiva	Objetiva	Objetiva	Objetiva	Objetiva
Número de livros vendidos nos últimos anos	600.000	228.000	160.000	150.000	150.000

148 | O ESTADO DE SÃO PAULO | 14 de maio de 2010

(Fonte: TEIXEIRA, Jerônimo. Um passado bem presente. *Revista Veja*. São Paulo: p. 146 – 149. 08 set. 2010.)

FUNÇÃO UTILITÁRIA
Mary Del Priore: o conhecimento de história como instrumento para quem deseja crescer na profissão

a desconexão factual de livros como *Belos e Cheirosos*, entre outros. “Há um mal-estar na história os livros não são mais a mesma coisa. O mundo que está ao redor não parece resultado dessa história que eles estão ensinando, é uma coisa muito diferente”, diz Jorge Caldeira, autor de *Miss Mônica*, biografia do grande empresário do Segundo Império que, lançada em 1995, vendeu mais de 100.000 exemplares. Hoje à frente da editora Manchete, Caldeira afirma-se um tanto das edições voltadas para o grande público para se destacar a obras mais especializadas de história econômica, como *História da Brasil com Empreendedores*.

Entretanto, porém, quem imagina que a destruição de livros seja o interesse próximo dos livros de história que têm chegado à condição de best-sellers. Pelo contrário, eles têm mesmo ao ser um importante meio de comunicação. A história brasileira tem passado por sucessivos processos de desmontagem, da República radicalizando as figuras do Império ao atual governo se lançando como marco zero de tudo que é bom no país. Mas o Brasil, como todos esses sucessos tem prêmios, não consegue vencer. “Não me lembro em que o ‘tudo o que é bom no país’ virou best-seller e se tenta apagar o passado, não há resposta mais eficiente que a história”, define Mary Del Priore.

NÚMEROS HISTÓRICOS	QUIZA	1808	A VILAGEM DO DESCORRIMENTO	MISSA	VISTORIA DA VIDA
Editora	Objetiva	Objetiva	Objetiva	Objetiva	Objetiva
Número de livros vendidos nos últimos anos	600.000	228.000	160.000	150.000	150.000

148 | O ESTADO DE SÃO PAULO | 14 de maio de 2010

(Fonte: TEIXEIRA, Jerônimo. Um passado bem presente. *Revista Veja*. São Paulo: p. 146 – 149. 08 set. 2010.)

Nas duas páginas do artigo escrito por Teixeira, além das imagens de dois divulgadores, são apresentados os “números históricos” de vendas dos mais recentes *best-sellers* de história, apontando a solidez do segmento editorial de livros escritos por historiadores e jornalistas.

O autor da reportagem utiliza diferentes imagens em seu discurso: para a história acadêmica, atribui-lhe “ranço”; ao leitor, o jornalista confere debilidade por fracassar na compreensão do passado, embora não por culpa própria, pois a privação se originou desde tempos escolares, ou seja, culpa dos professores-historiadores de formação. Por fim, o jornalista ressalta a imagem dos leitores destinatários da obra. Eles aparecem de forma neutra, como personagens à espera de um conhecimento que os salvaria da ignorância do passado. Diante deste quadro, Teixeira atribui certos papéis para os livros, chamados pelo jornalista de “*best-sellers* de história”:

Os *best-sellers* de história vão além: têm a importantíssima função de sanar deficiências da escola, corrigindo distorções às vezes caricaturalmente ideológicas de alguns livros didáticos.⁶⁸

Entre certa “história rançosa” e o suposto público “órfão” se incorpora a figura da divulgação da história, como a resposta ao quadro caótico na educação apresentado por Teixeira. Não que as situações retratadas sejam inventadas pelo jornalista ou irreais, o que ressaltamos é a forma estratégica em que as informações são articuladas na reportagem, criam efeitos de “realidade” e “verdade” e acabam por naturalizar a necessidade de livros não acadêmicos nesse quadro de obscuridade educacional e cultural noticiado.

Tanto o conteúdo dos artigos revela determinado entendimento acerca da divulgação, como os títulos dos textos jornalísticos evidenciam a concepção que se tem sobre aqueles livros. A compreensão começa pelo título, norteando a leitura que se seguirá e preparando o leitor para o texto. Mais do que simples formalidades textuais, os títulos dos artigos de jornais não são “meros artifícios publicitários, mas chaves para a decodificação da mensagem, se convenientemente propostos.”⁶⁹

Os títulos dos artigos são aparatos iniciais que dão visibilidade. Neles, antes dos próprios textos elogiosos, as obras, recém-lançadas à época da publicação dos artigos, aparecem com características próprias. O foco em determinados aspectos idealizam uma

⁶⁸ TEIXEIRA, Jerônimo. Um passado bem presente. *Revista Veja*. São Paulo: p. 146 – 149. 08 set. 2010.

⁶⁹ GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. p.51.

abstração do que seria um suposto gênero de “divulgação”. Os jornalistas utilizam as adjetivações como ferramentas para persuadir e convencer o leitor para se interessar e comprar o livro que está sendo abordado. O título funciona como mecanismo para valorizar a obra que está sendo retratada. Esses adjetivos são justificativas consideráveis para que se crie um diferencial naquela obra. Os jornalistas buscam alguns efeitos que proporcionem sentidos estratégicos ao objeto divulgado.

Selecionamos alguns títulos de matérias e entrevistas em que a história não acadêmica é o assunto principal.

Figura 6 - Entrevista com o jornalista-historiador Eduardo Bueno, em 1999

(Fonte: BUENO, Eduardo. O historiador pop. *Isto É*. 24 fev.1999. Entrevista concedida a Celina Côrtes. Disponível em <
http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/28843_O+HISTORIADOR+POP > Acesso em 01 jun. 2015.)

Figura 7 - Apresentação de livros de Leandro Narloch, em 2011

(Fonte: MESSIAS, Carlos; ALMEIDA, Marco. História é coisa do passado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2011. Disponível em <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3008201109.htm> > Acesso em 21 abr. 2015).

Figura 8 - Resenha jornalística de 1822, publicada em 2010.

(Fonte: SABINO, Mario. Quando a História é uma delícia. *Revista Veja*. São Paulo: pp. 141 – 145, 08 set.).

Figura 9 - Resenha do livro 1808, publicada em 2007.

(Fonte: SALIBA, Elias Thomé. A realceza em saborosos capítulos. Caderno 2 de *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. D-2, 30 set. 2007).

No título sobre Leandro Narloch (Figura 7), os jornalistas da *Folha de S. Paulo* fazem rápida apreciação de suas obras, usam comentários de alguns historiadores e do próprio autor. Eles expressam a história como algo que ficou para trás e apresentam os “Guias” de autoria de Narloch como algo novo por “desmistificar heróis da esquerda.”

Já o título seguinte (Figura 8), da *Revista Veja*, trata-se de resenha de cinco páginas, de autoria do jornalista Mario Sabino, sobre o segundo livro de Laurentino Gomes, *1822*, publicado em 2010. Na primeira parte do artigo aparece uma pequena reprodução da capa do livro e como imagem de fundo, parte do quadro *Independência ou Morte*, conhecido por *Grito do Ipiranga*, de autoria do pintor Pedro Américo. Em um texto ilustrado com imagens de alguns personagens que aparecem no livro e com citações curiosas, um juízo de valor se apresenta: Sabino aposta no que classifica de “texto agradabilíssimo” para tomar a história “uma delícia”. Constrói-se a imagem de que a linguagem é a justificativa do sucesso das obras. Questões como conteúdo das narrativas ou análises dos acontecimentos históricos estão ausentes dos quesitos que desencadeariam “sabor” à história.

Nos títulos dos artigos de Mario Sabino (Figura 8) e de Elias Tomé Saliba (Figura 9) se enfatiza um sabor para a história. É recorrente nas qualificações das “obras de divulgação” a imagem de um gosto para esses trabalhos. Assim, as referências às obras passam pelo sabor da narrativa histórica. Os leitores sabem o que é algo saboroso, reconhecem o adjetivo a partir de outras experiências. Não há uma necessidade de uma maior reflexão ou crítica por parte do leitor desses artigos, o que predomina é a argumentação que torna os livros atrativos por incitações aos sentidos que se diriam direcionados ao paladar.

A apresentação da trajetória profissional do divulgador se torna outra estratégia. Citemos o artigo escrito pelo jornalista Elio Gaspari sobre Laurentino Gomes, em matéria intitulada “1808, um sucesso de simplicidade e trabalho”, na *Folha de S. Paulo*, em 2009. Apesar de se tratar de um divulgador, Gaspari, escrevendo sobre outro, Gomes, o primeiro detém um capital simbólico na produção do conhecimento histórico (obtido graças ao seu trabalho como jornalista e autor de volumosa obra acerca da ditadura no Brasil) que o autor estreante ainda não tem:

Por trás do sucesso de “1808” há uma lição. Em 2007, quando Laurentino percebeu o próprio êxito, resolveu cavalgá-lo. Contratou uma assessoria que rastreou as vendas do livro, reinventou a obra lançando uma edição juvenil, um áudio livro, uma caixa com DVD, criou um sítio na internet e entrou no *Twitter*. Gastou R\$ 300 mil do seu bolso (mas ganhou R\$ 2 milhões). Deixou o emprego que tinha na *Editora Abril* e, nas suas palavras, “botei o pé na estrada”. Visitou 60 cidades, fez 250 palestras, autografou 5.000 exemplares e respondeu a 10.000 e-mails.⁷⁰

Gaspari relata a pequena narrativa de coragem e iniciativa por parte do autor de *1808* e apresenta Gomes nas funções de empreendedor, protagonista de uma história de sucesso. O entusiasmo de Elio Gaspari ao explanar o livro, mais do que propagandear a obra em um grande veículo de comunicação, impulsiona a irrupção do livro com a autoridade do jornalista, ele próprio, autor de “obras de divulgação” de história que se tornaram *best-sellers*.

Ao escrever sobre o descaso que os historiadores têm em relação aos “divulgadores”, o jornalista e editor Luciano Trigo, na página no site *G1, Máquina de escrever. Um olhar crítico sobre literatura, cinema e artes plásticas*, tece algumas recomendações no artigo intitulado “O fenômeno Laurentino Gomes”, em 2008:

Os historiadores não levam muito a sério Bueno e Laurentino. Deveriam. Com suas obras, eles introduzem no imaginário da sociedade uma versão ordenada e

⁷⁰ GASPARI, Elio. “1808”, um sucesso de simplicidade e trabalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2009. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3008200918.htm> > Acesso em 20 abr. 2015.

facilmente assimilável da nossa História. Ao longo do tempo, esta visão sedimenta e vira verdade, para o cidadão comum.⁷¹

Luciano Trigo faz a questão parecer simples, como se a história produzida fora do ambiente acadêmico fosse instrumento de manipulação irresistível e seus leitores absorvessem o que o divulgador escreve. Após questionar o tratamento dado aos *jornalistas-historiadores*, são feitas algumas sugestões:

Se relatos jornalísticos de episódios históricos contêm equívocos ou omissões, se reforçam clichês ou preconceitos, do ponto de vista acadêmico, os historiadores deveriam se esforçar para entender por que esses livros fazem tanto sucesso e tentar, eles próprios, alcançar o grande público.⁷²

O jornalista torna os *historiadores-jornalistas* visíveis entre os historiadores profissionais. Trigo reconhece a legitimidade acadêmica em produzir o conhecimento histórico e na mesma jogada, distancia esse conhecimento do restante da sociedade. A partir da imagem que o autor tem de historiador, a obra do divulgador aparece, pois o que importa é “alcançar o grande público”. O jornalista recorre à imagem de acadêmico alheio ao mercado editorial, como se desconsiderasse aquilo que se produz fora da universidade.

Os discursos encontrados nos diferentes meios de difusão da informação, como vistos nas tabelas apresentadas, propagandeiam os divulgadores e idealizam o papel que eles assumem nas disputas pelo monopólio das representações do passado. Em artigos e entrevistas, os trabalhos de *jornalistas-historiadores* aparecem preocupados em operar um poder simbólico através do uso de diferentes mídias⁷³. O resultado dessas disputas simbólicas que giram em torno do conhecimento histórico gera reconhecimento público, lucros, autoridade para decidir o que é ou não é importante para ser lembrado pela sociedade. Afastadas da mídia, as “obras de divulgação” não cumpririam muito daquilo que se propõem. No projeto editorial das obras não acadêmicas de história, contar com a mídia é tão importante quanto as técnicas de edição e as habilidades de escrita do autor.

O jornalismo caracteriza a produção dos livros dos *jornalistas-historiadores* e defende seu aparecimento à medida que são contrastados com os trabalhos acadêmicos de

⁷¹ TRIGO, Luciano. O fenômeno Laurentino Gomes. *G1*, 07 nov. 2008. Disponível em < <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/11/07/o-fenomeno-1808-de-laurentino-gomes/> > Acesso em 22 abr. 2015.

⁷² *Idem*.

⁷³ THOMPSON, John. A nova visibilidade. *Matrizes*. São Paulo, v.1, n.2, abr. 2008, p.15-38. Disponível em < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82/124> > Acesso em 28 abr. 2016.

história. Através de discursos sutis e caricatos, a retórica midiática naturaliza o surgimento desses trabalhos na investida de torná-los necessários para o conhecimento da história.

1.4 “OBRAS DE DIVULGAÇÃO” NA PERSPECTIVA DOS HISTORIADORES

As análises dos historiadores acerca das “obras de divulgação” em história só recentemente tornaram-se objeto de pesquisa na universidade⁷⁴. Aparecem, com mais frequência, em artigos escritos por jornalistas do que em pesquisas acadêmicas. Entretanto, os textos encontrados em periódicos acabam limitando as avaliações aos números de vendas. De maneira esparsa, encontram-se resenhas sobre alguma obra recém-publicada ou comentários em entrevistas. Porém, diante da notoriedade cada vez mais perceptível que estas publicações adquirem na mídia e com o desempenho comercial que conseguem, tornou-se impossível se esquivar do tema.

A desconsideração dos historiadores não é por questões de desinteresse no fenômeno, mas na recusa em analisar, dentro dos campos da história, as obras de determinados *jornalistas-historiadores*. Isso parece mostrar a relevância do objeto para a disciplina, como se aquele modo de difusão da história fosse uma questão de importância para o jornalismo ou para a sociologia da cultura. Os historiadores, aos poucos, têm se proposto a entender como se constitui o texto e os livros de história escritos por outros profissionais e a pensá-los para além das listas de livros mais vendidos, esquadrinhando as razões de obter tamanho êxito no mercado editorial brasileiro.

Condição similar com aquela analisada pelo sociólogo Fernando Pinheiro ao tratar do fenômeno Paulo Coelho no campo da literatura.⁷⁵ A recepção crítica é encarada muitas vezes por simples indiferença, ao não pensar o escritor além de números de vendas e recusar-se a reconhecer o autor como participante do campo literário brasileiro. A rejeição demonstra quão frágil é o campo intelectual que precisa dificultar o acesso ao seu meio para se estabelecer e

⁷⁴ Uma das primeiras dissertações que localizamos sobre as “obras de divulgação” escritas por Eduardo Bueno foi defendida em 2010, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de autoria de Rodrigo Bonaldo, sob orientação do Prof. Dr. Temístocles César. Cf. BONALDO, Rodrigo. *Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na ‘Coleção Terra Brasilis’ de Eduardo Bueno*. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁷⁵ PINHEIRO, Fernando. O Rei do Outro Polo: Paulo Coelho na Literatura Brasileira. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloísa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Ed. USP, 2014. p.241-267.

aceita em seu espaço somente indivíduos que se enquadrem em determinados requisitos considerados literários.

Fernando Pinheiro julga que Paulo Coelho represente uma “ameaça” à definição local do que é entendido como campo literário. O escritor serve como instrumento que manifesta as formas que a crítica acadêmica, ao mensurar e (des)qualificar a atividade editorial de Coelho, ainda se prende a uma percepção essencialista de literatura, ainda bem difundida dentro da universidade. É curiosa a imagem que este sociólogo outorga a Paulo Coelho enquanto produtor de um “curto-circuito” no mundo literário⁷⁶. O êxito comercial de suas obras “provoca quebra a comunidade imaginada - e imaginária - dos cultores do que haveria de mais elevado no espírito humano”⁷⁷, pelo seu papel de *pop-star*, que contraria a seriedade e sisudez esperadas de um literato, maculando as representações de escritor enaltecidas pela tradição literária brasileira.

Para entendermos como esses livros são avaliados nos discursos de historiadores, fizemos um breve levantamento (Tabela 2) com seus comentários encontrados em revistas de história e alguns periódicos de grande circulação. Os enunciados apresentados pelos historiadores serão reputados como artifícios a se compreender e não como forma absoluta de julgamento de valor. Atentemo-nos menos à precisão de suas interpretações sobre as “obras de divulgação” do que às suas estratégias de (des)qualificação do trabalho jornalístico de história.

Tabela 2: A perspectiva dos historiadores acerca da divulgação da história

JORNALISTA-HISTORIADOR DIVULGADO	APRESENTAÇÃO	HISTORIADOR(A)	PERIÓDICO
Eduardo Bueno	Os dois trabalhos de Eduardo Bueno publicados na coleção <i>Terra Brasilis</i> representam uma real contribuição para estimular na juventude e mesmo nos adultos o gosto pelo conhecimento e a leitura de história e, por isso, já merecem figurar naquela galeria de livros que se fixam como os primeiros anos que nos despertam o interesse pela pesquisa histórica.	Isabel Lustosa	Idéias (<i>Jornal do Brasil</i> - 14 nov. 1998)

⁷⁶ PINHEIRO, Fernando. O Rei do Outro Polo: Paulo Coelho na Literatura Brasileira. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloísa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Ed. USP, 2014. p.258.

⁷⁷ *Idem*.

Eduardo Bueno	Realmente a narrativa não é entediante, mas também não foi construída com a argúcia metodológica e científica do ofício de historiador. É uma coleção apreciável, de rara beleza, mas não trabalhou a representação dos fatos históricos na medida correta de um contador de história não ficcionais.	Yvone Avelino	<i>Revista Projeto História</i> (abr./2000)
Laurentino Gomes	<i>1808</i> desvenda os acontecimentos com graça e leveza, convidando o leitor a descobrir o real sentido desta efeméride tão próxima. [...] É uma boa idéia sustentada por uma metodologia sem falhas.	Mary Del Priore	Resenha (<i>Revista Veja</i> - 12 set. 2007)
Laurentino Gomes	O grande feito de Laurentino Gomes foi produzir uma síntese de enorme interesse, conectando o leitor tanto com o essencial desta nova produção historiográfica como também não se esquecendo da inestimável contribuição dos historiadores mais antigos que analisaram todos os episódios da fuga da realeza lusitana.	Elias Thomé Saliba	<i>Cultura (O Estado de São Paulo</i> - 30 set. 2007)
Laurentino Gomes	A obra também reproduz uma série de pesquisas originais que vêm relendo o evento da mudança da família real portuguesa em inícios do século XIX a partir de um viés mais arejado. Trata-se cada vez mais de entender o caráter único dessa viagem e seu lado até mesmo aventureiro.	Lilia Schwarcz	<i>Revista Época</i> (05 dez. 2008)
Laurentino Gomes	O livro <i>1822</i> desconsidera investigações e questionamentos que há mais de 30 anos vêm sendo desenvolvidos e divulgados por centenas de pesquisadores brasileiros e portugueses sobre o tema da Independência.	Cecília Helena de Salles Oliveira	<i>Revista de História da Biblioteca Nacional</i> (nov. /2010)
Laurentino Gomes	Laurentino respeita a dinâmica narrativa histórica e consultou historiadores consagrados, o que dá um caráter sério ao livro. Ele coloca o historiador ali por tabela. Aliás, tenho que agradecer-lo, pois vendeu muitos livros meus (risos).	Jean Marcel Carvalho de França	Entrevista (<i>Revista Cult</i> - 2011)

Nas posturas dos historiadores nas avaliações não há um consenso sobre como qualificar as obras, pois em seus posicionamentos, as narrativas dos *jornalistas-historiadores* assumem diversos matizes enquanto obras que se propõem a representar determinado passado. A partir dessa constatação, há a desnaturalização da crítica acadêmica quando utilizada como critério absoluto de valor. O saber acadêmico institui hierarquias e conserva em seu interior mecanismos de poder, na medida em que ele estrutura e estrutura-se pelos critérios convencionados em dado campo de produção do conhecimento, no interior do qual, o saber histórico, enquanto criação acadêmica, está agindo para assegurar a dominação cultural de grupos sobre como o passado *deve* ser apresentado nas páginas da história e ensinado nas salas de aula. As classificações impõem uma hierarquização legítima e fazem com que as fronteiras entre as diferentes maneiras de representar o passado sejam sempre discutidas e disputadas, criando uma tensão entre um *nós* e *eles*, de acordo com determinado contexto.

Em resenhas, encontradas em jornais e revistas, é atribuído ao historiador o papel de profissional apto para avaliar uma publicação de temática histórica. Não é o simples fato de ter formação acadêmica em História que fará determinado jornal ou editora solicitar uma resenha a algum historiador, pois este deve ter certas “credenciais” para divulgar uma obra. Invoca-se o historiador como uma instância de legitimação, o que já demonstra certa valorização ao trabalho do divulgador. Não basta que as palavras do resenhista sejam compreendidas, sua posição intelectual deve ser reconhecida⁷⁸. Como visto (Tabela 2) o historiador deve ser vinculado a alguma universidade renomada (Elias Thomé Saliba é professor da USP) e ser autor de livros de história que obtiveram bom desempenho mercadológico (Mary Del Priore e Lilia Schwarcz também são autoras de obras que alcançaram bons números de vendas).

As divergências entre jornalistas e historiadores não se encontram apenas no nível textual de suas obras. Entre esses profissionais acontecem determinados embates de forças, trazendo em seu bojo uma disputa por certo controle⁷⁹ dos discursos sobre o passado. Expõem interesses em um jogo que busca legitimação, por parte dos divulgadores, e de reafirmação de autoridade, por parte dos historiadores. O silêncio, as críticas, os elogios e mesmo as citações de acadêmicos são manifestações de tentativas de controle daquilo que deve ser (in)validado dentro dos campos da história. Encontros com professores do ensino fundamental e médio

⁷⁸ O discurso de autoridade deve ser reconhecido enquanto tal para que possa ter os efeitos esperados. Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008. p.91.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6 ed. Trad. Laura Fraga A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

acontecem com frequência⁸⁰. Utilizam-se seus livros como material paradidático em escolas privadas. Aquilo que está em jogo não é a criação de diferentes visões sobre o passado, e sim uma luta pelo monopólio legítimo dos discursos sobre esse passado⁸¹, cada vez mais legitimado pelo mercado⁸².

Os discursos de historiadores esboçam a qualificação valorativa das obras e reconhecem certos imperativos nas “obras de divulgação” que definem as condições de acesso e aproximação com o campo da história acadêmica, como os usos de obras historiográficas e formas de escrita. O julgamento de valor é feito a partir de uma posição social e institucional, vinculado ao contexto cultural e político em que se produz. Quando assume a função de julgar o passado imaginado pelo jornalista, o historiador, longe de ser condescendente com a difusão histórica, está reafirmando o monopólio acadêmico na construção e legitimação de determinado conhecimento histórico.⁸³

Enquanto sujeito que valida a atividade do divulgador, o historiador reconhece e ratifica sua própria autoridade ao pretender dotar de capital simbólico um determinado trabalho. Essa reafirmação de autoridade acontece nas desqualificações feitas. Encaramos as críticas sob duas perspectivas: os historiadores julgam que estão mais bem preparados para construir representações do passado adequadas e separam os campos de produção do conhecimento histórico na tentativa de garantir sua própria legitimidade na elaboração daquele saber.

1.5 A DIVULGAÇÃO (E A HISTÓRIA) SEGUNDO OS *JORNALISTAS-HISTORIADORES*

Apontamos o entendimento que os *jornalistas-historiadores* têm sobre o que vem a ser a atividade de disseminação histórica no qual se envolvem. Examinamos as declarações dos divulgadores feitas durante entrevistas e artigos em periódicos, porque nestas ocasiões eles procuram construir a imagem de si e apresentar justificativas para a composição de suas obras. Essas posturas são mais evidentes nos discursos veiculados na mídia do que nos textos

⁸⁰ Inclusive o livro *1822*, de Laurentino Gomes, foi dedicado aos professores de história do país.

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008. p.81-83.

⁸² CANCLINI, Néstor García. Consumidores do século XXI, cidadãos do XVIII. In: _____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p.37-70.

⁸³ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.252-256.

de divulgação já editados. Não tomamos as declarações como um retrato fidedigno da atividade que exercem, porque os discursos apresentam não uma verdade em si, mas a busca por credibilidade para atuar na composição do passado e na circulação desses livros.

Os divulgadores, assim como os historiadores, sentem a necessidade de criar a demarcação para seus próprios trabalhos intelectuais, em uma disputa classificatória pelos discursos sobre o passado. Enquanto os acadêmicos, ao capitalizarem a inserção de suas obras, estão reiterando a autoridade na fabricação do conhecimento histórico, os *jornalistas-historiadores* se distanciam daqueles a fim de evitar comparações com o trabalho de historiadores. Não apenas isto, eles ganham autoridade na feitura de narrativas da história sem a necessidade de algum assentimento acadêmico.

Fizemos uma breve sistematização (Tabela 3) com respostas de divulgadores quando questionados em entrevistas acerca de suas obras. São pequenas citações em que os *jornalistas-historiadores* tratam de sua própria existência, ressaltando seu próprio trabalho autoral e editorial.

Tabela 3: Autorrepresentação dos *jornalistas-historiadores*

JORNALISTA-HISTORIADOR	AUTORREPRESENTAÇÃO	SUPORTE DE COMUNICAÇÃO
Eduardo Bueno	O objetivo de meus livros não é ideológico, no sentido mais rasteiro da palavra. [...] Só pretendo fornecer dados e informações.	<i>Isto É</i> (24 fev.1999)
Eduardo Bueno	A minha obra é uma obra de segunda mão, sim. É uma obra de divulgação, sim. Não sou historiador, sou jornalista.	<i>Extra Classe</i> (nov. 2000)
Eduardo Bueno	Escrevo livros com um trato jornalístico no texto e um olhar de editor no produto final. E essa é uma tarefa do jornalista: como comunicador, tornar um tipo de produção em geral inacessível ao grande público em algo mais palpável.	<i>Correio Braziliense</i> (28 out. 2010)
Laurentino Gomes	O meu trabalho é jornalístico, porém a consistência da investigação é quase acadêmica.	<i>Revista Época</i> (10 set. 2010)
Roberto Pompeu de Toledo	Considero-me um narrador da história, não um historiador; historiadores não deviam ter ciúme, inveja ou bronca de quem não é historiador.	<i>O Estado de São Paulo</i> (23 de mai. 2015)

Os *jornalistas-historiadores* assumem as características jornalísticas naquilo que fazem e reiteram os vínculos profissionais, construindo seu próprio campo de atuação. Para eles, é mais importante defender as características historiográficas de seus trabalhos, do que estampar alguma associação pessoal com a história acadêmica. Seu papel irrompe a partir da diferença enfatizada e não somente de suposto interesse declarado do jornalista pelo passado. Esse recurso se torna um instrumento para o divulgador, possibilitando que ele aja com mais liberalidade na feitura do texto. O fato de recusar ao trabalho a classificação de *história* o livra das exigências esperadas em uma obra historiográfica acadêmica.

Do mesmo modo que esses *jornalistas-historiadores* delineiam os contornos de suas atividades, eles estão demarcando o espaço de historiadores. A partir da instrumentalização deste antagonismo, as “obras de divulgação” vêm à tona e aparecem não como se constituem: objetos de conflitos e interesses em busca de impor⁸⁴ suas representações do passado. Mas aparecem como “resultado natural” na disseminação do conhecimento histórico, atividade assumida pelos jornalistas para divulgar a história.

Uma das principais engenhosidades utilizadas é a constante acusação de que os *jornalistas-historiadores* combatem a “linguagem árdua” presente nos textos de historiadores acadêmicos. Laurentino Gomes, por exemplo, afirma que reescreve as citações e documentos históricos em uma linguagem atualizada, além de fazer conversões monetárias entre moedas de diferentes períodos⁸⁵. Métodos que, a princípio, explicam a “popularização” da história feita pelos divulgadores. Seu papel seria fazer a “tradução” da “linguagem rebuscada” dos historiadores para compreensão do leitor. Todo um trabalho editorial é aplicado nas obras direcionadas ao mercado e transforma o texto. Ele deixa de ser uma reunião de palavras escritas pelo autor, para ganhar novos contornos e significados.

Organizamos uma listagem (Tabela 4) com argumentos de “divulgadores” e como estes partem da acusação contra a linguagem dos livros de história para justificar a própria atividade intelectual e os espaços que ocupam no campo das publicações de história.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.11.

⁸⁵ 1808. p.27.

Tabela 4: Discursos dos divulgadores sobre as obras acadêmicas

JORNALISTA-HISTORIADOR	APRESENTAÇÃO	SUPORTE DE COMUNICAÇÃO
Eduardo Bueno	Existem dezenas de ótimos livros sobre o assunto. A questão é que boa parte deles é de leitura árdua. Para lê-los, é preciso estar imbuído de dever cívico e fazer exercícios respiratórios.	Entrevista (<i>Isto É</i> - 24 fev.1999)
Laurentino Gomes	Você não pode pegar uma tese de doutorado, publicá-la em forma de livro e esperar que seja um best-seller.	Entrevista (<i>Revista Época</i> - 10 set. 2010)
Laurentino Gomes	O conteúdo muitas vezes é muito bom, muito profundo, mas não consegue chamar a atenção de um público mais amplo.	Entrevista (<i>Correio Braziliense</i> - 28 out. 2010)
Laurentino Gomes	É preciso ter uma boa fórmula de capa e título, para atrair o leitor, algo que até hoje é pouco explorado pelo mercado editorial brasileiro. É bom ter também o senso de oportunidade, aproveitar datas e grandes acontecimentos.	Entrevista (<i>GI</i> - 09 set. 2011)

Os autores apresentam algumas indicações do que eles entendem quais sejam as condições necessárias para o sucesso. Reduzem o aparecimento do *best-seller* a uma quase fórmula matemática, em que basta somar alguns princípios para surgir o resultado esperado. De acordo com Gomes, bastam alguns recursos para que o livro atraia leitores e obtenha bons números de venda. Pelos seus discursos, os divulgadores pretendem transmitir credibilidade ao que fazem como uma atividade voltada na ampliação do público da difusão da história.

Os discursos dos divulgadores eufemizam as razões comerciais da publicação e circulação de seus livros. O trabalho aparece como um fim cultural e educacional. Mesmo as técnicas de edição aparecem como meios de facilitar o acesso dos leitores ao conhecimento divulgado na obra. Além disso, omitem o papel da mídia enquanto divulgadora de seus trabalhos. Sem a mídia seus trabalhos não existiriam ou seriam apenas mais um entre tantos nas prateleiras das livrarias. Somam-se a esses fatores, as participações em programas de televisão, sessões de autógrafos, debates sobre a história brasileira e o investimento editorial em design de capa, tipografia e formato dos livros.

Os *jornalistas-historiadores* elaboram seus discursos em diferentes momentos em que justificam a feitura das obras, sem dispensar os trabalhos acadêmicos. Não se trata de

provocar ou acusar historiadores ou de atrair o maior número de leitores. A ideia se gesta no cruzamento de uma série de práticas editoriais, textuais e paratextuais, possibilitadas pela expansão da instrução formal da população e pela melhora no rendimento⁸⁶. Os discursos destes jornalistas são sutis e, quando bem construídos, tornam possível a irrupção das “obras de divulgação”. Constroem estratégias que visam lhes proporcionar credibilidade e impor uma narrativa legítima⁸⁷ entre as representações do passado. Seus livros já têm a legitimidade proporcionada pelo mercado, traduzida em números de vendas. Aos poucos, instituições de ensino estão valorizando a divulgação: os livros de Laurentino Gomes são utilizados como materiais paradidáticos em escolas e os *jornalistas-historiadores* são constantemente convidados para falar sobre o passado para professores e alunos.

O objetivo deste capítulo foi identificarmos os múltiplos sentidos dados para as “obras de divulgação”. Através de discursos emitidos por diferentes intérpretes desse fenômeno, pudemos analisar seus critérios de valor e as tentativas de manter erguidos os muros entre as fronteiras do conhecimento. Nos capítulos a seguir, deteremo-nos com mais atenção em outros paratextos e recursos textuais utilizados pelos *jornalistas-historiadores* e suas equipes de edição na composição do conhecimento histórico. Suas obras funcionam como eixo que movimenta diferentes campos e modos de produzir o passado, gerando entretenimento para seus leitores e lucros (e críticas) para seus produtores.

⁸⁶ De acordo com o último Censo do IBGE (2010), houve uma quantitativa melhora nos níveis de instrução da população e no rendimento mensal, quando comparados com o censo de 2000. Dados disponíveis em < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> > Acesso em 05 jun 2015.

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008. p.82.

2. EDIÇÃO E COMEMORAÇÃO NA *COLEÇÃO TERRA BRASILIS*

“Nas ondas do descobrimento” é o título do artigo escrito pela jornalista Alba Mendonça e publicado no jornal *O Globo*, em 1998, referindo-se às publicações tendo em vista as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil⁸⁸. A expressão serviu como anúncio para a movimentação cultural, política e editorial que aconteceria com os preparativos para os festejos. Em uma dessas “ondas” emergiu a *Coleção Terra Brasilis*, o *best-seller* de Eduardo Bueno.

Algumas explicações apontam que o sucesso de Bueno seria um resultado da linguagem simplificada em suas obras ou da atuação incisiva da mídia ao propagandear os livros. Essas justificativas são facetas das múltiplas condições que viabilizaram a produção daquele trabalho editorial. O lançamento da *Coleção* teve lugar em uma conjuntura favorável para a publicação desta síntese histórica de acontecimentos do século XVI - as comemorações do Descobrimento. Todos estes aspectos são condições que ajudaram no aparecimento do livro, que sozinhos não poderiam explicar tal acontecimento. Essas obras são produtos e produtores de significados em torno das comemorações daquela data histórica.

A ideia aqui será entendermos os processos de construção da *Coleção Terra Brasilis*, no emprego de diferentes técnicas editoriais e textuais, em uma articulação entre o estético e o narrativo. A escrita e os paratextos trabalham lado a lado, preocupados não apenas em informar e em divulgar a história, mas em tornarem-se objeto de entretenimento e de vendas. São ornamentados com capas bem trabalhadas, imagens e impressões gráficas esmeradas. Todos estes trabalhos podem ser encarados como manifestações de diferentes intenções: de produzir significados para aquelas histórias e de atrair leitores.

Para que compreendamos suas condições de produção é necessário analisar o contexto do mercado editorial naquele período. Para isso, esquadrimos como o mercado editorial e as efemérides se relacionam, criando públicos e oportunidades para o lançamento de determinada publicação. Apontamos o lançamento de livros de história durante a década de 1990, encontrados nas listas dos livros mais vendidos no país, conscientes da imprecisão e variação na coleta de informações dessas listagens. Limitaremos-nos a essa década por dois motivos: primeiro, pelo trabalho editorial que antecede o lançamento da *Coleção Terra Brasilis* e segundo, pelas atividades culturais e políticas em torno das comemorações dos 500

⁸⁸ MENDONÇA, Alba Valéria. Nas ondas do descobrimento. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 set. 1998.

anos do descobrimento do Brasil. Este fato serviu de “gancho” para diversas publicações na área de história.

2.1 COMPONDO UMA COLEÇÃO: ENTRE TEXTOS E PARATEXTOS

A *Coleção Terra Brasilis* é o resultado de um projeto editorial que buscou repetir o êxito mercadológico de algumas obras de história publicadas anteriormente e que pretendia engendrar um modo peculiar de representar o passado. Ao menos, estes são os intuítos declarados pelo autor, Eduardo Bueno, ao lembrar seu sucesso, em entrevista realizada em 2010, pela jornalista Ana Brant, do *Correio Braziliense*:

As biografias históricas de Fernando Moraes já faziam sucesso, as de Jorge Caldeira também; o último inclusive viria a lançar uma História do Brasil em CD-ROM, algo bastante avançado para a época. Mas essas publicações não pareciam ser suficientes para suprir a procura. Com a proximidade das comemorações dos 500 anos do Brasil, percebi que era chegada a hora de escrever livros sobre história - e achei que era o momento certo para investir no chamado período “colonial” do Brasil, que me parecia aprisionado dentro da sala de aula.⁸⁹

Para alcançar esses objetivos, a editora recorreu a diversos meios: propagandas, baixo preço do livro, resenhas, entrevistas e participação do autor em eventos culturais. Além disso, investiu nos aspectos estéticos dos livros e em revisão técnica dos textos. Formada por quatro livros com textos de cerca de duzentas páginas cada, a *Coleção Terra Brasilis* foi publicada pela editora Objetiva. Esta tem como foco a publicação de obras direcionadas para o mercado, para a criação de *best-sellers* de diferentes gêneros. Faz parte de sua atuação a produção de obras de sucesso, com técnicas e materiais que visam criar sucessos de vendas.

Sob a justificativa de “libertar” a história que estaria aprisionada, a *Coleção* apresenta uma narrativa montada com diversas ilustrações feitas pelos viajantes europeus, mapas históricos - elementos que criam marcas do passado ao texto -, notas bibliográficas no final do livro e bibliografias com comentários do autor - sinais de erudição -, além de um texto escrito em uma linguagem simplificada. Seu tema gira em torno de alguns

⁸⁹ BUENO, Eduardo. Em livros de sucesso, historiadores e jornalistas travam guerra sobre o país. *Diversão e Arte. Correio Braziliense*. 28 out. 2010. Entrevista concedida a Ana Clara Brant. Disponível em < http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/10/28/interna_diversao_arte,220285/index.shtml > Acesso em 15 mai. 2016.

acontecimentos históricos ocorridos entre os séculos XV e XVI. Narra a chegada e posterior colonização portuguesa no Novo Mundo.

As nomenclaturas dos volumes que compõem a coleção:

Tabela 5: Volumes da *Coleção Terra Brasilis*

TÍTULO	SUBTÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO
<i>A viagem do Descobrimento</i>	a verdadeira história da expedição de Cabral	1998
<i>Náufragos, Traficantes e Degredados</i>	as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531	1998
<i>Capitães do Brasil</i>	a saga dos primeiros colonizadores	1999
<i>A coroa, a Cruz e a Espada</i>	lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia	2006

O primeiro volume da coleção descreve os eventos que culminaram na “descoberta” do continente americano. Eduardo Bueno abre a narrativa do livro com a chegada dos portugueses à costa, do que mais tarde será o Brasil. Na tentativa de explicar como se deu aquele acontecimento, o autor conta a história da expansão marítima portuguesa ao redor do mundo e os primeiros europeus que teriam chegado ao litoral “brasileiro” antes dos europeus. A partir de crônicas e outros documentos históricos, o autor reconstitui o cotidiano dos navegadores e dos conquistadores europeus. No desfecho do livro, visando validar sua própria narrativa, Bueno se vale de algumas teses acadêmicas que consideram a casualidade ou intencionalidade do descobrimento.

O título seguinte, *Náufragos, Traficantes e Degredados*, retrata a vida na Colônia durante os primeiros trinta anos após a chegada dos portugueses. Período que Bueno considera como o “mais nebuloso na história da exploração e conquista do país”⁹⁰. Assume para si, o papel de desbravador desse passado que considera pouco contado. Apresenta diversos personagens (portugueses, indígenas, piratas e aventureiros) e os insere em uma narrativa ágil com pretensões de criar uma grande saga. O autor assume a perspectiva do colonizador na reconstituição dos acontecimentos. Nesse volume, como nos demais livros da

⁹⁰ NTD, p.07.

Coleção, a inteligibilidade do passado gira em torno do português e é somente com ele que a história adquire algum sentido.

No terceiro livro, *Capitães do Brasil*, Bueno divide sua narrativa segundo as capitanias hereditárias e descreve a história de cada uma delas, descrevendo seus êxitos e fracassos. Os acontecimentos relatados se centralizam na vida dos donatários e nas dificuldades que tiveram para se estabelecer na Colônia. Os povos que aqui habitavam se mantêm em segundo plano, sem protagonismo naquelas histórias e, quando aparecem, será em contraposição ao colonizador. O *jornalista-historiador* reitera algumas das ideias encontradas no livro escrito pelo português Carlos Malheiros Dias, *História da colonização portuguesa no Brasil*, publicado na década de 1920. Desde a ordem em que aparecem as informações até os relatos das histórias das capitanias, as obras se assemelham.

Por fim, o último livro da coleção, *A Coroa, a Cruz e a Espada*, em que o autor narra os trabalhos da construção das primeiras povoações portuguesas na Colônia, com destaque para a construção de Salvador e a fundação da cidade de São Paulo. Bueno considera a efetivação da colonização portuguesa como “o início de uma nova era na história do Brasil.”⁹¹ É um passado representado de acordo com o olhar do colonizador, pois ganha sentido apenas quando esse está diretamente envolvido com os acontecimentos. As narrativas se ajustam às articulações de seus movimentos, juízos, alianças e batalhas que aqueles homens protagonizaram no processo de colonização.

Existem pormenores simbólicos que facilitam a identificação das obras de Eduardo Bueno. O próprio nome da coleção – *Terra Brasilis* – funciona como ferramenta editorial estratégica, que, ligada aos títulos e subtítulos dos livros – tipos de peritextos –, proporciona ao trabalho características aceitas como históricas. Há várias outras condições para os leitores reconhecerem o trabalho como uma obra histórica, como imagens da capa e a ênfase nos feitos de diferentes personagens históricos e os títulos dos livros, que são um dos primeiros elementos observados.

Pelas especificidades das publicações escritas por *jornalistas-historiadores* (o que inclui a composição de textos, a interpretação do passado, o uso de paratextos, diferentes meios de conseguir visibilidade, apoio da mídia e consagração editorial) e suas fortes ligações com o mercado de livros, consideraremos apenas os modos editoriais de atribuir significados históricos às obras e sinalizaremos alguns dos elementos são evocados para formarem a *Coleção*.

⁹¹ ACC, p.97.

Aventuras na história

A narrativa de aventura é um gênero que faz sucesso não apenas na literatura, como no cinema, no teatro, nos games etc. Os romances de capa e espada mexem com o imaginário dos leitores e geram diferentes sentimentos. Vendem e tornam-se *best-sellers*, no caso dos livros. Há algumas características desse gênero literário nas “obras de divulgação”. Na Tabela 5, os títulos e subtítulos já fazem o recorte dentro da história e remetem o leitor a uma aventura, criando uma expectativa do que será encontrado no livro. Bueno idealiza um passado formado através de personagens fortemente caracterizados, inserindo diversos diálogos ao longo da história e estimulando a curiosidade do público.⁹²

Se na primeira capa do livro o título chama a atenção, na última há outro elemento que procura situar o leitor: uma breve sinopse que enfatiza o caráter aventureiro do texto. Ambos paratextos são instrumentos que dão àquele objeto um arranjo próprio, organizam os sentidos do texto de acordo com técnicas editoriais específicas para exibição de aspectos e qualidades do livro, o que pressupõe decisões e competências de diversos profissionais envolvidos nesse processo editorial. A editora realiza esforços para criar uma identidade formal e legítima para a *Coleção*, dotando as obras de valor e distinção entre as demais publicações de livros de história. Assim, cumpre imperativos do mercado editorial: atrair o leitor e legitimar o texto.

Uma das maneiras encontradas para criar uma particularização para a *Coleção* foi apresentá-la como uma aventura⁹³, afastando-a da formalidade empregada nos textos acadêmicos. Apresentadas em uma linha temporal de eventos que se sucedem, as narrativas de aventuras destacam a propensão dos homens à realização de grandes feitos (na *Coleção* foram as descobertas, as conquistas e a colonização) e centram a figura de um herói (nem sempre virtuoso, mas apresentado como aquele pelo qual os acontecimentos ganham sentido, por exemplo, Pedro Álvares Cabral, Tomé de Souza etc.). A estrutura narrativa segue um padrão clássico: um início tenso, clímax, desfecho e catarse, modelos aplicados a estimular a

⁹² Há um pequeno livro escrito por Muniz Sodré em que são analisadas as características de algumas obras que se tornaram *best-sellers*, com especial destaque para os romances de aventura e as investigações policiais. SODRÉ, Muniz. *Best-Seller: a literatura de mercado*. Rio de Janeiro: Ática, 1988. p.17.

⁹³ A apresentação de determinados acontecimentos em forma de aventura não é algo novo. O formato das “obras de divulgação” seguem próximos do romance histórico, que já trazia consigo as narrativas de capa e espada. Não centraremos nas discussões que envolvem o romance histórico, o que nos desviaria do foco da pesquisa. Temos como exemplo de obras famosas: *Ivanhoe*, de Walter Scott, *Os miseráveis*, de Victor Hugo, *Guerra e Paz*, de Tolstói e obras de José de Alencar, entre outros.

consciência do leitor, provocando sua sensibilidade.⁹⁴ A linearidade da narrativa cria o efeito de que há uma causalidade entre fatos anteriores e posteriores, ignorando aquilo que não prosperou nesse entremeio.

Os protagonistas das histórias são aqueles que abandonaram tudo (seja por ordem real ou vontade própria), enfrentaram os perigos da viagem rumo ao desconhecido, superaram os obstáculos que aparecem em sua jornada (tormentas, ataques de inimigos, naufrágios), venceram ou seduziram seu inimigo (suas relações com os nativos) e se sagraram heróis, entrando para o rol de grandes nomes históricos. São personagens dotados de características peculiares como força, coragem, determinação e a persistência. Desse modo, Eduardo Bueno apresenta um dos últimos protagonistas de sua *Coleção*: “os destinos da colônia passariam às mãos de um indivíduo de *personalidade férrea e índole guerreira*: o desembargador Mem de Sá.”⁹⁵ A causa que orientará suas aventuras está centrada, muitas vezes, em valores ideológicos de uma época. Cabe ao autor transmitir ao leitor a sensação de que aquele passado realmente existiu e narrar os acontecimentos de tal forma que o faça sentir parte integrante da história (Tabela 6).

O *jornalista-historiador* reinterpreta os fatos do passado e recorre a uma série de recursos textuais, que vão desde citação de “provas” e documentos até a presença de elementos imaginários, criando cenários e acontecimentos, deformando eventos, aproximando personagens reais e inventados, ou simplesmente que se suponha que tenham existido. O autor segue o sentido não daquilo que aconteceu exatamente, mas daquilo que poderia ter acontecido.

Alguns peritextos (Tabela 6) situam-se nas últimas capas dos livros e assumem duas funções principais: a primeira, marcar espaço no mercado de livros, arquitetando uma operação de valorização comercial e cultural da obra e a segunda função estabelece um acordo com o leitor. Essas breves sinopses são o primeiro pacto do autor com seus leitores, antes da leitura da narrativa principal. Mais do que apresentar a distinção do texto, pretende-se trazer o leitor para o centro dos acontecimentos descritos no livro. Este movimento se dá quando o autor convida o leitor para entrar na caravela de Cabral, por exemplo, o que se entende como gesto para torná-lo outro personagem da história, participante daquela aventura.

⁹⁴ SODRÉ, Muniz. *Best-Seller: a literatura de mercado*. Rio de Janeiro: Ática, 1988. p.16.

⁹⁵ Grifos nossos. ACC, p.249.

Tabela 6: Breves sinopses apresentadas na última capa dos livros

<i>AVD</i>	<i>NTD</i>	<i>CBR</i>
<p><u>“Entre na caravela de Cabral. Circule por entre soldados e marujos, pilotos árabes e astrólogos judeus, intérpretes hindus e nobres lusitanos. Descubra o que comiam e quanto ganhavam esses homens. Viaje com eles por mares tempestuosos e calmarias enervantes. [...] O relato da nossa história como uma grande aventura – em que homens precisavam vencer seus limites na busca de um novo mundo.”</u></p>	<p><u>“Foi uma saga de incríveis aventuras, até agora pouco conhecidas – o que aumenta o fascínio em torno do período mais nebuloso na história da conquista do país.”</u></p>	<p><u>“A aventura desses capitães é relatada aqui no texto ágil e cativante do jornalista Eduardo Bueno, que com os livros da Coleção Terra Brasilis realizou o que se prometeu um dia: <u>libertar a História das narrativas entediadas e recontá-la num ritmo envolvente e apaixonado.</u>”</u></p>

Como visto, insere-se o leitor na narrativa, deparando-o com eventos e personagens que se envolvem em peripécias e aventuras. O fato de invocar a narração da história como uma aventura aproxima o público e aquilo que supostamente é o seu passado. Bueno cria uma ligação entre o texto e o leitor, para que este consiga criar uma relação entre o passado recriado na obra e o seu próprio presente. Daí a necessidade de tornar o passado “nebuloso” para trazer sobre si a função de “libertador” do desconhecimento da história. Esse passado é transformado em novidade para atrair os leitores. Suas narrativas circulam entre questionamentos a uma história dita oficial até um compromisso com o mercado, a informação e o entretenimento.

O autor aponta várias justificativas do porquê de apresentar determinados eventos em seus textos. Por exemplo, menciona que “o papel desempenhado por esses homens [os primeiros europeus na Colônia] tem sido frequentemente ignorado e permanece à margem da história oficial.”⁹⁶ A história que o *jornalista-historiador* constrói está ligada a noção de que partes do passado estavam ocultos e dispersos, necessitando serem revelados e organizados, tarefas que delega para si no trabalho de divulgar determinado passado colonial. Ao assumir esta tarefa, critica a universidade, a “história oficial”, porque ao desprestigiar esta, valoriza seu próprio trabalho.

Bueno constrói o roteiro de seus livros com situações trágicas e misteriosas para de alguma forma criar uma dramatização em sua narrativa. Vemos isso no primeiro capítulo de

⁹⁶ *NTD*, p.09.

NTD, intitulado *Os espanhóis descobrem o Brasil*. Em que abre o texto com a seguinte narrativa:

A praia estava deserta. Não havia ninguém ao longo da enseada e nem nas matas que a cercavam. A areia, porém, se encontrava repleta de pegadas, num sinal claro de que a terra era habitada.⁹⁷

Trata-se da chegada dos espanhóis, liderados por Vicente Yañez Pinzón e antes de Cabral, à costa “brasileira”. Bueno reveste de características literárias afirmações extraídas de “fontes primárias” e de “pesquisas confiáveis”, como crônicas do século XVI, para estabelecer um ritmo à sua narrativa, permitindo que aquela ação se desenvolva, a fim de apresentá-la de maneira que se instaure um mistério, o qual esmiuçarà no decorrer do capítulo sobre quem teria chegado primeiro ao continente: espanhóis ou portugueses.

Como em uma peça teatral, Eduardo Bueno desenvolve uma atmosfera própria e mobiliza personagens históricos para dotar o passado de algum sentido. Os nomes dos protagonistas das histórias não aparecem por acaso no texto, pois, como em um romance, surgem envoltos a mistérios, barbárie e exibição de força. O autor pretende obter o efeito que movimenta as ações dos personagens no enredo criado, o que vai desde os relatos de batalhas de europeus, descrições do cotidiano e mazelas dos homens envolvidos nas navegações até os minuciosos relatos, como as descrições de rituais antropofágicos dos indígenas.

Na escassez de documentos para fundamentar suas narrativas, Bueno recorre ao uso da imaginação para dar cores ao passado. A evocação do uso da imaginação tem o objetivo de ajudar o leitor a visualizar mentalmente o cenário narrado. Como ao tratar dos degredados que seriam enviados para a colônia, no trecho intitulado de *Os “Ferrados”*:

O silêncio das fontes impossibilita a obtenção de respostas para perguntas óbvias - que crimes teriam aqueles homens cometido ou de que foram alguns injustamente acusados, qual sua condição social, idades e nomes -, *mas não impede que se imagine* [sic] os condenados acorrentados uns aos outros, marchando cabisbaixos, sujos, esfarrapados e famintos, contemplando de soslaio, e pela última vez, as movimentadas tavernas da Alfama, o suntuoso Paço d'El Rei, o enorme Celeiro Público, os mercados de peixe e de doce e o imponente Celeiro Público, até vislumbrarem, balouçantes sobre as águas do Tejo, as escuras silhuetas dos navios que os levariam para longe de seus lares. Para sempre.⁹⁸

Quando não invoca a imaginação para completar o cenário histórico pretendido, o autor parte para o uso da suposição:

⁹⁷ NTD, p.11.

⁹⁸ Grifos nossos. ACC, p.68-69.

Não se conhece a resposta dada por Diogo Gouveia naquela ocasião, mas *não é difícil supor* qual tenha sido.⁹⁹

O autor sinaliza que recorrerá ao uso da imaginação ou da suposição para completar o quadro que apresenta. No primeiro trecho apresentado, há a descrição pormenorizada do embarque dos primeiros europeus que habitariam a colônia. O *jornalista-historiador* lhes atribui sensações e compõe o pequeno drama romanceado sobre aquela situação.

O trabalho de Bueno, apesar da falta de análises consistentes, aproxima-se daquilo que fez Natalie Davis em seu célebre livro *O retorno de Martin Guerre*¹⁰⁰. Ela também se depara com a escassez de documentação. Nesse trabalho, Davis não realiza uma contraposição entre verdadeiro (comprovado por documentos) e falso (obtido pelo uso da imaginação criativa), mas há uma integração entre esses diferentes modos de dar inteligibilidade ao passado em suas narrativas. Sempre há indicações dos momentos de invenção no texto por meio de expressões como “provavelmente”, “talvez” ou “pode-se presumir”¹⁰¹.

Modos editoriais de representar o passado

Além das palavras do autor, os paratextos utilizados na Coleção trazem consigo uma imagem de passado. Como uma coleção destinada ao mercado de livros, alguns outros artifícios são empregados na construção de seus sentidos. A editora colabora na construção das representações do passado. Para compreendermos como isso se dá, observemos as duas edições do primeiro volume da coleção, *A Viagem do Descobrimento*, publicado em 1998 e posteriormente, em 2006. Nas duas edições, não constatamos alterações textuais ou revisões. As principais diferenças se deram quanto aos aspectos materiais do livro.

As capas das diferentes edições do primeiro livro da coleção:

⁹⁹ CBR, p.71.

¹⁰⁰ DAVIS, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Trad.: Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰¹ GINZBURG, Carlo. Apêndice - Provas e possibilidades. In: _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad.: Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.315.

Figura 10: Capa da edição de 1998

Figura 11: Capa da edição de 2006

A composição das imagens da capa já nos remete a um passado. Não apenas por ser a representação de uma caravela, o que já encaminha o leitor às navegações, mas pelo modo como o quadro está pintado, denotando algo antigo, histórico. A edição de 1998 (Figura 10) era menor, com o formato mais achatado, 18 cm de largura por 20 cm de comprimento, em

137 páginas, enquanto a edição mais recente (Figura 11) sob novo formato, 16 cm de largura por 23 cm de comprimento, que ao ser adequada ao novo modelo, foi reduzida a 113 páginas. O novo padrão se adaptou à maioria dos formatos convencionais de livros. Quanto à ilustração da capa, a informação sobre a autoria é omitida na edição de 1998 e somente na edição de 2006, somos informados de que se trata de uma ilustração feita pelo artista português, Alfredo Roque Gameiro¹⁰², e publicada no livro *História da colonização portuguesa no Brasil*, escrito por Carlos Malheiros Dias¹⁰³, em 1926. A direção de arte da *Coleção* foi posta sob responsabilidade de Ana Adams.¹⁰⁴

A principal diferença nas edições foi nos subtítulos. Na primeira edição, lemos “A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral.” Na edição de 2006 é alterado para: “A Viagem do Descobrimento: um outro olhar sobre a expedição de Cabral.” Um simples jogo de palavras que revela bastante acerca dos papéis que se quer atribuir àquela obra. O fato de ocorrer a alteração na nomenclatura já mostra uma atuação editorial naquele livro. Segundo Bueno, a única coisa em que ele não teve participação direta foi na escolha do título do livro. A ideia inicial partiu da editora, mas sua posterior alteração, do próprio autor.¹⁰⁵

Questionado sobre a alteração dos subtítulos, Eduardo Bueno, em entrevista dada em 2010,¹⁰⁶ cita uma crítica publicada na revista portuguesa *Oceanos*, escrita pelo professor da Universidade Nova de Lisboa, Tiago Miranda,¹⁰⁷ em 1999, em que este comentava acerca da verdade da história contada por Bueno. Por sua própria afirmação, o autor está atento ao que se publica acerca de seus livros. Com isso, mudou-se o subtítulo, tornando-o em: “um outro olhar sobre a expedição de Cabral”. Eduardo Bueno afirma que a alteração foi inspirada na seguinte frase de Marcel Proust: “a *verdadeira viagem* da descoberta consiste não em buscar

¹⁰² Alfredo Roque Gameiro (1864 – 1935), pintor e desenhista português. Yvone Avelino escreveu que apesar da omissão da autoria da ilustração da capa do livro de Eduardo Bueno, não foi difícil encontrar o autor e a publicação original. Para a resenha, ver AVELINO, Yvone Dias. A grande saga: A viagem cabralina, as primeiras expedições e os primeiros colonizadores. *Projeto História*. São Paulo, vol.20, abr, 2000. p.333-337.

¹⁰³ Carlos Malheiro Dias (1875-1941) foi um intelectual português que se exilou no Brasil. Escreveu obras de ficção e de história.

¹⁰⁴ Ao acessar o site de Adams Design, podemos observar que a artista tem larga experiência nesse tipo de trabalho com obras editoriais, a grande maioria das obras lançadas por Eduardo Bueno passou por este estúdio. Disponível em < <http://www.adamsdesign.com.br/> > Acesso em 19 set. 2015.

¹⁰⁵ BUENO, Eduardo. A narrativa jornalística da história: o passado como produto para o mercado. *História Oral*, v. 14, n. 1, p. 123-144, jan.-jun. 2011. Entrevista concedida a Rodrigo Bonaldo.

¹⁰⁶ *Idem*.

¹⁰⁷ MIRANDA, Tiago. Rasgos de Veracidade, resenha de Eduardo Bueno, A Viagem do Descobrimento. A verdadeira história da expedição de Cabral, Rio de Janeiro, Objetiva, 1998, 140 p. (*Colecção Terra Brasilis*, 1). *Oceanos*. Lisboa, CNCDP. 39: 170-172. jul./set, 1999.

novas paisagens, mas em ter *olhos novos*.”¹⁰⁸ A proximidade com a “verdade” permeia o sentido da frase utilizada e articula a pretensão pela retórica de veracidade embutida desde o subtítulo até a narrativa do autor.

Com o contraste entre os dois subtítulos: “a verdadeira história” e “um outro olhar”, observamos que o primeiro, pensado pela editora, indica a busca por efeito mercadológico. Vários livros, artigos em jornais e notícias sobre o “Descobrimento” entraram em cena naquele período (1998) e diante de diferentes informações, vindas de lugares diversos, nada mais astucioso do que propagandear a sentença de ser detentor da “verdade” sobre o que era dito e escrito a respeito do passado comercializado naquele momento. Enquanto a noção de “verdade” é entendida como um problema dentro da historiografia, no mercado de livros, ela atua como uma ferramenta editorial de distinção. Trata-se de uma jogada editorial e de marketing para atrair e convencer o leitor sobre veracidade da história da *Coleção*.

Além disso, a editora maneja outros recursos para valorizar simbolicamente a obra: a breve sinopse do livro localizada na primeira aba (orelha), onde são apresentadas algumas fontes e as características das histórias da obra. A equipe responsável pela publicação fez a seguinte exposição: “a partir de ampla pesquisa em documento da época e em textos de estudiosos do assunto, o jornalista Eduardo Bueno, com a consultoria técnica do professor Ronaldo Vainfas, revisita temas importantes de nosso passado.”¹⁰⁹ Através desse trabalho de pesquisa e revisão, cria-se a imagem de uma “verdade” histórica que emerge no livro de forma legitimada. É razoável observar que isto é um mecanismo retórico usado para granjear a confiança do leitor, enaltecer os discursos e manter a primazia em uma disputa simbólica entre quem melhor organiza o passado e o divulga.

A revelação da “verdade” nas histórias feitas por Eduardo Bueno está fortemente atrelada ao detalhamento de datas e da contagem do tempo. O passado ganha uma direção quando cruza com as indicações de tempo. As datas são uma sustentação para memória e o tempo datado se torna uma linha contínua, uma mera sucessão de anos nos quais o autor insere seus personagens. O tempo datado concede um sentido histórico para a narrativa porque a citação exaustiva de datas apresenta ao leitor um efeito de verdade e mostra a erudição do autor nas pesquisas dos documentos históricos. As datas se tornaram um referencial que transformam momentos do passado em eventos que passam a ser

¹⁰⁸ Trata-se de uma paráfrase de um trecho do quinto volume de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, *A Prisioneira*: “A única viagem verdadeira, o único banho de Juvência, seria, não partir em busca de novas paisagens, mas ter outros olhos, ver o universo com os olhos de outra pessoa, de cem outras, ver os cem universos que cada uma delas vê.”

¹⁰⁹ AVD. Primeira orelha.

lembrados.¹¹⁰ Não entra no jogo do *jornalista-historiador* o trabalho de realizar análises e interpretações a partir de periodizações, mas a transcrição de acontecimentos sempre datados.

Delineia-se o tempo de sua narrativa de acordo com acontecimentos relacionados com o colonizador europeu, a história gira em torno desse personagem. As datas lembradas mostram a perspectiva que Bueno tem na reconstituição de um passado em seus textos e explicitam seus posicionamentos quanto à relevância do que deve ser lembrado e esquecido através da marcação do tempo.

Nas páginas da *Coleção*, muitos aspectos do passado colonial são organizados de acordo com os posicionamentos políticos do autor ao tentar explicar as origens de determinados contextos históricos e culturais. Citemos o exemplo de *ACC*: publicado tendo como pano de fundo os acontecimentos do *Mensalão*¹¹¹. A corrupção na política, que se tornara manchete de jornais daquele momento, tornou-se o “gancho” da obra, quando o autor busca no século XVI as origens das práticas de corrupção no país atual. Designações que surgem no presente passam a ser utilizadas por Bueno na escrita da história. “Apesar do poder concentrado em suas mãos. Pero Borges não tinha a *ficha limpa*.”¹¹² O caráter anacrônico desse procedimento deixa de ser o pecado¹¹³ para quem resolve escrever história e tem seu uso aparentemente controlado¹¹⁴. Assume fins didáticos, de mais fácil assimilação do leitor daquela obra, que reconheceria, a partir de sua própria experiência, os significados que o *jornalista-historiador* que transmitir em sua narrativa.

Nas quatro obras aqui tratadas, após o texto e as notas, deparamos com a “Bibliografia Comentada”. Elaboram-se textos citando e qualificando algumas obras acadêmicas, as quais considera importantes para a composição da história que escreve. Traz sobre si a imagem de autoridade intelectual na escrita da história. Os títulos das obras sempre acompanham uma qualificação em tons elogiosos feitos pelo autor. Os exercícios de

¹¹⁰ BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas históricas do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p.12.

¹¹¹ *Mensalão* é a designação como ficou conhecido o caso de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, ocorrido entre os anos de 2003 e 2005. O caso teve como principais agentes alguns integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos.

¹¹² Grifos nossos. *ACC*, p.64.

¹¹³ BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.144.

¹¹⁴ Em artigo, Nicole Loraux analisa o uso do anacronismo na escrita da história, mas, não um anacronismo irrefletido e impregnado de preconceitos, e sim, um “anacronismo controlado”. Com isso, ela defende que o historiador ao fazer uso do anacronismo deve assumir os riscos a que se expõe, para em seguida, visitar o passado com questões de seu tempo e voltar ao presente, “com o lastro do que se compreendeu no passado”. Cf. LORAUX, Nicole. *Elogio do Anacronismo*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p.57-70.

classificação não consistem em discursos neutros, mas pressupõem a produção de estratégias e práticas que visam impor a autoridade para legitimar ou justificar suas escolhas quanto à construção de sua história.¹¹⁵

Tabela 7: Comentários bibliográficos feitos por Eduardo Bueno sobre algumas obras canônicas

“Leitura saborosa”	“Mais informações”
<p>“Apesar de repleto de incorreções, a <i>História do Brasil</i>, de frei Vicente do Salvador (publicada originalmente em 1627 e, desde então, constantemente reeditada) também relata a história das capitanias e é <u>livro interessante e de leitura saborosa</u> - especialmente porque enriquecido pelas notas do <u>sempre minucioso Capistrano de Abreu</u>. Por fim, outra <u>boa fonte</u> é <i>Notícia do Brasil</i>, de Gabriel Soares de Sousa, escrito em 1587 (última edição, SP, 1957).” (Grifos nossos. CBR, p.255)</p>	<p>“A <i>História Geral do Brasil</i> (São Paulo, Melhoramentos, 1978), de Francisco Adolfo Varnhagen, publicada a primeira vez em 1854, é considerada ultrapassada pelos historiadores modernos, mas o fato é que, enriquecida com as notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, <u>reúne mais informações do que qualquer outro livro sobre o período colonial</u>.” (Grifos nossos. ACC, p.273.)</p>

É ainda nesse espaço de comentários acerca da bibliografia que Bueno tece elogios à obra do português Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, composta por três volumes e lançada no início do século XX. Nos quatro livros da *Coleção*, afirma que os livros de Dias foram “a fonte mais utilizada”, “monumental”, “a principal fonte” e “livro indispensável”. Esses livros recebem mais elogios nos comentários bibliográficos do que as obras de Varnhagen, um dos grandes nomes da historiografia brasileira e que surge com maior frequência no decorrer dos textos da coleção. Dada a importância que o autor confere à *História da Colonização*, fizemos uma consulta àqueles livros e observamos algumas semelhanças com a *Coleção Terra Brasilis*, como a argumentação sobre a intencionalidade do descobrimento, o detalhamento histórico acerca das Capitanias hereditárias, cartas de colonos e portugueses e a biografia dos donatários e de alguns outros personagens.

Na busca de obter legitimidade acadêmica, os produtores da obra recorrem a outra ferramenta editorial: o consultor técnico. Um especialista na área e com vasta publicação historiográfica, ou seja, dotado de capital simbólico no campo da história para validar o

¹¹⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002. p.17.

trabalho do *jornalista-historiador*. A *Coleção Terra Brasilis* se serviu de dois historiadores-consultores: Ronaldo Vainfas, nos três primeiros volumes, e Sheila Siqueira de Castro Faria, no último livro da coleção. A folha de rosto dos livros traz seus nomes, com a titulação acadêmica e instituição universitária de origem. Ambos são professores titulares de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói, RJ). O papel do consultor traz luz a uma dupla operação: o reconhecimento da autoridade acadêmica para legitimação daquelas histórias contadas por Bueno e valorização cultural e editorial do trabalho.

Figura 12: Apresentação do “consultor técnico” na folha de rosto do livro.

Fonte: NTD

Ronaldo Vainfas é autor de livros de historiografia colonial e entre várias obras, publicou o *Dicionário do Brasil Colonial* e *Dicionário do Brasil Joanino*, lançados em 2000 e 2008 respectivamente, ambos pela Editora Objetiva, a mesma dos livros da *Coleção Terra Brasilis*. Sobre o trabalho de revisão, destaca que “seguia os critérios de revisão factual, pois [foi] contratado como historiador, uma vez que o autor não era do ramo” e prossegue, “em princípio, tinha liberdade total para corrigir, não só erros factuais, mas absurdos eventuais nas interpretações.”¹¹⁶ Na produção das três obras, autor e revisor se encontraram apenas uma

¹¹⁶ Ronaldo Vainfas, entrevista escrita ao autor, 07 dez. 2015.

vez, o restante do trabalho de revisão se dava à distância. Eduardo Bueno enviava os textos originais para o historiador, o qual os corrigia e remetia de volta para a editora.

Sobre o posicionamento do autor quanto aos originais que recebia de Eduardo Bueno para a composição dos textos da *Coleção Terra Brasilis*, Ronaldo Vainfas diz que

em alguns casos gritantes de erros factuais, ele recuava. Tipo dizer que a Inquisição perseguia os judeus, quando, na verdade, perseguia cristãos-novos. Além de muitos erros de data e outros de erudição (personália, toponímia etc.). Há mil e um erros factuais do Bueno nos meus arquivos de corrigenda. Nas interpretações sempre foi teimoso, pelo que vi nos livros publicados. Ele costumava escrever que os índios eram selvagens e outras barbaridades, sem trocadilho. Nem lembro no detalhe o que ele manteve ou corrigiu. Só examinando os arquivos - que conservei, *just in case*. Mas foi *mezo a mezo*. Resultado geral: medíocre.¹¹⁷

Desse modo, somos informados que a relação consultor/autor não está imune aos conflitos profissionais (historiador *versus* jornalista)¹¹⁸. Eduardo Bueno acatava as correções factuais do revisor, talvez por estas serem “comprovadas” nos documentos utilizados. Enquanto as interpretações dos fatos históricos se fundamentam na erudição e experiência acadêmica. Pois, as pesquisas de Vainfas, acerca do Brasil colonial, costumam trazer luz a temas como os cultos indígenas ou as sexualidades vivenciadas na colônia, em perspectivas diversas de um olhar eurocêntrico que Bueno tem sobre a história.

O historiador conclui que prestou “um desserviço à disciplina histórica ao corrigir os absurdos dos originais e, assim, avalizando o trabalho de um aventureiro”¹¹⁹. Em seu argumento, Ronaldo Vainfas se representa como um interlocutor viável da interpretação do passado. O revisor se encarrega do sucesso e qualidade que as narrativas de Bueno

¹¹⁷ Ronaldo Vainfas, entrevista escrita ao autor, 07 dez. 2015.

¹¹⁸ Em entrevista realizada em 2010 por Rodrigo Bonaldo, somos informados de que a relação profissional entre Ronaldo Vainfas e Eduardo Bueno não terminou muito bem. Segundo Bueno, o *Dicionário do Brasil Colonial*, escrito por Ronaldo Vainfas e publicado em 2000, contém trechos sobre os donatários das capitanias que se encontram em *Capitães do Brasil* (da *Coleção Terra Brasilis*). O jornalista-historiador acusou o historiador de ter utilizado algumas informações, sem citar sua obra como referência bibliográfica. Em suas palavras: “ele achou que eu não era digno suficiente de estar na bibliografia. Naquele dia eu disse para o Feith [editor da editora Objetiva]: o nome dele nunca foi tão lido quanto como consultor dessa coleção... esse cara não é mais o consultor.” Em resposta, Bueno diz que Vainfas ligou para o editor por estar incomodado com as declarações de Bueno de que os historiadores escrevem mal e que esta seria uma das razões pelo sucesso das obras escritas por jornalistas. E para encerrar seu desabafo, Eduardo Bueno diz que “o cara é um mala, o Vainfas. Fumava cigarros em cima de cigarros. Nós sentávamos para discutir o livro por, digamos, uma hora. E nessa uma hora ele fumava 20 cigarros. E eu tinha que ficar sentindo aquele fedor, na minha roupa, na minha cara.” Entrevista completa pode ser encontrada em BUENO, Eduardo. A narrativa jornalística da história: o passado como produto para o mercado. *História Oral*, v. 14, n. 1, p. 123-144, jan.-jun. 2011. Entrevista concedida a Rodrigo Bonaldo.

¹¹⁹ Ronaldo Vainfas, entrevista escrita ao autor, 07 dez. 2015.

adquiriram, enquanto as críticas seriam causadas pelas próprias interpretações do *jornalista-historiador* na composição de seus textos.

A atuação do consultor é limitada na produção da narrativa, cabendo ao autor a decisão de correções no texto final. Aspecto diferente do que acontece com os recursos paratextuais de responsabilidade da editora e por vezes contrários à opinião do autor, como na ocasião da escolha do título de *A Viagem do Descobrimento*. O revisor se insere no livro como outra ferramenta, o nome que proporcionará capital simbólico para o objeto em questão. São pequenos artifícios que criam sentido para a narrativa histórica do livro. Instrumentos que têm a função de valorizar aquele trabalho editorial, tornando-o legítimo.

Além das capas e sinopses, da revisão técnica feita por especialista, do uso de bibliografia clássica e de uma narrativa com “viés jornalístico”, as obras apresentam um elemento editorial menos usual entre as publicações de história: as notas laterais.

Figura 13: Exemplo de nota lateral

<p>Nota lateral com breve biografia do personagem principal narrado na página, com ênfase em seus grandes feitos.</p>	<p>Fernando de Magalhães nasceu na corte do rei D. João II, como pajem da rainha, D. Leonor. O sucessor de D. João II, o rei D. Manuel, era irmão de D. Leonor e conhecia Magalhães desde criança. Em 1500, aos 20 anos de idade, Magalhães fez sua primeira viagem para a Índia, na frota de João da Nova (com direito a uma escala no Brasil). Em 1505, retornou para o Oriente em companhia de D. Francisco de Almeida. Tomou parte na descoberta de Malaca, na Malásia, sob o comando de Diogo de Serqueira, em 1508, e ajudou a conquistar aquele entreposto comercial em 1511, junto com Afonso de Albuquerque. Em 1513, participou do ataque a Azamor, no Marrocos. Lá, foi ferido em uma perna. Ficou manco para o resto da vida. Abaixo, retrato de Magalhães feito em 1519.</p>	<p>O ESTREITO DE MAGALHÃES</p>	<p>Subtítulo em referência a um importante local do período das Navegações.</p>
<p>Ilustração como recurso para aumentar o efeito de real no texto.</p>		<p>Quatro meses depois do retorno de Cristóvão Jaques a Lisboa, zarpava de Sevilha aquela que estava destinada a se tornar a mais longa expedição marítima realizada até então. Sua missão era descobrir o estreito que permitiria ligação entre o Atlântico e o misterioso oceano que banhava a costa oeste da América. Embora partisse sob bandeira castelhana, a expedição fora planejada por três dissidentes portugueses. Um de seus principais pilotos também era um lusitano que alimentava profundos ressentimentos contra Portugal. Por fim, o financiador da viagem igualmente estava rompido com o rei D. Manoel e pretendia vingar-se dele auxiliando a Coroa de Castela.</p>	<p>Principal personagem desse trecho da narrativa. Articula vários elementos paratextuais: uma breve biografia, o retrato e a referência a uma localidade no título.</p>
		<p>Os três idealizadores da expedição eram o navegador <u>Fernando de Magalhães</u>, o cosmógrafo Rui Faleiro e o fidalgo Duarte Barbosa. O piloto chamava-se João Lopes de Carvalho e o homem que arcou com a maior parte das despesas atendia pelo nome de Cristóvão de Haro. Juntos, esses homens seriam responsáveis por uma das maiores descobertas da história das explorações. E causariam grandes prejuízos e transtornos a Portugal.</p>	
		<p>A partir de 1514, após inúmeros serviços prestados a Portugal, Magalhães passara a lutar por um aumento de soldo: seria uma espécie de indenização por ferimento recebido em campo de batalha. Ao mesmo tempo, ele estava convencido de que a cidade de Malaca, na Malásia — de cuja conquista ele participara, em 1511 —, poderia ser mais facilmente alcançada caso os portugueses</p>	

Os textos explicativos postos nas laterais das páginas, fora do texto principal, têm a intenção de explicitar detalhes não esclarecidos na narrativa. São colocadas fora do texto para não quebrar a linearidade da narrativa principal. Essas pequenas notas exercem a função semelhante às notas de rodapé, porém sem referência numérica a alguma parte do texto ou apresentação de bibliografia, ainda assim, relacionado com a história da página em que aparece.

As notas laterais assumem o caráter didático ao explicar e detalhar aspectos da história ali narrada. Encontramos notas com descrições de curiosidades da época, breves relatos biográficos de personagens históricos, especificações geográficas nas navegações do século XVI e a apresentação de objetos e costumes daquele período. Estas informações enriquecem o texto, causam espanto pelas curiosidades que apresentam, mas não são essenciais para a compreensão da narrativa. São complementos que criam diferenciação.

Alguns personagens da história contada por Eduardo Bueno ganham espaço nas notas laterais, muitas vezes acompanhados por uma ilustração. Na página exibida, há vários paratextos que fazem referência à narrativa principal: o subtítulo apresenta o que será abordado a seguir; na lateral, a breve biografia de Fernando Magalhães citado no texto; e o personagem do texto que ganha uma face na ilustração ao lado, aumentam o caráter referencial da narrativa. O texto principal e os peritextos se cruzam nas páginas do livro e fazem referências ao outro, complementando a história ali escrita.

2.2 OS ÍNDIOS DE EDUARDO BUENO

A Cruz, a Coroa e a Espada, publicado em 2006, traz novos paratextos: uma seção com pequenas descrições de alguns dos personagens atuantes na história; a cronologia intitulada “A Ação” que descreve alguns eventos ocorridos entre 1546 e 1557 na capitania da Bahia; a ilustração com o espaço geográfico onde se desenvolverá boa parte da narrativa do livro, intitulado “O Cenário”. Trata-se do mapa do Recôncavo Baiano.

A seção “Os Personagens” traz uma série de nomes de colonos europeus que ganharam destaque nas obras. Pela lista de nomes como Tomé de Sousa, Manuel da Nóbrega, Hans Staden ou Duarte de Costa, nota-se com quem está o protagonismo das narrativas de Eduardo Bueno. Nessas histórias, os personagens indígenas ou a menção de seus grupos recebem papéis coadjuvantes. Aparecem envoltos por estereótipos e em uma dualidade moral

com o colonizador. São imagens reiteradas que acabam legitimando aqueles discursos e expressando um posicionamento ideológico do autor.

Figura 14: Exemplos de paratextos

Fonte: ACC

Como não apenas de paratextos os livros se compõem, examinemos os textos escritos por Eduardo Bueno. Pois, na convergência de texto e paratexto, podemos compreender a emergência e o funcionamento dessas “obras de divulgação”. Para tanto, apanhamos apenas alguns dos muitos personagens apresentados nos livros: os índios. Levamos em conta como os indígenas aparecem nessas histórias, sem levar em consideração os personagens individuais (líderes de aldeias, aliados ou inimigos, como Cunhambebe ou Tibiriçá), mas como se fosse um todo.

Eduardo Bueno se mantém fiel aos autores clássicos da historiografia colonial, como frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Sousa e outros, para compor o passado. Mas é em autores como Francisco A. Varnhagen e no português Carlos Malheiros Dias que está o modo como os indígenas são retratados. Para uma noção de como as obras de Malheiros Dias retratam os índios, há um trecho que resume a perspectiva desse autor na escrita de seus

livros: “o índio bárbaro destruí de noite o que o civilizado português construía durante o dia.”¹²⁰ O *jornalista-historiador* usa nomes consagrados pela historiografia acadêmica para conferir autenticidade às representações formuladas em seus livros. Assim, em suas narrativas aparece uma convergência de relatos de viajantes e cronistas, por vezes utilizados para estimular a curiosidade e a estranheza do leitor, e de autores considerados imprescindíveis para formulação de sua história.

Eduardo Bueno cerca os historiadores e suas obras com adjetivações (positivas ou negativas) ao longo do texto. Ao qualificar um especialista da temática dos seus livros, estaria reclamando para si o papel de erguer juízos de valor.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), um dos mais profícuos historiadores brasileiros.¹²¹

Um dos principais pesquisadores do tema, o historiador luso Jaime Cortesão.¹²²

Sempre minucioso Capistrano de Abreu.¹²³

O autor conta a história do Brasil a partir das ações dos “descobridores”, pensa o passado nos termos do português quinhentista e dos historiadores tradicionais. Faz uso de discursos erigidos com apoio de instituições e da igreja, alicerçados em um vocabulário e erudição que criavam uma experiência de contraste com o europeu quanto ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Esses relatos são sinais do poder do colonizador na manutenção de discursos que administram e controlam a submissão de outros povos. O projeto editorial e o êxito da *Coleção* podem ser compreendidos, em boa medida, na concepção de história encontrada nesses livros. Estas histórias estão presentes no ensino escolar, nos livros didáticos¹²⁴ e na memória coletiva nacional. É um passado que o leitor reconhece e não entra em choque com suas ideias preconcebidas, muitas vezes reforçadas pela desinformação e estereótipos divulgados pela mídia, cinema ou literatura.

Há um constante louvor quanto à fidelidade histórica das crônicas e relatos na reconstituição do passado colonial. Os documentos funcionam como quadros que contêm o passado como ele se deu. Cabe ao autor manejar essas informações, de acordo com critérios

¹²⁰ DIAS, Carlos Malheiros. *História da colonização portuguesa no Brasil*. p. L.

¹²¹ NTD, p.28.

¹²² CBR, p.33.

¹²³ *Ibid*, p.255.

¹²⁴ Sobre o papel do ensino escolar nas questões indígenas, há uma excelente coletânea organizada em meados dos anos 1990 e ainda bem atual: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

próprios para construir o passado que pretende apresentar a seu leitor. Bueno supõe que a intimidade com essas fontes e sua exaustiva citação seriam suficientes para atingir uma reconstituição fidedigna do passado, ou ao menos, criar esta impressão na composição de suas narrativas.

O texto de Caminha é a fonte mais confiável e detalhada para a reconstituição dos primeiros dias no Brasil. No instante em que Caminha pegou da pena e sentou-se a bordo da nau capitânia para relatar o que vira, havia mais de meio século que os portugueses exercitavam e afinavam a arte de registrar os fatos mais relevantes ocorridos em suas viagens marítimas.¹²⁵

A qualificação das fontes carrega consigo uma garantia de veracidade, pois recebem do autor a autorização para operar no texto e acabam por autorizar a narrativa elaborada naquele momento. Eduardo Bueno, ainda sobre *A Carta* de Pero Vaz de Caminha, atribui-lhe diversos adjetivos, como uma necessidade que justificasse seu uso na história: “de fato, a precisão meticulosa com a qual Pero Vaz de Caminha tratou de narrá-lo [o primeiro ‘encontro’ entre índios e portugueses] não configura apenas uma lição de rigor jornalístico, mas de exatidão antropológica.”¹²⁶ A apreciação dos documentos tem como efeito a criação de uma representação do passado aceitável para a *Coleção*. Esse é um movimento de obtenção de legitimidade porque ao adjetivar as fontes de pesquisa acumula capital simbólico dentro da produção do conhecimento histórico, uma vez que essas seriam resultados da “exatidão” do cronista. O autor busca causar algum efeito para seus leitores, criando uma apresentação de suas próprias obras como dotadas de exatidão e meticulosidade.

Seu deslumbramento se assemelha ao dos cronistas, admirados com o mundo que viam pela primeira vez. O autor reproduz os relatos históricos, muitas vezes sem informar os contextos de sua produção e circulação. Tanto nas cartas do século XVI como nos livros da *Coleção Terra Brasilis*, a história do Brasil já ganha os contornos de um país com ausência de conflitos. Este ambiente paradisíaco é descrito o momento do “descobrimento”. Após uma descrição da geografia local, da posição do sol, das horas, do clima e de comentar a nudez dos nativos, o primeiro contato entre portugueses e indígenas aparece do seguinte modo:

No instante em que o escaler tocou o fundo arenoso, os nativos se aproximaram do bote, “todos rijamente, trazendo nas mãos arcos e setas. Nicolau Coelho fez sinal para que pousassem os arcos. E eles os pousaram”. E então, mesmo que não pudessem ouvir o que gritavam uns para os outros, portugueses e indígenas fizeram sua primeira troca. Sem descer do barco, Coelho jogou à praia um gorro vermelho, típico dos marujos lusos, um sombreiro preto e a carapuça de linho que usava na própria cabeça. Os nativos retribuíram dando-lhe um cocar “de penas de ave,

¹²⁵ AVD, p.114.

¹²⁶ *Idem*, p.95.

compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaios”, além de um colar de contas brancas, talvez búzios, talvez pérolas e miçangas. De certa forma, estava iniciando-se ali uma aliança entre aquela tribo e os portugueses. Ela iria se prolongar por cerca de 70 anos.¹²⁷

O autor faz um cruzamento entre as descrições da *Carta* de Pero Vaz de Caminha - as palavras que aparecem entre aspas - com suas próprias palavras. A perspectiva de Caminha não é aquela de um europeu comum, mas de um criado a serviço do rei, empenhado, portanto, com seu projeto civilizatório e expansionista. A dominação se torna justificada, adotando o nome de “aliança”, que nada mais foi do que o início da exploração e violência sobre os grupos nativos. Esse acordo celebrado pelo *jornalista-historiador* foi desigual: uma oposição entre índios e colonizadores, genocídio para os primeiros, conquista para o grupo invasor.¹²⁸

A desigualdade não é encontrada apenas em questões políticas, pois a maneira com a qual os grupos indígenas são representados explicita um determinado jogo de interesses. Se cooperar com os colonizadores, o índio é retratado como amigo e com uma personalidade ingênua e inocente. Porém, se resiste ao domínio do invasor, características violentas e chocantes para os europeus são destacadas. O que determinaria sua classificação seria o quanto dispostos estavam em se submeterem aos portugueses.¹²⁹

O grupo dos Goitacás, que resistiu ao domínio colonial, é representado de modo selvagem e bélico. A proeza retórica de Bueno ao fazer uso de relatos feitos pelo francês Jean de Léry faz parecer ao leitor como se o que é narrado contivesse uma verdade. Nenhuma menção é feita acerca dos preconceitos e intenções do cronista quando descreve os povos coloniais. As contextualizações criariam uma interrupção na narrativa de entretenimento, que funciona melhor quanto mais verossímil parecer. Léry, em sua condição de calvinista do século XVI, descreve os povos inimigos e Bueno endossa sua versão sem fazer ressalvas quanto às palavras do cronista:

Se não comiam tubarões, os Goitacá eram, segundo o francês Jean de Léry (1534-1611), “grandes apreciadores de carne humana, que comem por mantimento e não por vingança ou pela antiguidade de seus ódios”. Para Léry, a tribo devia ser

¹²⁷ AVD, p.90.

¹²⁸ SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.30

¹²⁹ Bóris Fausto escreveu, no *História concisa do Brasil*, que existem diferenças em como os indígenas estão representados nas crônicas. As caracterizações positivas ou negativas direcionadas para os grupos nativos são elaboradas de acordo com o grau de resistência oposto aos portugueses. Suas descrições são ações que formam relações de poder e dominação, de diversos estágios na busca de uma hegemonia política e cultural naquele novo mundo. O historiador cita o caso dos Aimorés, que resistiram aos invasores, e são apresentados de forma desfavorável nos relatos.

“considerada como a mais bárbara, cruel e indomável das nações do Novo Mundo: selvagens estranhos e ferozes que não só não conseguem viver em paz entre si como mantêm guerra permanente contra seus vizinhos e contra estrangeiros”.¹³⁰

Para as descrições na narrativa, Bueno evoca as palavras do cronista. Na descrição de outro grupo, os Carijós, aliados e posteriormente escravizados pelos portugueses, o autor autentica o caráter pacífico dos nativos. Nas caracterizações dos inimigos Goitacás, o autor recorreu aos relatos, evocando outros testemunhos quanto às ações daquele grupo. No relato dos Carijós, enquanto “auxiliares” dos colonos, o grupo é representado de modo elogioso e colaborativo, sem resistência.

Os nativos se revelaram pacíficos. O cacique local se chamava Arosca e ordenou que seus guerreiros suprissem os marentes com carne de veado, frutas e pinhões. Arosca era um Carijó, tribo guarani que, anos mais tarde, os jesuítas portugueses definiriam como “o melhor gentio de costa”.¹³¹

Os primeiros habitantes da Colônia aparecem como figuras literárias na narrativa, acrescentam dramaticidade às cenas de batalhas e são apresentados como os antagonistas dos conquistadores europeus. Mas se os invasores europeus lutaram para conquistar, também houve luta dos índios para resistir na defesa de suas terras. Sérgio Buarque de Hollanda nos lembra de que os grupos indígenas foram oponentes que resistiram e lutaram pelas terras e liberdade que lhes eram tomadas. Se não há protagonismo nessa empreitada é porque este não movimentou a escrita da história, elaborada pelo europeu, e acabou se perdendo junto com a destruição de seu mundo.¹³²

A violência esteve presente desde o início do “encontro”, quando os conquistadores europeus invadiam os portos e depredavam povoados indígenas, sendo recebidos por guerreiros que reagiam de forma oposta ao pacifismo representado em muitos relatos, defendendo-se com os instrumentos que tinham em mãos - flechas envenenadas, canoas para conflitos etc.¹³³ As reações dos indígenas às invasões e escravização são descritas pelo autor como “terríveis problemas” que os portugueses enfrentariam. Estas ações causam deslumbramento nas narrativas, como se gerassem incredulidade o fato de haver uma reação

¹³⁰ CBR, p.107.

¹³¹ NTD, p.94.

¹³² HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupi. In: _____ *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1. Volume 1. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.83.

¹³³ SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.44.

dos nativos. Citamos o exemplo dos Aimorés que resistiram aos colonos na capitania de Ilhéus. Antes da descrição do conflito, Bueno apresenta os nativos e a partir de relatos do século XVI, em que são descritos como belicosos e selvagens e apresentados com características animais. Depois de criada a figura do Aimoré, o autor prossegue com a narrativa dos conflitos:

Os terríveis ataques dos Aimoré não se circunscreveram à capitania de Ilhéus. Entusiasmados com o sucesso de sua guerrilha, os selvagens passaram a enfrentar os colonos instalados na vizinha Porto Seguro, a donatária na qual Pero do Campo Tourinho estava instalado em relativa paz desde fins de 1535. Também ali, os Aimoré foram capazes de interromper o processo colonial, queimando cidades e destruindo canaviais. Também ali, sua ação foi facilitada pelas inúmeras querelas que haviam tornado o donatário e seus colonos inimigos irreconciliáveis.¹³⁴

As descrições dos sentidos e características físicas denotam a proximidade existente entre o índio e os animais, uma tentativa a mais de animalizar esses homens e mulheres, criando uma diferenciação com o homem “civilizado” europeu. Uma série de operações pelas quais os nativos eram identificados, em que as imagens dos índios eram construídas como outra humanidade, como animais, longe de quaisquer formas de “civilidade” europeia e que Bueno transfere para seus textos, em consonância com o que é defendido pelos autores em que se inspira, como Varnhagen, por exemplo, que escreve que os índios apesar de favorecidos no físico, são despidos de qualquer moralidade.¹³⁵

O *jornalista-historiador* insere esses testemunhos dentro de sua narrativa para que confirmem o que se propõe a apresentar. O deslumbramento retórico desses autores são fontes suspeitas no trabalho de representação dos indígenas, uma vez são construídas a partir de interesses que estavam em jogo naquele momento de colonização e expansão marítima. As narrativas de viajantes divulgadas na Europa acabaram estabelecendo um sendo comum acerca dos habitantes daquelas terras recém-encontradas.¹³⁶

A ênfase no físico aparece como justificativa para as vitórias contra outros grupos e contra os colonos. No comentário sobre os Goitacás, Bueno os descreve e utiliza os relatos históricos para corroborar sua narrativa.

¹³⁴ CBR, p.209.

¹³⁵ VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil*. Tomo 1. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953. p.130- 131.

¹³⁶ ZIEBELL, Zinka. O relato de viagens como gênero. In: ____ *Terra de canibais*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002. p.75-86.

Baseando-se no depoimento que sobre eles deixaram vários cronistas europeus contemporâneos, não chega a ser uma surpresa o fato de os Goitacá não terem sido vencidos pelos Tupi. Altos, robustos e de pele mais clara que os demais povos da costa, os Goitacá eram guerreiros tremendos. Usavam flechas enormes, eram grandes corredores e nadadores inigualáveis. Entre as suas façanhas mais extraordinárias estava a pesca de tubarões, realizada numa incrível luta corpo a corpo. De acordo com o relato de frei Vicente do Salvador (1564-1639), os Goitacá mais pareciam “homens anfíbios do que terrestres”, que nenhum branco era capaz de capturar, pois ao se verem acossados, metem-se dentro das lagoas, onde ninguém os alcança, seja a pé, de barco ou a cavalo.¹³⁷

Os modos como os indígenas são representados dariam um longo estudo à parte do que estamos realizando. De forma breve, mostramos como o autor opera com os relatos históricos na constituição de seus textos para descrever os nativos. As ações dos indígenas sempre aparecem acompanhadas de algum juízo de valor, dividindo-os em categorias elaboradas de acordo com seu relacionamento com os colonizadores, com qualificações que vão desde o “bom gentio” até os “canibais inveterados”. Apoiada em uma vasta historiografia, a *Coleção* apresenta o indígena como uma figura inerte, que orbita em torno do colonizador e precisa do europeu para que suas ações ganhem sentidos e espaço no passado representado no presente.

As problematizações textual e paratextual elencam alguns elementos que delineiam as possibilidades para entendermos o fenômeno da divulgação histórica realizada por Eduardo Bueno. Outras explicações se somam aos quais temos analisado, como os contextos em que essas obras emergem. Nosso percurso agora será observarmos o que estava acontecendo no mercado editorial de livros de história quando se deu o aparecimento das obras de Eduardo Bueno.

2.3 O MERCADO EDITORIAL DOS LIVROS DE HISTÓRIA (ANOS 1990)

Dividimos este tópico em dois momentos distintos para visualizarmos como se deu a emergência das obras de Eduardo Bueno: primeiro, como o mercado de livros de história é compreendido e em seguida, verificaremos as listas de livros mais vendidos, encontradas em jornais e revistas de grande circulação, na década de 1990. Enquanto alguns pesquisadores, jornalistas e autores argumentam sobre a existência de um “espaço vazio” no mercado editorial, o que teria possibilitado o surgimento e sucesso das “obras de divulgação”, as listas

¹³⁷ CBR, p.106.

indicam que este campo estava mais “habitado” do que aqueles querem admitir em suas análises e opiniões.

O balanço sobre as publicações de livros de história seria longo, por esse motivo há a necessidade de um recorte temporal. Consideramos o que fora publicado, ou melhor, o que se tornou êxito editorial, *best-sellers*, em determinado período de tempo, entre os livros de temática histórica. As obras não surgem como uma novidade em meio ao vazio, mas aparecem através de discursos, de sinais visíveis, indicações e de provocações que despertam as histórias ouvidas e lidas outrora, fatores que preparam o público que receberá aquele trabalho¹³⁸. Seria inviável mapearmos todas as publicações da área de história, tanto as direcionadas para a universidade quanto para o mercado. Enfatizamos apenas estas últimas quando apresentadas nas listagens de mais vendidos.

No primeiro capítulo da pesquisa, apresentamos variados discursos acerca dos livros de história produzidos fora do meio acadêmico. Observamos alguns discursos midiáticos quando se propõem a divulgar a coleção escrita por Eduardo Bueno. Diferenciamos o lugar de cada discurso porque, enquanto os primeiros retratavam de forma geral o trabalho de divulgação, os discursos sobre Bueno geralmente o retratam como o descobridor de um nicho editorial. São expressões pensadas em sua apresentação e que não costumam indicar outros autores desse gênero editorial.

Não são apenas os autores e a mídia que constroem a imagem do espaço editorial vazio, pois esse recurso é visto em pesquisas acadêmicas, como aquelas realizadas pelos historiadores Rodrigo Bonaldo¹³⁹ e Simone Bezerril¹⁴⁰. Ainda que essa não seja a questão principal em suas pesquisas, ambos apresentam uma ideia naturalizada de um campo desabitado, à espera de ser colonizado pelos primeiros que lá chegassem com suas publicações.

¹³⁸ JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. p.28.

¹³⁹ BONALDO, Ronaldo. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

¹⁴⁰ BEZERRIL, Simone. *Usos do passado - Leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2013.

Em diferentes análises, não acadêmicos, seja os jornalistas ou quaisquer outros, ocupariam o lugar deixado vazio de bom grado pelos historiadores¹⁴¹, por estes terem outros interesses na construção da história. Essas alegações funcionam como apagamento dos conflitos existentes entre as diferentes formas de escrita da história, além de tornarem invisíveis os trabalhos de historiadores que se propõem a construir uma obra direcionada para o público não apenas acadêmico. Ora, o que dizer de obras acadêmicas como *História da vida privada*, *História da vida privada no Brasil* e *A era dos extremos* que figuraram nas listas dos mais vendidos no país durante vários meses em meados da década de 1990? A ideia de uma área vazia não se sustenta quando desmontamos esse espaço e observamos o que estava lá contido. Os discursos sobre um vazio editorial aparecem como estratégias de desconsiderar o trabalho do outro.

Eduardo Bueno defende a ideia de que havia um mercado à espera de publicações de história do Brasil feitas para o público não especialista, não vinculado à universidade. Em entrevista concedida à jornalista Maria Carolina Maia, da *Revista Veja*, em 2010, o autor faz uma retrospectiva acerca do início de seu trabalho, diz que pela sua “experiência no mercado editorial, sentia que havia uma demanda reprimida por livros de história no país.”¹⁴² Não se tratava de quaisquer livros de história, dado que no decorrer da entrevista afirma que são obras escritas com o “viés jornalístico”, ou seja, com ênfase maior na narração de fatos cotidianos, aventuras e descrições pitorescas. Como acontece no jornal diário, as narrativas jornalísticas nos livros são elaboradas para serem compreendidas por leitores com diferentes repertórios e formações.¹⁴³

O autor se passa por aquele que detectou certo interesse social em um assunto e atendeu ao mercado com livros que supririam os anseios dos leitores. Seus discursos pretendem construir a imagem que encontra no *jornalista-historiador* o “benevolente personagem” que acatou os pedidos do público leitor, em uma quase “caridade editorial”, suprimindo-o com seus próprios livros. Oferece ao consumidor o livro que deseja, porque esse não localizaria nos trabalhos acadêmicos, seja por limitação na distribuição em livrarias ou por dificuldades com a linguagem empregada nos textos. As questões econômicas, midiáticas

¹⁴¹ Bonaldo e Bezerril utilizam como referência para tal argumento um artigo escrito pelo historiador norte-americano Nichols Lemann. Ver LEMANN, Nicholas. History solo: non-academic historians. *The American Historical Review*, Vol 1. 100, No.3. Jun, 1995.

¹⁴² MAIA, Maria Carolina. Entrevista. Eduardo Bueno: como a história se repete no Brasil. *Veja Online*. 04 set. 2010. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/eduardo-bueno-lula-repete-paternalismo-de-vargas/> > Acesso em 22 ago. 2015.

¹⁴³ LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora UnB, 1996. p.65.

e editoriais são minoradas em lugar de um discurso mais aprazível. Cria-se a imagem de um genuíno e desinteressado trabalho de divulgação histórica.

A imagem da “demanda reprimida” não aparece de forma ingênua. O “vazio” seria suprido somente por um tipo determinado de história, a qual emerge através de variados discursos editoriais, midiáticos e mesmo acadêmicos. Sua explicação, embora generalizadora, é determinada para sua própria conveniência, donde a necessidade de relacionarmos esse entendimento com a posição ocupada por Bueno, inserida no campo de concorrências pelos discursos do passado e consequente publicação de livros. Na época do lançamento de seus livros, em 1999, o *jornalista-historiador* afirmou, em entrevista ao jornalista Elio Gaspari, na *Folha de S. Paulo*, que o êxito de suas obras se deveu “ao interesse dos brasileiros por uma história com personagens de carne, osso, aventuras, paixões e dinheiro. A história tem libido, tem sangue.”¹⁴⁴ Apesar da alegada originalidade do autor, esse tipo de narrativa que se infiltra no cotidiano de figuras históricas já era escrita no Brasil.

Há como exemplo duas obras lançadas em 1997, um ano antes do lançamento do primeiro livro da coleção: *História da vida privada no Brasil* vol.1 (organizada por Laura de Mello e Souza, publicado pela *Companhia das Letras*) e *História das mulheres no Brasil* (organização de Mary del Priore, lançado pelas editoras *Unesp* e *Contexto*). A primeira obra vendeu cerca de 150 mil exemplares e figurou durante certo período nas listas dos livros de “não ficção” mais vendidos no país. De tão adentradas nas descrições do dia-a-dia de personagens do passado, em artigo da revista *Veja*, em 1997, a jornalista Fernanda Scalzo acusa ambas de serem “sensacionalistas”. Não foram feitas acusações e críticas contra a linguagem, mas contra o modo em que conteúdo foi escrito. Eis o que Scalzo escreveu em sua crítica:

E tome descrições de cenas de sexo no mato, homossexualismo masculino e feminino e por aí afora. O auge da apelação está nas ilustrações. Os editores forçam a barra a ponto de, num livro sobre História do Brasil, reproduzir gravuras européias com o intuito de mostrar cenas de nudez e relações sexuais.¹⁴⁵

Feita essa análise, apontamos que o “espaço vazio” não está tão vazio como defendido. Voltemos para o chamado de “lacunas”, “demanda reprimida”, “espaço vazio” do mercado editorial. Há uma investida da mídia ao apresentar Eduardo Bueno como um precursor que ocupou um espaço editorial abandonado de publicações de divulgação da

¹⁴⁴ BUENO, Eduardo. Entrevista a Elio Gaspari. 03 jan 1999. *Folha de S. Paulo*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc03019913.htm> > Acesso em 17 de set. 2015.

¹⁴⁵ SCALZO, Fernanda. Apelação sexual. “Nova história” do Brasil é sensacionalista e fraca. *Revista Veja*. Página 122. São Paulo. 16 jul. 1997.

história. O fato de ser um jornalista a ocupar este lugar aumenta a legitimidade que os meios de comunicação outorgam para si no reconhecimento do *jornalista-historiador* dentro dos campos da história. Um espaço, *a priori*, guardado por aqueles detentores de títulos e formação acadêmicos. Verificamos isso em fragmentos de artigos publicados em alguns dos principais veículos de comunicação do país:

Tabela 8: um espaço ocupado por Eduardo Bueno, segundo a mídia

<i>Folha de São Paulo / 06 dez 1998</i>	<i>O Globo / 05 dez 1998</i>	<i>Jornal do Brasil / 21 ago 1999</i>	<i>Isto É / 24 fev 1999</i>
Seus livros <u>suprem uma lacuna</u> na área de obras de história, por dirigirem-se a um público intermediário, que possui bom nível cultural, mas não é especialista. (Grifos nossos)	O homem que está fazendo o Brasil <u>recuperar o gosto de ler</u> sobre sua História, especialmente aquela que diz respeito à época do Descobrimento. (Grifos nossos)	É certo que Eduardo Bueno <u>desbravou um nicho</u> . (Grifos nossos)	O jornalista gaúcho, 40 anos, mais conhecido como 'Peninha', <u>encontrou um novo filão</u> , que mescla minúcias do Brasil colonial com um delicioso clima aventureiro. (Grifos nossos)

Estes discursos procuram fazer a obra e seu autor ganharem visibilidade no negócio de livros, na tentativa de naturalizar as obras de Eduardo Bueno como objetos gerados no espaço editorial que estava à espera desse momento. São utilizados mais como recursos de visibilidade para os livros do que um retrato do mercado editorial. Na desconsideração das demais obras de história cria-se um suposto vazio, muito mais abstrato do que se imagina, em que somente as obras de Bueno ocupariam aquele espaço. Com a repetição desses discursos por variados agentes, em diferentes períodos, acaba-se sedimentando uma ideia.

O alegado “vazio editorial” denota certa eufemização das razões comerciais da produção e circulação das obras, omite que a necessidade de um objeto pode ser criada e ignora os diversos aparatos de visibilidade utilizados, como campanhas de publicidade, disseminação do autor e dos livros, sessões de lançamentos, técnicas editoriais para promoção do livro, entrevistas e artigos favoráveis em jornais de grande circulação.

Para destacarmos as obras escritas por historiadores profissionais e que obtiveram êxito editorial na década de 1990, consultamos as listas de livros mais vendidos em grandes

jornais do país¹⁴⁶. As listas encontradas em alguns meios de comunicação foram escolhidas por sua importância e influência cultural e econômica: em São Paulo: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Revista Veja*; no Rio de Janeiro: *O Globo* e o *Jornal do Brasil*.

As listas foram encontradas nos seguintes cadernos: “Letras”, que a partir de 1992, se tornou “Mais!”, da *Folha de São Paulo*; “Prosa & Verso”, do jornal *O Globo*; “Idéias”, publicado no *Jornal do Brasil*; “Cultura”, do jornal *O Estado de São Paulo* e “Livros”, na revista *Veja*. Mapeamos obras que despontaram em algum momento nessas listagens, o que já desarticula os discursos de vazios editoriais. Tenhamos em mente duas observações quanto ao uso dessas listas: primeiro, que seu emprego servirá apenas como indicador parcial do que surgira no mercado, pois sabemos de seu caráter incompleto¹⁴⁷. Segundo, suas informações são colhidas em livrarias selecionadas, não na totalidade desse segmento comercial, podendo não representar uma amostra expressiva do setor.¹⁴⁸

Para elaborarmos dados que atendessem ao que procurávamos, esquadrimos apenas as obras que tenham algumas semelhanças entre si, como discursos que enfatizem a linguagem empregada nos textos, esmerados trabalhos editoriais e apelos midiáticos. Nas listas de livros mais vendidos, a totalidade dos livros *best-sellers* de história escritos por historiadores foi lançada pela Companhia das Letras e, em sua maioria, retrata a vida cotidiana do homem no decorrer do tempo e obedecem a certas estruturas narrativas. A presença de uma única editora entre essas publicações mostra o papel desempenhado por esta na divulgação da história naquele momento. Como uma editora comercial, a Companhia não se limitou apenas a difundir determinada obra e autor, mas criou um padrão editorial, que começava pela referência à qualidade das capas, à estética do livro, para então, chegar ao texto. Para suas obras, a editora investe em sessões de autógrafos, publicidade e resenhas em jornais e comparecimento nas bienais do livro de São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁴⁶ Tentamos pesquisar outros jornais fora do eixo Rio - São Paulo, como *Correio Braziliense* (DF), *Diário de Pernambuco* (PE), mas estes ainda iniciarão o processo de digitalização de seu. No momento, não há um acervo digitalizado no jornal *Zero Hora* (RS).

¹⁴⁷ Cada veículo de comunicação tem sua própria metodologia para adquirir os dados relativos às vendas de livros: o jornal *O Estado de São Paulo* recolhe as informações somente em grandes livrarias da capital paulistana. Por sua vez, a *Folha de S. Paulo*, em livrarias localizadas nas seguintes cidades brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre. O jornal *O Globo* obtém as informações em livrarias encontradas em quatro capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. A revista *Veja*, em variadas livrarias da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro e em apenas uma livraria em Porto Alegre, Brasília, Salvador, Recife e Belo Horizonte.

¹⁴⁸ REIMÃO, Sandra. Os best-sellers de ficção no Brasil 1990-2000. In: Carlos J.F. Jorge e Christine Zurbach. (Org.). *Estudos literários/ Estudos culturais*. Évora: Universidade de Évora, 2001, v. 1, p. 1-15.

Tabela 9: Livros de história entre os mais vendidos¹⁴⁹ (1990-1999)

ANO	OBRA	AUTOR(A) / ORGANIZADOR(A)	EDITORA	LISTAGEM
1990	<i>História da vida privada</i> vol.1	Paul Veyne	<i>Companhia das Letras</i>	<i>Veja</i> (30 semanas) <i>Folha</i> (26 semanas)
1990	<i>História da vida privada</i> vol.2	Georges Duby	<i>Companhia das Letras</i>	<i>Veja</i> (6 semanas) <i>Folha</i> (11 semanas)
1991	<i>História da vida privada</i> vol.3	Roger Chartier	<i>Companhia das Letras</i>	<i>Folha</i> (9 semanas)
1991	<i>História da vida privada</i> vol.4	Michelle Perrot	<i>Companhia das Letras</i>	<i>Veja</i> (6 semanas) <i>Folha</i> (1 semana) <i>O Globo</i> (1 semana)
1995	<i>Era dos extremos</i>	Eric Hobsbawm	<i>Companhia das Letras</i>	<i>O Estado</i> (27 semanas) <i>Veja</i> (18 semanas) <i>O Globo</i> (10 semanas) <i>Folha</i> (30 semanas)
1997	<i>História da vida privada no Brasil</i> vol.1	Laura de Mello e Souza	<i>Companhia das Letras</i>	<i>Veja</i> (7 semanas) <i>O Estado</i> (1 semana)
1997	<i>História da vida privada no Brasil</i> vol.2	Luiz Felipe de Alencastro	<i>Companhia das Letras</i>	<i>O Globo</i> (1 semana)
1997	<i>Viagem pela história do Brasil</i>	Jorge Caldeira ¹⁵⁰	<i>Companhia das Letras</i>	<i>O Estado</i> (8 semanas)
1998	<i>História da vida privada no Brasil</i> vol.4	Lilia Schwarcz	<i>Companhia das Letras</i>	<i>Veja</i> (1 semana)

¹⁴⁹ A maioria das listas dos mais vendidos apresenta 10 livros.

¹⁵⁰ Talvez chame a atenção a inclusão do livro de Jorge Caldeira entre os livros de história. Este autor é um caso bem peculiar, não é considerado um jornalista no sentido que usamos ao nos referirmos a Laurentino Gomes ou Eduardo Bueno, tampouco é um historiador profissional. Mas, Caldeira é formado em Ciências Sociais e é doutor em Ciências Políticas, na Universidade de São Paulo. Enquadra-se nas fronteiras do conhecimento, pois escreve para um público não acadêmico, trabalha em grandes veículos de comunicação e possui vínculos de formação com a Academia. Costuma ser apresentado como “jornalista”, “ensaísta”, “escritor”, denominações que buscam afastá-lo de alguma proximidade com a disciplina histórica.

1998	<i>As barbas do imperador</i>	Lília Schwarcz	<i>Companhia das Letras</i>	<i>O Estado</i> (15 semanas) <i>Veja</i> (2 semanas) <i>Folha</i> (10 semanas) <i>O Globo</i> (6 semanas) <i>Jornal do Brasil</i> (11 semanas)
------	-------------------------------	----------------	-----------------------------	--

A coleção da *História da vida privada* é a tradução da edição publicada no decorrer dos anos 80, na França, dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby. Em consonância com o sucesso mundial da coleção, a versão em português vendeu quase de 25 mil exemplares no Brasil. Desde o lançamento de seu primeiro número, nos artigos e resenhas em jornais, já era destacada a linguagem empregada nos textos. Em artigo do jornal *O Estado de São Paulo*, de 25 de outubro de 1990, o jornalista Luiz Zanin Oricchio destaca a forma de escrita da história da coleção e já traz a imagem de uma história saborosa, como utilizado ao falar sobre os livros de *jornalistas-historiadores*. No comentário acerca do primeiro livro da coleção, Oricchio escreve que

o livro passa longe daquela tonalidade árida, cinzenta, típica de obras escritas por especialistas para especialistas. A nova história busca um texto ágil e fluente. Um saber com sabor, que facilita a travessia dos cinco longos ensaios que compõem o livro.¹⁵¹

A Companhia das Letras se inspirou na versão francesa e lançou a *História da vida privada no Brasil*, sob direção de Fernando Novais. Diferentes historiadores organizaram cada livro que compõe a coleção: Laura de Mello e Souza (primeiro volume), Luiz Felipe de Alencastro (2º), Nicolau Sevcenko (3º) e Lília Schwarcz (4º). Os livros são compostos de grandes capítulos escritos por diferentes autores como Luiz Mott, Mary Del Priore, Ronaldo Vainfas, Evaldo Cabral de Mello, Boris Fausto, entre outros. As obras figuraram nas listas dos mais vendidos do país e chegaram ao número de 150 mil exemplares vendidos.

Para ambas as coleções, há várias resenhas e artigos nos jornais, com ênfase na linguagem e nas curiosidades escritas nos trabalhos, utilizados como propaganda e atrativo para o leitor, o que impulsionam sua circulação no mercado de livros. Não podemos ignorar o trabalho editorial que enriquece a coleção: as capas bem acabadas com imagens e cores chamativas, trabalho tipográfico esmerado, boa qualidade do papel utilizado, títulos atrativos e subtítulos com o recorte temporal das obras. Na ocasião do lançamento do primeiro volume,

¹⁵¹ ORICCHIO, Luiz Zanin. Para privar com medievais e renascentistas. Cultura. *O Estado de São Paulo*. 25 out. 1990. p.93.

Laura de Mello e Souza afirmou que a “intenção foi fazer uma coleção historicamente rigorosa, mas acessível a um público mais amplo.”¹⁵²

Os jornalistas João Gabriel de Lima, Ricardo Valladares e Neuza Sanches escreveram longo artigo na revista *Veja*, edição de 08 de Outubro de 1997, intitulado “No rastro da História.”¹⁵³ Nele, os autores tratam da comercialização de obras historiográficas naquele período, informam que a publicação de livros de história quintuplicou entre os anos 1990 e 1997, citam livros como a coleção da *História da vida privada* e *O nome e o sangue*, de Evaldo Cabral de Mello, entre outros. Não deixam de lado os clássicos, apontam livros de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, como “uma aventura abençoada”, pela linguagem e dados que apresentam. Os autores são categóricos ao afirmar que

o que se valoriza acima de tudo nas obras atuais é o relato dos acontecimentos, não aquela sequência de nomes e datas úteis apenas para decorar e passar de ano numa prova medíocre, mas a pesquisa em fontes originais, a garimpagem em arquivos empoeirados, onde surge o detalhe que ajuda a entender melhor aquilo que já se sabia.

No início de 1998, portanto, antes do lançamento da primeira obra de Eduardo Bueno (lançado poucos meses depois), a jornalista Sylvia Colombo, da *Folha de S. Paulo*, escreveu sobre o mercado de livros de história. Em artigo intitulado “Passado é sucesso nas livrarias”, apontou que o fascínio pelo passado não estava limitado apenas ao meio acadêmico, mas ao público em geral. Colombo cita obras que alcançaram êxito editorial, como trabalhos influenciados pela nova história, textos clássicos que ganhavam reedições e livros escritos por não acadêmicos. Elenca algumas razões deste fenômeno editorial:

Seja porque clarifica aspectos da vida presente, seja porque evoca narrativas que a aproximam do universo literário, sobretudo quando busca temas exóticos e pitorescos, seja ainda porque resgata temas e autores clássicos, a história hoje vive um momento prolífero e é responsável por um quinhão significativo (para o gênero) de títulos publicados no mercado editorial brasileiro.¹⁵⁴

Realizamos este percurso entre publicações e notícias pelos anos 1990, a fim de observarmos o campo das publicações de história. Deve ser suficiente para visualizarmos o cenário em que Bueno atuou com sua *Coleção*. O passado enquanto objeto de compra não era um elemento novo, sempre esteve presente no mercado editorial nacional. O livro *Olga*, de

¹⁵² Citado em HAAG, Carlos. Coleção revela o lado íntimo do país. Caderno de Cultura. *O Estado de São Paulo*. 10 mai. 1997. p.78.

¹⁵³ LIMA, João Gabriel de. et al. No rastro da História. Livros. *Revista Veja*. 08 out. 1997. p. 132-136.

¹⁵⁴ COLOMBO, Sylvia. Passado é sucesso nas livrarias. Caderno Mais!. *Folha de S. Paulo*. 05 abr. 1998.

Fernando Morais, e *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, tornaram-se *best-sellers* na década de 1980. Os *jornalistas-historiadores* emergem nesse rumo de produções editoriais, escrevem sobre o cotidiano dos homens e mulheres do passado, não como uma experiência nova. Pois, essas histórias já eram escritas, chamavam atenção da mídia e obtinham êxito mercadológico entre os leitores.

Um elemento agregador nessa empreitada será a comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. O acontecimento funcionou como “gancho” para o aparecimento de algumas obras que se tornarão *best-sellers* no final do século XX e início do XXI. Nesta situação, aparecerão jornalistas, historiadores e outros profissionais dedicados a organizar o passado em livros e a pô-los à venda.

2.4 COMEMORAR PARA PUBLICAR OU PUBLICAR PARA COMEMORAR?

Iniciamos este capítulo com o título do artigo “Nas ondas do descobrimento”, sobre as atividades em torno desse acontecimento histórico. Pensemos em como essa imagem naturaliza a comemoração, como se os preparativos e trabalhos solenes estivessem navegando por aquelas ondas e ganhassem movimento graças a elas, como se fosse natural comemorar. Consideramos essa movimentação por outra perspectiva, pois são as comemorações que são naturalizadas a partir de festejos, notícias, publicações e medidas públicas. O acontecimento desponta a partir dessa outra onda, não o contrário.

O evento de comemoração ganha legitimidade à medida que lhe é dada visibilidade, o que entendemos como ter espaço e extenuante reiteração midiática, política e cultural. Quanto mais se comentar e for notícia, melhor, pois se torna mais naturalizado no contínuo trabalho de produção da memória coletiva nacional.¹⁵⁵ Sem as mobilizações midiáticas¹⁵⁶, artísticas¹⁵⁷, políticas e editoriais, o dia 22 de Abril seria apenas mais um feriado como nos

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000.

¹⁵⁶ A Rede Globo, maior emissora de televisão do país, também apresentou um projeto, o “Brasil 500”, composto por programas especiais, eventos e no grande show de encerramento, representou o protagonismo assumido pela mídia na cobertura e difusão das comemorações em torno dos *500 anos*. Os itens mais visíveis dessa participação foram os enormes relógios espalhados pelas capitais brasileiras, em 1999. Os *Relógios dos 500 Anos*, desenhados pelo designer Hans Donner, cronometravam o tempo restante para o dia 22 de Abril. Eram exibidos durante a programação da emissora, seguindo o horário oficial de Brasília.

¹⁵⁷ Planejada para ser a maior exposição de arte já feita no país e inaugurada em 2000, *A Mostra do Redescobrimento*, em São Paulo, obteve grande destaque pelo seu porte e acervo exposto. Organizada pela *Associação Brasil 500 anos*, entidade ligada à *Fundação Bienal* e presidida por Edemar Cid Ferreira, a *Mostra*

demais anos, uma data a mais para ser decorada nas escolas. Seja como for, criou-se a oportunidade para diferentes atuações culturais e comerciais em torno dessa data-acontecimento. Mais do que suprir um mercado ou interesse, estabeleceu-se uma “moda” naquele momento: falar do Descobrimento.

As formas de fabricar a comemoração nos permitem apontar quais mitos fundadores históricos são mobilizados na atividade de reorganizar o passado no presente. Festejos e políticas públicas que remetam a um determinado acontecimento trazem à luz personagens e seus feitos, sentenciando outros atores e histórias para a obscuridade e esquecimento. Nos eventos comemorativos que a chegada dos portugueses é festejada. Há o silenciamento quanto ao extermínio dos povos indígenas, causado por aqueles estrangeiros.¹⁵⁸ Apesar das críticas acadêmicas que se propõem a problematizar a chegada dos europeus, ainda prefere-se dar ouvidos unicamente à voz do colonizador. Com esses festejos, não se pretendeu quebrar mitos e paradigmas dessa história, e sim reafirmá-los. Faz-se uma tentativa de perpetuar o mito do passado nacional pacífico e festivo, onde os europeus trouxeram a “modernidade” e “civilização” do Velho Mundo para o “Novo Mundo”.¹⁵⁹ Quanto a esse progresso advindo com a colonização, escreveu Bueno, no primeiro livro da *Coleção*, “de um minuto para o outro, um bando de nativos que, com seus machados de sílex, ainda vivia na Idade da Pedra, foi bruscamente apresentado à Idade do Ferro.”¹⁶⁰

As comemorações oficiais dos *500 anos*, feitas pelo Governo Federal, tiveram seus preparativos iniciados, pelo menos, desde 1998.¹⁶¹ Foram planejados diversos projetos e

reuniu quase 15 mil obras, divididas em 13 módulos, reunidas em quatro espaços no parque Ibirapuera: o pavilhão da *Bienal*, a *Pinacoteca*, a *Oca* e o *Cinecaverna*, este construído para o evento. Vale notar que a exposição foi sucesso de público e atingiu a marca de cerca de 2 milhões de visitantes.

¹⁵⁸ A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha mostra o quão violento foram as conquistas portuguesas no Novo Mundo, verdadeiros extermínios indígenas, causados não apenas pela escravização e práticas predatórias, como por doenças desconhecidas pelos grupos nativos e guerras causadas por interferência dos colonizadores. Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena.” In: _____. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

¹⁵⁹ Alguns dos muitos dos mitos envolvendo a colonização portuguesa e dotando-a de um caráter pacífico ainda se mantêm no imaginário cultural das pessoas e em determinadas historiografias. Alguns trabalhos atuais tentam reorganizar esse passado. Nessa linha desmistificadora, citamos SCHWARCZ, Lília & STARLING, Heloísa. “Primeiro veio o nome, depois uma terra chamada Brasil” e “Tão doce como amarga: a civilização do açúcar”. In: _____. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹⁶⁰ AVD, p.106.

¹⁶¹ Uma diversidade de eventos foi realizada a partir desse projeto de “ajudar a memória” nacional: a *Taça Brasil 500 Anos*: com a partida de futebol entre Vasco e Flamengo; inauguração do Museu do Futebol, no Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro; *Taça dos 500 Anos*, com jogos da seleção brasileira e seleções de países considerados formadores da nação brasileira; entre outros. As artes também estavam incluídas no projeto governamental: obras de Carlos Gomes foram apresentadas no *IV Festival Amazonas de Ópera*, em Manaus, 2000; recital *Um Toque de Classe*, com execução de obras do compositor Heitor Villa Lobos; organização da *Exposição Niemeyer 500 Anos: Do Abstrato ao Concreto*, apresentada em Brasília; a *Semana da Cultura Brasileira*, realizada em

eventos que, segundo constava na abertura do “home page dos 500 anos” (página oficial do governo na Internet sobre as comemorações), tiveram o objetivo de

reunir as comemorações, projetos e histórias que constroem essa página comemorativa dos 500 anos do Brasil não é outra senão ajudar a memória da Nação. Fornecer novas cores para o futuro do País, ainda que incompletas, pois a própria história assim o é, repleta de versões que se sobrepõem e até se excluem.

A mídia impressa não ficou alheia a essas comemorações. Em artigos de jornais encontramos matérias sobre os festejos comemorativos e anúncios de publicações que tratavam da história do “descobrimento”. Como não é nosso intento analisar como o acontecimento é descrito nesses veículos de comunicação¹⁶², tratamos apenas de como a mídia retratou os lançamentos editoriais de história. O mercado editorial teve seu papel nos eventos de comemoração. Criou a oportunidade para inserir no mercado obras de historiadores ou outros autores que se dedicaram a escrever a história do descobrimento ou da colônia do século XVI.

O Descobrimento e a história colonial eram a pauta do dia. Comentava-se sobre o assunto nos jornais e na televisão. Viam-se referências aos festejos nas artes, exposições, apresentações e monumentos como os *Relógios dos 500 Anos*. Criações e solenidades que procuravam incutir no público a suposta importância daquele acontecimento que se queria lembrar. Mais do que “ajudar na memória nacional”, procurou-se criar espectadores para o que José Jobson Arruda chamou de “o show dos 500 anos”¹⁶³.

Seja em manifestações de crítica e protestos ou apoio às comemorações, aquele era o assunto criado para o momento, tornado em “gancho” adequado para o lançamento de uma obra. Alguns livros sobre o tema foram publicados durante aquele período comemorativo. Nosso intento é notar que a efeméride se torna justificativa para a publicação, ainda que seja uma crítica a esta mesma comemoração, independente da situação profissional do autor.

Paris, entre outros eventos artísticos. Sob caráter religioso, mas incluído nos eventos oficiais, estavam a Celebração de missa comemorativa ao aniversário de 500 anos da primeira missa rezada no Brasil, em Santa Cruz da Cabrália, Bahia; Assembleia Anual da CNBB e missas solenes realizadas em diferentes cidades.

¹⁶² Há uma análise sobre como a comemoração do descobrimento é noticiada no jornal Zero Hora, de Porto Alegre. Ver COGO, Denise. *Mídia e multiculturalismo: a produção de sentido sobre os 500 anos de Descobrimento do Brasil*. In: Rastros: revista virtual de estudos em comunicação.

¹⁶³ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.47.

Tabela 10: livros lançados em torno das comemorações dos 500 anos

ANO	TÍTULO	AUTOR(A)	EDITORIA
1998	<i>A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral</i>	Eduardo Bueno	<i>Objetiva</i>
1998	<i>Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531</i>	Eduardo Bueno	<i>Objetiva</i>
1998	<i>A descoberta do homem e do mundo</i>	Adauto Novaes	<i>Companhia das Letras</i>
1999	<i>Nau Capitânia: Pedro Álvares Cabral, como e com quem começamos</i>	Walter Galvani	<i>Record</i>
1999	<i>Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores</i>	Eduardo Bueno	<i>Objetiva</i>
1999	<i>O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir</i>	José Jobson de Andrade Arruda	<i>EDUSC</i>
2000	<i>Os Excluídos do Reino</i>	Geraldo Pieroni	<i>Universidade de Brasília</i>
2000	<i>Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária</i>	Marilena Chauí	<i>Fundação Perseu Abramo</i>

Encontramos uma variedade de autores e temáticas, desde obras mais críticas quanto às comemorações, como de Arruda e Chauí, a biografia de Pedro Álvares Cabral, escrita pelo jornalista Walter Galvani, que chegou a figurar, durante algumas semanas, nas listas dos livros mais vendidos na categoria de “não ficção”. Marilena Chauí conclui seu livro de forma energética, afirmando que “não há o que comemorar”.

Sob o pretexto comemorativo, Adauto Novaes organizou o livro *A descoberta do homem e do mundo*, resultado do primeiro seminário que a Divisão de Estudos e Pesquisas da Funarte (ligada ao Ministério da Cultura) organizou sobre os quinhentos anos do descobrimento do Brasil, intitulado “500 anos, experiência e destino”, realizado no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, entre 1997 e 1998. A obra é composta por 23 capítulos escritos por intelectuais brasileiros, portugueses e franceses, como Luiz Felipe de Alencastro,

Paulo Miceli, Marilena Chauí, Jean-François Courtine e Jean Delumeau. O Novo e o Velho Mundo são lembrados nessa coletânea, sua temática gira em torno de rupturas e descobertas ocorridas no período das grandes navegações portuguesas.

A Editora Objetiva deu o pontapé inicial para as publicações de história do descobrimento do Brasil naquele momento. A *Coleção Terra Brasilis* não fora o primeiro trabalho de *Eduardo Bueno* no mercado de livros de história, mas foi o seu maior êxito de vendas¹⁶⁴, em uma circunstância em que o passado do Brasil era o assunto da vez. O valor do livro é um indicador que também é relevante nesse meio. Os livros da *Coleção* eram baratos, quando comparados a outras publicações de história. Em 1999, *AVD* era vendido por R\$16 e *NTD*, por R\$17,50. Enquanto, por exemplo, *As barbas do Imperador*, de Lília Schwarcz, era comercializado por R\$32 e em 1998, o terceiro volume da *História da vida privada no Brasil*, era comprado por cerca de R\$48¹⁶⁵. O salário mínimo naquele período era de R\$130. O aspecto econômico aliado à ocasião comemorativa ajuda no êxito das obras.

O quarto volume da coleção de livros escritos por Bueno somente foi publicado em 2006, com a edição em novos formatos dos três livros anteriores. Na sinopse do livro, o leitor já se depara com a pretensão do autor em buscar as origens das práticas de corrupção no país. Atividades que, naquela época, estavam exaustivamente nos noticiários, em coberturas jornalísticas e grande espaço nos jornais.

Ao mergulhar no cotidiano de uma sociedade marcada pela desigualdade, pelo desrespeito às leis, pelo uso do aparelho de Estado para obtenção de benefícios pessoais, pelo clientelismo, pelo nepotismo e pela corrupção generalizada, o leitor poderá encontrar, nas páginas de *A Coroa, a Cruz e a Espada*, a origem de algumas mazelas que, 450 anos depois, ainda minam o desenvolvimento do Brasil.¹⁶⁶

Não é possível pensarmos a produção da *Coleção Terra Brasilis* afastada do horizonte de efemérides e acontecimentos midiáticos. Estes servem como meios de proporcionar visibilidade editorial para livros e autores. Produz um cenário para a emergência desses livros. Essas “obras de divulgação” funcionam como uma elucidação de um acontecimento na reconstituição do passado em uma busca pelas origens.

O campo dos livros de história no Brasil já estava ocupado por obras de diferentes qualidades (Tabela 9 e 10). Livros escritos e editados para uma ampla audiência, com

¹⁶⁴ Segundo o autor, até 2009, a *Coleção* teria vendido quase 935 mil exemplares.

¹⁶⁵ Para os preços dos livros de Eduardo Bueno e Lília Schwarcz, ver Os mais vendidos. Prosa & Verso. *O Globo*. 20 fev. 1999. p.05. E para a *História da Vida privada do Brasil*: Os mais vendidos. Prosa & Verso. *O Globo*. 02 mai. 1998. p.05.

¹⁶⁶ ACC, quarta capa.

composições textuais arranjadas e temas que estavam na ordem do dia. Para tanto, eram mobilizados diversos dispositivos, como notícias em grandes jornais, resenhas e críticas em cadernos de cultura, granjeando mais capital simbólico para as obras, arregimentando-as com características socialmente aceitas como históricas. Tornavam-se produtos comerciais e produtores de compreensão do passado e de hábitos de leitura daquelas narrativas construídas à parte do mundo acadêmico.

A *Coleção Terra Brasilis* foi elaborada por diferentes instrumentos textuais e editoriais, fixando determinadas características e articulando-se entre um contexto nacional festivo e um mercado de livros de história em expansão. Sua maior inovação, haja vista a existência de outras obras elogiadas pela linguagem, naquele momento, foi a confluência de preço e de técnicas editoriais utilizadas naqueles livros, sem ignorarmos as investidas da mídia em sua divulgação. No entanto, não podemos desconsiderar a perspectiva de que a emergência das “obras de divulgação” pode ser interpretada como um sinal sociocultural de mudanças (como aumento nos índices de alfabetização, melhora na economia, disposição em melhor compreender o país etc.) e continuidades (histórias já contadas sob preconceitos e perspectivas colonialistas, o gosto pelas histórias romanceadas de capa e espada etc.) presentes na sociedade contemporânea, seja na universidade, na educação ou no mercado de livros.

Diante do êxito editorial de obras que transformaram as efemérides em “gancho”, muitos outros trabalhos e autores entraram em evidência na mídia e nas listas dos mais vendidos: como o livro de Roberto Pompeu de Toledo, na ocasião dos 450 anos da cidade de São Paulo, em 2004, e os duzentos anos da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, com o livro *1808*, de Laurentino Gomes, em 2008. Esquadrinharemos este último acontecimento que serviu como justificativa para a publicação de vários livros, em comemorações mais presentes no mercado editorial do que na cultura histórica brasileira.

3. A DIVULGAÇÃO EM DATAS: AS OBRAS DE LAURENTINO GOMES

Neste capítulo, esmiuçaremos alguns aspectos das obras de Laurentino Gomes e descortinaremos alguns dos artifícios aos quais recorre na composição de seus textos. Atentaremos-nos aos processos de construção do passado e aos cuidados assumidos pelo autor ao reclamar um modelo próprio de legitimidade em seu trabalho. Como nos livros de história escritos por Eduardo Bueno, o entretenimento e o conhecimento histórico se mesclam nos desdobramentos da escrita da história, o que não significa que esteja isenta de contradições e ambiguidades. Os textos desses *jornalistas-historiadores* organizam o passado pautado em determinadas necessidades presentes, sociais, morais e políticas.

No contexto de comemoração dos duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, 1808 não estava sozinho entre as publicações que abordaram aquele acontecimento histórico. Algumas outras obras com essa temática foram publicadas no mesmo ano: a reedição de *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*, escrita por Thomas O'Neil¹⁶⁷, tenente da marinha inglesa que acompanhou D. João durante o trajeto entre Portugal e Brasil. Esse livro tem uma introdução escrita por Lilia Schwarcz, autora da história da mudança da biblioteca real para o Rio de Janeiro, publicada pela Companhia das Letras, em 2002¹⁶⁸. Outro livro é *O Jardim de D. João*, de Rosa Nepomuceno¹⁶⁹. Houve o lançamento de *Dicionário do Brasil Joanino*, escrito por Ronaldo Vainfas¹⁷⁰ e *A viagem marítima da família real*, de Kenneth Light¹⁷¹. Este último livro baseado em minuciosa pesquisa de documentos inéditos do Almirantado britânico.

O tema da chegada da família real ao Brasil não era um assunto desconhecido do público. Anos antes, o cinema já exibira aqueles acontecimentos no formato de película fílmica. É o caso do filme *Carlota Joaquina – Princesa do Brazil*, dirigido por Carla Camurati, em 1995. O mesmo se deu na televisão com a minissérie, *O Quinto dos Infernos*,

¹⁶⁷ O'NEIL, Thomas. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 2007.

¹⁶⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁶⁹ NEPOMUCENO, Rosa. *O Jardim de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

¹⁷⁰ VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lúcia Maria (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

¹⁷¹ LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real*. A transferência da corte para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

exibida em 2002, na Rede Globo, sob direção de Wolf Maya e Alexandre Avancini¹⁷². Essas produções apresentaram os acontecimentos em torno do ano de 1808 sob um pano de fundo cômico e trouxeram personagens construídos de forma caricata: uma Carlota Joaquina adúltera e despuadora, um D. João VI parvo e confuso. Em seus livros, Laurentino Gomes buscou se afastar desses estereótipos, mas empregou outros para a caracterização de seus personagens. Os eventos do filme orbitam em torno da figura da princesa Carlota Joaquina, enquanto na minissérie, narram-se outros contextos e vidas de personagens. Pelo alcance da televisão e a atuação de atores e atrizes conhecidos do público, aquelas obras parecem ter sedimentado uma ideia no imaginário popular acerca daquele período e dos diversos atores envolvidos nos acontecimentos.

As histórias já habitavam as representações do passado que circulavam na sociedade. Somados a isto, as publicações, os eventos comemorativos (em menor número do que na ocasião do Descobrimento, anos antes), o trabalho da mídia e uma tradição de preferências por uma literatura de folhetim¹⁷³, foram fatores que contribuíram para a emergência da história divulgada em *1808*. Neste livro, Gomes descreve a iminente invasão napoleônica no reino de Portugal e a fuga da corte portuguesa para o Brasil. Narra as adversidades enfrentadas durante a travessia no oceano Atlântico e a vida da família real na Colônia. O autor se baseia em relatos feitos por testemunhas daquele período e apresenta os acontecimentos de modo satírico e curioso.

Laurentino Gomes, na tentativa de seguir o êxito mercadológico de seu primeiro livro, lançou em 2010, pela editora Nova Fronteira, *1822*, retratando alguns dos eventos em torno da Independência do país e o retorno de D. Pedro I para Portugal. Seus dois primeiros livros venderam mais de um milhão de exemplares, tornaram-se sucesso de vendas e permaneceram durante vários meses nas listas de mais vendidos no Brasil.

Em 2013, lançou seu terceiro livro, *1889*, pela Editora Globo, completando a trilogia. Nesse último, Gomes recontou os fatos dos últimos dias do império brasileiro, sob a iminência da Proclamação da República, em 1889. Obras de José Murilo de Carvalho (*Os Bestializados*, *A formação das almas*) estão entre suas principais referências para a caracterização do período. Essa é a obra de Gomes com uma maior ênfase na política imperial

¹⁷² Segundo a Rede Globo, a minissérie faz uma adaptação livre dos livros *O Chalaça*, de José Roberto Torero (lançado em 1995, pela Objetiva), *A Imperatriz no Fim do Mundo*, de Ivani Calado (lançado em 2002, pela Ediouro) e *As Maluquices do Imperador*, de Paulo Setúbal (lançado em 1927).

¹⁷³ MEYER, Marlyse. *Folhetim*. Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

e posteriormente, republicana. O viés romântico da história não foi esquecido, o autor narra os casos de amor de D. Pedro II e a Condessa de Barral, assim como as disputas entre o Marechal Deodoro e Silveira Martins pelo afeto da Baronesa do Triunfo.

Os livros da trilogia também foram lançados em versões juvenis ilustradas¹⁷⁴. Essas edições trazem imagens feitas pela artista Rita Bromberg Brugger, experiente em ilustrações infanto-juvenis. As imagens são traçadas e coloridas à mão, imprimindo informalidade ao texto, ao contrário das edições “adultas” que trazem reproduções de obras de pintores consagrados. A narrativa juvenil é um resumo da narrativa original, adaptada por Luiz Antônio Aguiar. Além desse formato, esses livros são comercializados como audiobooks. Há ainda uma edição de luxo numerada de 1808, apresentada com capa dura, papel importado, em um box com capa em tecido, fechamento em ímã¹⁷⁵. Trataremos apenas das edições convencionais da trilogia.

Iniciamos a análise das obras pela caracterização dos mecanismos paratextuais utilizados¹⁷⁶, tendo sempre em mente que não são empregados de forma gratuita na composição dos livros. Empreendemos a pesquisa pelo começo usual de todo livro - a capa - e pelos os artifícios ali presentes: títulos, subtítulos, nome do autor e alguns adereços impressos. Exploramos alguns outros paratextos, como prefácio, agradecimentos, notas e referências. Em seguida, ocupamo-nos de alguns elementos da narrativa, perscrutando como recursos literários, jornalísticos e acadêmicos são articulados pelo autor em um misto de reportagem descritiva, testemunhos do passado e histórias de entretenimento.

3.1 AS FUNÇÕES DA HISTÓRIA

Compreender aquilo que Laurentino Gomes entende por história é importante para nos ajudar a analisar muitas das escolhas feitas na construção de seus textos. Nas introduções

¹⁷⁴ GOMES, Laurentino. *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Ilustração: Rita B. Brugger. Adaptação: Luiz Antônio Aguiar. Edição juvenil. Rio de Janeiro: Ed. Planeta, 2008; _____. *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Ilustração: Rita B. Brugger. Adaptação: Luiz Antônio Aguiar. Edição juvenil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2015; _____. *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. Ilustração: Rita B. Brugger. Edição juvenil. Rio de Janeiro: *Nova Fronteira*, 2011; _____. *1889 - Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*. Ilustração: Rita B. Brugger. Adaptação: Luiz Antônio Aguiar. Edição juvenil. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2014.

¹⁷⁵ GOMES, Laurentino. *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Edição de luxo. Rio de Janeiro: Ed. Planeta, 2012.

¹⁷⁶ GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009.

de seus três livros, Gomes costuma narrar os porquês da escolha de determinado tema e apresentar algumas dificuldades na pesquisa, aspectos habituais encontrados comumente nessa parte de um livro. Algo que nos interessa nesses textos são certos significados e papéis que o autor delega para o conhecimento do passado. Nas introduções de seus livros, escreve que o interesse¹⁷⁷ pelo passado é explicado porque a história faz os leitores se mobilizarem, reconhecerem a si próprios no processo histórico, fortalecerem suas identidades e entenderem o seu presente.

A história como modo de resgatar o passado

Na introdução do *1808*, o autor escreve que pretendeu “resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver a seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás”¹⁷⁸. Gomes assume o papel do sujeito que lança luz aos acontecimentos do passado, fazendo-os surgirem no presente. Tem a pretensão de resgatar o passado pelo fato de escrever sobre algum período. Apresenta várias razões para efetuar esse “resgate”: a existência de histórias ideologicamente marcadas, a deficiência do ensino e dos livros didáticos e o descaso do governo com o patrimônio histórico. Além disso, busca realizar uma melhor representação do passado mais compreensível para o leitor.

Não são todos os aspectos dos acontecimentos que são trazidos à tona. Resgatar o passado é utilizado como justificativa para apresentar aquelas histórias e torna-se um artifício editorial na publicação da obra. O *jornalista-historiador* faz um resgate “controlado”. Sob a justificativa de lembrar-se, acaba se esquecendo de outros personagens. Esse “resgate” é marcado intencionalmente, pois somente determinados personagens, grandes homens em torno dos quais a história orbita e eventos inusitados fazem parte do trabalho do autor. São atores burlescos, eventos curiosos, elementos que de alguma forma contribuíram para a criação de uma história de entretenimento que inseridos em uma indústria cultural, informam e entretêm.

¹⁷⁷ Hans U. Gumbrecht, ao falar sobre o interesse que a história despertaria nas pessoas, diz que há um verdadeiro fascínio pelo passado, não necessariamente pela história. Um “fascínio antropológico”, sem dependências com o passado, mas fortalecido pelo turismo, arte, arquitetura etc. Cf. GUMBRECHT, H. U. Depois de “aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H.; ARAUJO, V. (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 25-42.

¹⁷⁸ *1808*, p.19.

Uma história para entender o presente

Na escrita de Laurentino Gomes, conhecer o passado ganha a função de explicar o contexto no qual vive o leitor e conscientizá-lo de questões de cidadania¹⁷⁹. Reescrever os eventos históricos visaria a uma compreensão do tempo presente. A partir disso, esse conhecimento seria capaz de fazer a sociedade progredir, conhecer a si mesma e dotar de algum poder que impulsionaria seus leitores a construir o “Brasil de nossos sonhos”. Eis o que o autor escreve na introdução do *1889* ao explicar a importância da história:

Uma sociedade que não estuda história não consegue entender a si própria porque desconhece suas raízes e as razões que a trouxeram até aqui. E, se não consegue entender a si mesma, provavelmente também não estará preparada para construir o futuro de forma organizada. O estudo de história é hoje, talvez até mais do que qualquer outra disciplina, uma ferramenta fundamental na construção do Brasil dos nossos sonhos em um novo ambiente de democracia.¹⁸⁰

Nos livros, Gomes procura fazer com que o leitor compreenda como o país chegou à situação em que se encontra hoje. Busca as ferramentas que lhe darão suporte para interpretar o presente naquilo que considera as origens, julgando-o ou condenando-o. Nessa obsessão das origens, para usar o termo de Marc Bloch, o passado basta para explicar o tempo atual. Nas histórias da trilogia, o passado adquire uma linearidade progressiva, em que um acontecimento é explicado pelo anterior e assim, sucessivamente. Constrói-se uma imagem de uma progressão regular dos eventos ao longo do tempo. O desejo de entender a sociedade brasileira e obter lucros possibilita que discursos como os de Gomes apareçam e se legitimem. Quando ligados à exposição midiática e aos sucessos de vendas, fazem crer que a história é um progresso constante, ignorando as contradições do passado.

Uma história que possibilita a participação dos leitores

Os leitores assumem um aparente papel ativo no desenvolvimento das narrativas da trilogia. Como diz Gomes, “caberá aos leitores refletir se deles [relatos do passado] é possível

¹⁷⁹ Essa perspectiva de encarar o aprendizado de história ainda está em voga no ensino tradicional. Para uma problematização ver FONSECA, Selva G. O ensino de história e a construção da cidadania. In: _____. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012. p.143-158.

¹⁸⁰ *1889*, p. 27.

retirar lições que sejam úteis na edificação do futuro.”¹⁸¹ O autor aproxima o leitor dos acontecimentos do passado. Com a possibilidade de controle dada àquele, o conhecimento histórico ganha contornos de utilidade pública. A história, mais do que meio de informação, se torna um canal que modificaria os modos de vida e a sociedade em geral. Formaria e ratificaria identidades, preconceitos, imaginários e representações.

As diferentes introduções dos livros da trilogia mostram a tentativa de fazer uma preparação do leitor, orientar sua leitura e os modos de compreender os diferentes aspectos do passado que o autor traz à tona. Apresentam justificativas plausíveis e socialmente aceitas para legitimar um trabalho cultural que trate do passado. A questão da história como objeto de entretenimento, diversão e passatempo é minorada diante de outras funções, como resgatar o passado, entender o presente e tirar lições de vida.

Há uma forma peculiar de entretenimento nessas obras, formado a partir de uma interação entre o burlesco e o metódico. O caráter lúdico desses livros é encontrado com mais facilidade ao longo das narrativas e em seus títulos. As funções dadas para a história, pelo autor, aparecem constantemente no decorrer do texto, seja de forma direta, como acontece nas introduções e conclusões, seja no modo de organizar os acontecimentos, em palavras utilizadas nos textos, nas resenhas e críticas feitas e nos paratextos utilizados. As escolhas do autor e da editora explicitam as funções que a história assume e quais passados serão resgatados nas obras.

3.2 ARTIFÍCIOS PARATEXTUAIS NA “TRILOGIA DAS DATAS”

Os livros não são compostos unicamente por páginas de textos escritos pelo autor, mas por vários componentes com determinadas funções na obra que, ao se articularem, possibilitam sua materialização. Diferentes peças - os paratextos - influenciam a forma de interpretar determinados trabalhos¹⁸². Variados elementos são organizados em um livro visando criar um significado próprio, em consonância com as intenções de editores. O título, subtítulos, prefácios, posfácios; notas de rodapé ou de fim de texto; epígrafes; ilustrações;

¹⁸¹ 1880, p.27.

¹⁸² GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009. p. 09.

erratas, capas, e quaisquer outros acessórios usados na composição do livro modificam a maneira tanto de apresentar uma obra quanto de compreendê-la.

As capas assumem um papel privilegiado na interlocução com o público e constituem um difusor único de promoção comercial do livro. Elas trazem consigo alguns itens úteis para análise, em virtude de que os paratextos como o nome do autor, o título da obra e a arte utilizada indicam significados que os produtores almejavam para obra. Na trilogia, as imagens de alguns personagens do passado - D. João VI (1808), D. Pedro I (1822) e do Marechal Deodoro da Fonseca (1889) - indicam uma primeira impressão de que a obra trata do passado, fato reforçado pelo uso de datas como títulos. Ou seja, são referências que denotam uma obra com fins histórico-culturais. Na tentativa de contrabalançar essas imagens do passado e o sentido que o autor pretende construir, os subtítulos aparecem com palavras lúdicas que remetem a uma narrativa menos rigorosa e informal. Estabelecem relação com o texto e pretendem humanizar a história que se seguirá.

O nome do autor, também encontrado na capa, não é o nome próprio que se refere ao indivíduo, e sim atribui algumas características ao próprio autor e à obra: o “jornalista que escreve história” ou “autor *best-seller*”, “livros de história com fácil leitura” etc. O nome “Laurentino Gomes”, portanto, torna-se uma marca de distinção. Essa função-autor não indica a existência do sujeito que escreve, e sim demarca uma rede de discursos relativos àquele nome. Não é um artifício que se altera por qualquer outra palavra, visto que opera certo papel: assegura uma função classificatória¹⁸³. Com exceção do primeiro livro da trilogia, o nome do autor na capa se torna instrumento de referência para a obra, cria expectativa em seu possível comprador, que espera do livro qualidades semelhantes ou superiores aos trabalhos anteriores do autor.

Trata-se de um objeto em busca de visibilidade mercadológica que pretende se posicionar entre as diversas obras de história, oferecendo ao leitor outro modo de compreender o passado, sem deixar de lado seu caráter cômico e de entretenimento.

As capas das primeiras edições da trilogia escrita por Laurentino Gomes¹⁸⁴:

¹⁸³ FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad: Inês Autran Dourado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 273.

¹⁸⁴ Os livros *1808* e *1822* foram relançados pela Editora *Globo* em 2014 e 2015, respectivamente. Não apenas os textos foram revistos por uma historiadora profissional como as capas foram reformuladas. Outras alterações foram realizadas, como as posições de alguns elementos, foram utilizadas cores mais claras. As imagens de obras históricas encontradas nos livros receberam novas diagramações e uniformidade de tamanho.

Figura 15: capa do 1808

Figura 16: capa do 1822

Figura 17: capa do 1889

O título recebe maior destaque na capa. Na figura 15, Laurentino Gomes, na qualidade de autor estreante, ainda é apresentado sem referências a obras anteriores, o que já não acontece com seus livros subsequentes, como visto nas Figuras 16 e 17, que fazem menção às suas outras obras. Os títulos apresentados abaixo do nome do autor obtiveram êxito mercadológico, o que encaramos como mecanismo de promoção da obra. O capital

simbólico ligado ao nome do autor é capaz de fortalecer e garantir, como uma marca comercial, uma relação com os leitores/compradores.

Gérard Genette distingue algumas funções quando analisa os títulos das obras literárias¹⁸⁵. Os títulos têm funções “designativas”; bem como ter função “descritiva”; função “conotativa” e função “sedutora”. Estas são bem exploradas pelas propagandas e campanhas editoriais. Enquanto o alvo do texto são os leitores, o destinatário do título não está limitado a esse grupo, mas a um grupo mais amplo, composto por editores, vendedores, críticos, compradores, para os quais, o título assume a função de “fazer ler sem nem precisar ter lido”¹⁸⁶.

A utilização de datas no título de determinadas publicações não é estratégia exclusiva¹⁸⁷ de Laurentino Gomes, pois encontramos semelhante recurso em outras obras, que o usam para criar seus títulos, algumas até acompanhadas de longos subtítulos. O nome do livro, como o nome do autor, exerce certa função na capa do livro, atua como uma espécie de porta de entrada¹⁸⁸ e fornece ao leitor uma primeira impressão, por mais vaga que seja, que o acompanha durante a leitura. O título identifica ou designa o livro, sua função mais óbvia. Antecipa e condensa o texto principal, seduzindo o leitor com a promessa de determinados conteúdos. Além de funcionar como propaganda do livro. As cores das capas são sintomáticas: no *1808*, os tons utilizados remetem ao papel envelhecido, a algo que se encontra no passado; no *1822*, o vermelho alude à luxúria e sensualidade (não é à toa que a figura de D. Pedro I está na capa e as descrições de suas aventuras sexuais, ao longo do texto) e no *1889*, a escolha das cores que remetem ao patriotismo e a formação da nação.

Abaixo dos algarismos que formam os títulos, encontramos extensos subtítulos constituídos por descrições pitorescas de alguns dos personagens, sempre em número de três:

1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil.

1822 - Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil.

¹⁸⁵ GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009.

¹⁸⁶ *Ibid.*, 72.

¹⁸⁷ NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014; DUSSEL, Enrique. 1492 - o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Trad: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993; DORIA, Pedro. 1789 - Os Contrabandistas, Assassinos e Poetas que Sonharam a Inconfidência no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014; VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹⁸⁸ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p.106.

1889 - Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil.

Laurentino Gomes caracteriza estes atores históricos de forma satírica e os apresenta de modo que se tornem protagonistas dos acontecimentos do passado. Os atos daqueles sempre têm consequências dramáticas: “mudaram a História”, “contribuíram para o fim da Monarquia” ou ajudaram a “criar o Brasil”. A partir dos subtítulos, cria-se a imagem de que a história se transforma em uma peça em que os personagens imprimiram direção aos acontecimentos. Tais atores, apesar de movimentarem os eventos históricos narrados, são apresentados como homens comuns, o que confere aspectos realistas às histórias: rainha louca (D. Maria I), um príncipe medroso (D. João VI), um homem sábio (José Bonifácio de Andrade e Silva), uma princesa triste (Princesa Leopoldina), um escocês louco (Thomas Cochrane), um imperador cansado (D. Pedro II), um marechal vaidoso (Deodoro da Fonseca) e um professor injustiçado (Benjamin Constant). Os adjetivos que caracterizam aqueles personagens fazem com que eles percam alguma transcendência que os separa do restante dos homens e mulheres de seu tempo e do presente. Com isso, criam uma relação de identificação com o leitor e uma ideia de que qualquer pessoa pode fazer parte da história.

Os títulos e subtítulos são resultados de duas justificativas: primeira, há intenções de humanizar a narrativa e segunda, criar um efeito mercadológico para o trabalho. Do primeiro aspecto, tratamos anteriormente. Sobre o efeito comercial da designação do livro, percebemos mais facilmente na resposta do próprio autor ao ser questionado acerca do título e subtítulo de sua primeira obra, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 2008: Laurentino Gomes respondeu que “se pusesse: '1808 - Novas Dimensões' como fazem os historiadores, o livro não venderia nada.”¹⁸⁹

Antes de ter contato com o texto, o leitor já seria capaz de perceber certo teor aventureiro da obra. Os títulos e subtítulos adotam algumas características encontradas nos romances de folhetim¹⁹⁰, gênero literário estudado por Marlyse Meyer¹⁹¹. “Uma temática quer de aventuras, quer de capa e espada, quer histórica, quer judiciário-policialesca, quer realista-sentimental”. Há enredos quase cinematográficos nos títulos da trilogia. A principal

¹⁸⁹ GOMES, Laurentino. Livro sobre 200 anos da chegada da família real torna-se fenômeno editorial. *Folha de São Paulo*. 03 Mar. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u378093.shtml>> Acesso em 15 mar. 2016. Entrevista a Sylvia Colombo.

¹⁹⁰ Originário da França, o romance-folhetim é uma produção romanesca do século XIX, de leitura rápida, era publicado todos os dias nos jornais em espaços determinados e destinados ao entretenimento.

¹⁹¹ MEYER, Marlyse. *Folhetim*. Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

semelhança, entre romances de folhetins e a obra do jornalista, é “a adequada utilização dos macetes diversos que amarrassem o público”. A função dos títulos não é apenas “atrair” ou “seduzir”, como também “prender” e “criar” vínculos entre leitores e a obra.

As capas das obras de Laurentino Gomes trazem diversas peças processos editoriais à procura de estabelecer o primeiro pacto de confiança com o leitor, em que a obra informará e entreterá. Dadas as semelhanças, baseamo-nos aqui nos termos da análise de Paulo Coelho desenvolvida por Fernando Pinheiro, quando este expõe como o autor compactua com leitor no desenvolvimento do texto¹⁹². A partir das datas dos títulos da trilogia e das imagens de personagens históricos nas capas, edifica-se certa imagem que evoca características socialmente aceitas como históricas. Mas há uma quebra nessa imagem, com a comicidade dos subtítulos. Com isso, as obras expõem uma de suas muitas ambivalências entre história e entretenimento.

Outros elementos que contribuem para o acúmulo de capital simbólico estão presentes ao redor do texto. Afirmamos isto tendo em mente os diversos trechos de “depoimentos sobre 1808” que estão na primeira aba do 1822. São peças que querem tanto valorizar o livro como conceder alguma forma de legitimidade intelectual. A editora utilizou os valores agregados na obra anterior do autor para promover seu livro seguinte. São pequenas sentenças proferidas por historiadores e leitores:

Tabela 11: Depoimentos sobre 1808

Autor	Depoimento	Apresentação
Patrícia Morini	“Depois de ler este livro finalmente consegui entender o Brasil.”	Estudante
Stefano Tiozzo	“Um dos melhores livros de História que já li.”	Professor, Universidade de Pádua, Itália
Carlos Magno	“Um livro que ajuda a explicar as raízes comuns de brasileiros e portugueses.”	Jornalista e professor, Cidade do Porto, Portugal
Mônica Rector	“Um forma leve e divertida de estudar História sem sofrimento.”	Professora, Universidade da Carolina do Norte, EUA
Mary Del Priore	“Um livro que se lê com um sorriso nos lábios.”	Escritora e historiadora, Rio de Janeiro

¹⁹² PINHEIRO, Fernando. Para ler Paulo Coelho. Ilustríssima. *Folha de S. Paulo*. 20 jan. 2013. Disponível em < www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/89423-para-ler-paulo-coelho.shtml > Acesso em 10 jun 2015.

Elias Thomé Saliba	“Uma narrativa sensível e abrangente da História brasileira”	Historiador, Universidade de São Paulo (USP)
Jean Marcel Carvalho França	“Uma perspectiva ampla do período, sem deboche ou caricatura.”	Historiador, Unesp, Franca, SP

Fonte: Aba de 1822

Apesar do caráter elogioso das citações, na reedição do mesmo livro, agora publicado pela Editora Globo, não encontramos essas informações, tampouco algum substituto semelhante. Naquele espaço da obra, a própria editora organizou uma sinopse para a trilogia completa que fora relançada. As qualidades do autor e seus livros não precisam mais receber algum tipo de aval acadêmico que apareciam como marcas de autoridade nas primeiras edições. Sua notoriedade e os números de vendas se tornaram suficientes para legitimar aquele livro. A nova edição de 1822 traz o seguinte em sua primeira aba:

*É quase impossível entender o Brasil de hoje sem estudar as três datas que marcam a construção do Estado brasileiro durante o século XIX. São elas temas da trilogia iniciada em 2007 pelo escritor Laurentino Gomes ao publicar o aclamado livro 1808, sobre a fuga da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, cuja sequência foi este 1822, sobre a Independência - agora em edição revista e ampliada pela Globo Livros. A obra se completou em 2013 com a publicação de 1889, dedicado à Proclamação da república.*¹⁹³

A apresentação se torna objetiva, sem a referência direta às qualificações e críticas positivas dadas aos livros. As estratégias editoriais com o uso dos paratextos seguem se adequando ao que o mercado e a situação das obras e do autor exigem. A Globo Livros, com a reedição dos dois primeiros livros, 1808 e 1822, criou uma nova identidade visual para eles. Modifica capas, tipologia de fontes e alguns outros pormenores das obras. Dispensa o uso dos elogios de historiadores como marcas de distinção do livro e passa a empregar as revisões feitas por uma historiadora profissional.

Introduções e prefácios

Páginas após a capa do livro, prefácios, introdução e agradecimentos assumem uma função no livro. Algumas funções que os diversos modos de prefácio têm em comum são as

¹⁹³ Grifos no original. GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. 2ªed. São Paulo: Globo, 2015.

tentativas de informar o leitor sobre o texto que está prestes a ler, de valorizá-lo e de ser o espaço em que o autor justifica o que escreveu.

O prefácio dos livros *1808* e *1822* apresentam, respectivamente, os títulos “O editor, a professora e o bibliófilo” e “O Embaixador”, em referência a algumas pessoas que colaboraram com o autor no seu trabalho de composição de seus livros. No primeiro caso, indica o “editor” Tales Alvarenga, a “professora” Maria Odila Leite da Silva Dias e o “bibliófilo” José Mindlin. No caso seguinte, o “embaixador” é Alberto da Costa e Silva. Laurentino Gomes informa os títulos acadêmicos, a quantidade de dissertações e teses orientadas pelos profissionais que o ajudaram e instituições às quais seus colaboradores estão vinculados.

Tabela 12: Colaboradores de Laurentino Gomes

<p>Maria Odila: “Orientadora e vizinha” (1808. p.16)</p> <p><u>Doutora pela Universidade de São Paulo (USP)</u> e professora de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Maria Odila <u>é autora de vários livros e artigos sobre a história brasileira</u>. O mais recente deles, <i>A interiorização da metrópole</i>, de 2005, tornou-se referência no estudo das razões que levaram à Independência. Maria Odila é também considerada <u>a maior autoridade na obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda</u>. Em meados de 2007, o currículo da pesquisadora, no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) registrava 81 orientações de dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas ou em andamento. (Grifos nossos)</p>	<p>Costa e Silva: “O maior especialista” (1822. p.11)</p> <p>Esta obra deve grande parte de sua <u>consistência e credibilidade ao cuidadoso trabalho de orientação</u> e revisão realizado pelo <u>diplomata, ensaísta, historiador, poeta e acadêmico</u> Alberto da Costa e Silva, um dos <u>mais respeitados intelectuais brasileiros</u>. Entre novembro de 2009 e junho de 2010, período em que escrevi o livro, tive no “Embaixador” (como os amigos o chamam de forma carinhosa) um interlocutor atento, generoso e perspicaz. <u>Profundo conhecedor da história brasileira</u>, ele leu e anotou cada um dos capítulos à medida que eu os escrevia. Suas críticas e observações, feitas sempre de forma gentil e ponderada, ajudaram a corrigir enfoques, datas, nomes e informações que, sem o seu crivo, teriam comprometido o resultado final da obra. (Grifos nossos)</p>
--	--

Além de apresentar seus “auxiliares” no texto, o *jornalista-historiador* os qualifica e relaciona com a composição da obra somente profissionais reconhecidos ou valorizados pelo autor. Ele advoga uma autoridade intelectual para si e para os outros indivíduos que colaboraram na elaboração do livro. O leitor é levado a crer que um especialista em história participou da construção do livro; que o autor teve a supervisão e orientação de “profissionais” qualificados e experientes.

A inserção desses personagens na narrativa insinua o caráter de argumento de autoridade, pois o autor, ao citar de que maneiras esses profissionais ajudaram no desenvolvimento do texto, não busca exatamente atrair o leitor/consumidor, mas “retê-lo por um processo tipicamente retórico de persuasão.”¹⁹⁴ Ao cercar o leitor de mecanismos que validam do texto, o jornalista não faz menção gratuita, e sim utiliza-se disso para conferir mais legitimidade à sua atividade de criar discursos sobre o passado.

Para evitar a percepção de que seja uma obra amadora, Gomes insinua ao leitor que aquele foi um trabalho feito com a colaboração de profissionais e com as preocupações metodológicas da historiografia profissional (daí a referência a informações “exaustivamente checadas e apuradas”¹⁹⁵). Visualizemos em um quadro fictício onde Laurentino Gomes toma a mão de seu leitor e o conduz entre as páginas do livro. Procura fazer seu leitor enxergar aquilo que põe diante de seus olhos e faz uso de artifícios textuais variados a fim de dar credibilidade à sua escrita. O *jornalista-historiador* cria o que leitor lerá e sugere como ele deverá ler, ao conceber o roteiro de leitura através de perguntas, convites para imaginar determinados acontecimentos e analogias com o presente. Assim, os leitores são incluídos em um tipo de diálogo e envolvem-se no processo de elaboração e compreensão daquele passado descrito.

Após apresentar seus colaboradores, Gomes chama a atenção para sua própria experiência, faz um exercício retrospectivo de sua trajetória como intelectual, informando-nos a quantidade de livros e documentos consultados para a composição da obra e citando os lugares históricos visitados antes. Mostra marcas reconhecidas socialmente como característicos da erudição. A representação intelectual do autor é posta em evidência. Há a necessidade de criar um elo de confiança com seu leitor no momento em que exhibe suas “credenciais” para o desenvolvimento do trabalho.

Tabela 13: Trabalho de pesquisa para a trilogia

<p>1808: “movido pela paixão que o tema traz”</p> <p>Nesses dez anos, <u>li e pesquisei mais de 150 livros e fontes impressas e eletrônicas</u> sobre o assunto, em lugares tão variados quanto às <u>bibliotecas</u> do acadêmico José Mindlin, em São Paulo, Nacional do Rio de Janeiro, Nacional da Ajuda, em Lisboa, e do Congresso Americano, em Washington. (Grifos nossos. p.16)</p>	<p>1822: “um intenso trabalho de reportagem”</p> <p>Durante três anos, <u>pesquisei mais de 170 livros, artigos, teses de mestrado e doutorado</u>, entre outros documentos. Também visitei os <u>locais mais emblemáticos dos acontecimentos</u> de dois séculos atrás nesses dois países. É o que diferencia um trabalho acadêmico convencional de um livro-reportagem como este. (Grifos nossos. p.23)</p>
--	--

¹⁹⁴ GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009. p176.

¹⁹⁵ 1808, p. 25.

No último livro da trilogia, não há referências aos anos de estudo do autor ou à quantidade de livros lidos, ao contrário do que acontece nos livros anteriores. A referência à quantidade de materiais de pesquisa se torna um dos mecanismos utilizados pelo jornalista para conferir credibilidade a si e às suas obras. Após dois *best-sellers* de história publicados, Laurentino Gomes dispensa esse mecanismo, como se essa informação já não fosse mais necessária. Essa ausência expressa que os produtores da obra acreditam na consolidação da autoridade do autor e que alguns dos recursos utilizados outrora já não têm serventia. No 1889, só sabemos sobre os locais de pesquisa do autor no momento em que escreve os “agradecimentos” ao final do livro, no qual há indicações de pessoas que o ajudaram em alguns museus e bibliotecas.

Sou grato aos professores Thomas Cohen e Maria Ângela Leal, respectivamente diretor e curadora da Biblioteca Oliveira Lima da Universidade Católica da América, em Washington, pelo acesso à preciosa coleção de livros e documentos sobre o tema ali guardada. [...] Na visita ao Museu da República, fui recebido pela diretora, Magaly Cabral, e pelos historiadores Elisabeth Abel e Marcos Rodrigues. No Museu Casa de Benjamin Constant, tive como guia o historiador Marcos Felipe de Brum Lopes. Em Juiz de Fora, Douglas Fasolato e sua equipe tiveram a gentileza de me abrir as portas do Museu Mariano Procópio, que se encontrava fechado ao público devido ao projeto de reforma do prédio e restauração do acervo.¹⁹⁶

Nos textos é constante a necessidade de explicitar para o leitor os locais visitados durante a pesquisa, como bibliotecas e localidades que serviram de palco para algum acontecimento histórico. Esta prática aproxima, com as devidas diferenças, os artifícios textuais de Laurentino Gomes com os métodos de escrita da história feita no século XIX. Nos textos de Varnhagen, por exemplo, o mais notável autor da historiografia brasileira do século XIX, observamos a importância que as viagens têm para constituição de suas obras. Com isso, além de desempenhar o papel de pai da história do Brasil, ele pode ser considerado um historiador-viajante¹⁹⁷. Tanto Varnhagen quanto Laurentino Gomes expõem seu percurso para pesquisa. O historiador oitocentista declara que não escreveria seu livro “sem examinar antes todos os postos e percorrer todos os caminhos” e afirma que

se bem que havíamos curiosamente estudado os arredores do Recife até Itamaracá e Igarassú, de um lado, e até os Guararapes e o monte das Tabocas, de outro, e que tínhamos visitado, com a devida curiosidade, as captaes do Maranhã, do Ceará, do

¹⁹⁶ 1889, p.407.

¹⁹⁷ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207.

Rio-Grande, da Parahiba, das Alagôas e da Bahia, e sua immediações, não pensavamos começar a redigir o livro projectado, sem examinar antes todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus patrióticos feitos, se immortalisaram os quatro heroes brasileiros, anti-holandezes, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias.¹⁹⁸

A finalidade que o jornalista e o historiador têm, enquanto expõem os percursos de pesquisa, assemelha-se, pois asseveram que para conhecer é necessário antes ver, para ter melhores garantias da própria opinião e de outros¹⁹⁹. Com esse movimento, o autor cria certo tipo de autoridade própria no texto, na pretensão de legitimar a obra e de torná-la resultado de investigação. As informações não aparecem por meras questões de curiosidade ou exibição de erudição, Gomes pretende mostrar que investigou ao apoiar-se em documentos e visitas *in loco* a museus, a monumentos e a locais históricos. Expõe a construção do seu trabalho e com isso quer dar a ver que sua história não é inventada. Orienta-se pela pretensão fazer crer que está apresentando uma verdade, demonstrando no texto que está autorizado a escrever o pretendido, por mais controversos e pitorescos que sejam os acontecimentos, na investida para se afastar de quaisquer acusações de ficcionalidade.

O *jornalista-historiador* idealiza suas obras com a pretensão de demonstrar credibilidade e as elabora de maneira que convença o leitor da veracidade das informações ali encontradas. A demonstração dos percursos na composição de seu trabalho, as informações sobre suas visitas a locais históricos e a evocação a *orientadores*, sempre qualificados e adjetivados, servem como mecanismos para a legitimação da “obra de divulgação” como uma atividade intelectualmente confiável.

As notas

A trilogia de datas não usa notas de rodapé em sua composição. Ao invés disso, nela se transferem as referências e informações para o final da obra, de modo que ocorre nos livros *1808* e *1889*, ou para o final de cada capítulo, como no *1822*. Carlo Ginzburg fez semelhante procedimento em seu livro *O queijo e os vermes*. E, ao justificar o uso das notas somente após o texto, afirmou que seria “para não atrapalhar a leitura”²⁰⁰. Essa escolha facilitaria a leitura

¹⁹⁸ VARNHAGEN, Adolpho. *História das Lutas com os holandezes no Brasil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typografia de Castro, 1872. p. V – VI.

¹⁹⁹ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207.

²⁰⁰ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 10.

do “leitor comum” e aos “especialistas”, seria dada a oportunidade de encontrar as informações no final do livro.

As notas se constituem de “traduções de citações produzidas no texto em língua original, ou o inverso. Referências de citações, indicação de fontes, exibição de autoridades de apoio, de informações ou de documentos confirmativos e complementares.”²⁰¹ Laurentino Gomes se aproveitou de todas as possibilidades descritas para compor sua obra e apresentar suas fontes de pesquisa.

O uso de notas aparece como manifestação de cuidado por parte do *jornalista-historiador*²⁰², pois mostra que materiais foram consultados e explica as nomenclaturas usadas no texto. Exercem diversas funções retóricas e argumentativas em busca de fazer o leitor crer na verdade das informações evidenciadas. A intenção do jornalista é tanto provar²⁰³ o que está narrando quanto ajustar seu livro ao que se espera de uma pesquisa historiográfica. Até sua narrativa lúdica não se afasta das comprovações documentais.

“Comprovar” é isso que pretende fazer ao exibir as notas. Quer apresentar suas fontes, que ao contrário de certas reportagens, nas quais devem permanecer anônimas, elas precisam vir à tona. Laurentino Gomes vê-se na obrigação de exibir suas fontes e por isso a necessidade expô-las e qualificá-las. Esse procedimento não está distante daquilo que os historiadores fazem ao citar referências e dados, quando visam produzir credibilidade.²⁰⁴ O trabalho consiste tanto em apresentar provas como proporcionar certa plausibilidade ao livro. As citações e notas se tornam estratégias que o *jornalista-historiador*, não autorizado a agir dentro do campo dos historiadores, recorre para se inserir nesse domínio.

As notas simples aparecem de forma mais recorrente. Elas contêm detalhes das referências bibliográficas de episódios descritos nos textos. Encontramos esta espécie de nota nos textos acadêmicos de história, que identificam o material de pesquisa que o historiador utiliza para a composição de seu texto. Eis exemplos de notas de referências localizadas no livro *1889*:

²⁰¹ GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009. p. 286.

²⁰² *Idem*.

²⁰³ Um dos mais importantes estudos sobre as notas de rodapé na historiografia é o livro de Anthony Grafton, *As origens trágicas da erudição*. Entre as várias funções das notas, o autor escreve que “em primeiro lugar, elas convencem: convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis dentro do campo. Como os diplomas na parede do dentista, as notas provam que os historiadores são praticantes 'bons o bastante' para ser consultados e recomendados - mas não que possam executar qualquer operação específica.” Cf. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição* – pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Ed. Papirus, Campinas, 1998. p.30.

²⁰⁴ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 100.

[Nota 398] Suely Robles Reis de Queiroz, *Os radicais da República*, p. 79.

[Nota 399] Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, p. 648.

Laurentino Gomes apresenta notas com informações de outros livros e de sites acessados durante a feitura da obra. De modo que ao descrever a catedral de Saint Dennis, na França, o autor informa um endereço de internet:

A relação dos reis e nobres franceses sepultados em Saint-Dennis está em http://en.wikipedia.org/wiki/Basilica_of_St_Denis.²⁰⁵

Há algumas notas com informações curiosas. Enquanto o *jornalista-historiador* narra eventos em sua reconstituição da história, nas notas, explicita que não há documentação que comprove que o acontecimento tenha ocorrido. Faz isso, por exemplo, no momento em que discorre sobre os problemas de saúde de D. Pedro I durante o “Grito do Ipiranga”. Gomes assim descreve no texto:

Prostrado pelos problemas intestinais, o príncipe refugiou-se na modesta estalagem situada à beira do porto. Maria do Couto, responsável pelo estabelecimento, preparou-lhe um chá de folha de goiabeira, remédio ancestral usado no Brasil contra diarreia.²⁰⁶

Ao final dessa descrição, indica uma pequena nota explicativa, referente o trecho citado. Na nota, situada no final do capítulo, o autor esclarece que

não há documentos ou fontes testemunhais da escala de D. Pedro em Cubatão. Maria do Couto e seu milagroso chá de folha de goiabeira são parte da história oral da cidade.²⁰⁷

A informação sobre a inexistência de documentos que relatem o que o jornalista narra somente é revelada nas notas. O autor não quer quebrar a linearidade narrativa do texto, continua a apresentar “parte da história oral” e não informa ao leitor como obteve a informação. A retórica de Laurentino Gomes, ao narrar episódio, busca não deixar margem para dúvidas, porém a nota relativiza a certeza que o autor quer transmitir. Como o pacto de verdade e autoridade com o leitor não é quebrado, a informação que lança incerteza na história é apresentada de forma secundária na obra.

²⁰⁵ 1822, p. 53.

²⁰⁶ 1822, p.31.

²⁰⁷ *Ibid.*, p.41.

O jornalista tanto cita onde o leitor encontra os dados em sua narrativa quanto apresenta notas que informam a possibilidade de conhecer diferentes pontos de vista acerca de algum evento. O *jornalista-historiador* não informa os motivos que o levaram a escolher a versão que usa na narrativa de seu texto. Deixa por conta de o leitor conhecer outras versões cada vez que sugere certos livros e autores que abordem o mesmo assunto tratado em sua obra. Eis o que escreve na nota sobre os acontecimentos em torno do grito do Ipiranga:

Para os diferentes depoimentos sobre o que ocorreu na colina do Ipiranga ver Octávio Tarquínio de Sousa, *A vida de D. Pedro I*, vol. 2, p. 36 e seguintes, *Fatos e personagens em torno de um regime*, p. 67, e Alberto Sousa, *Os Andradas*. Segundo Tarquínio, o relato do padre Belchior, embora bastante detalhado, deve ser visto com cautela. Político em Minas Gerais, o padre tentaria reescrever a história para valorizar o próprio papel nela desempenhado.²⁰⁸

O jornalista cita obras que apresentam “diferentes depoimentos” e expõe ideias opostas às suas nas notas. No 1889, apresenta alguns fatos acerca da vida de D. Augusto, neto do imperador Pedro II. Em nota, informa a opinião de Mary Del Priore sobre esse personagem e outra opinião, divergente da primeira, de Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança²⁰⁹, acatada por Gomes em seu texto, por razões que não são apresentadas ao leitor. Adota a versão de Bragança mais pelo que ele é do que pelo que ele sabe. É como se deixasse subentendido que a ascendência do autor em questão lhe conferisse autoridade especial nessa matéria, quando está em jogo determinar o que aconteceu a D. Augusto. A noção de autoridade acadêmica se torna maleável, funciona enquanto conveniente dentro do discurso do autor. Diferentes maneiras de manipular a autoridade do outro se tornam dispositivos de referencialidade no texto. O autor escreve uma extensa nota e informa ao leitor da existência de diferentes versões do acontecimento:

A escritora e historiadora Mary Del Priore afirma em seu livro *O príncipe maldito*, pp. 275-277, que dom Augusto tentou uma única vez retornar ao Brasil, em novembro de 1891, durante a crise que levaria à renúncia do marechal Deodoro da Fonseca à Presidência da República. À frente de um grupo de monarquistas que julgava possível a restauração do regime, dom Augusto teria atravessado o Atlântico a bordo de uma fragata austríaca e ancorado na baía de Todos-os-Santos. Ali teria esperado inutilmente por uma prometida insurreição que o aclamaria imperador do Brasil. Impedido de desembarcar pelas autoridades baianas, teria retornado à Europa depois de alguns dias. Essa versão, no entanto, é contestada de forma categórica pelo neto de dom Augusto, o também escritor e historiador dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, membro, como Mary Del Priore, do Instituto Histórico e

²⁰⁸ 1822, p.42.

²⁰⁹ Tataraneto de D. Pedro II e bisneto de D. Augusto. É membro titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, autor de diversos ensaios sobre a história do Brasil e de vários livros. Destacamos as seguintes obras *A Intriga - Retrospecto de intrincados acontecimentos históricos e suas consequências no Brasil Imperial*, publicado em 2012; e *Dom Pedro II na Alemanha - Uma amizade tradicional*, em 2014.

Geográfico Brasileiro (IHGB). Consultado por e-mail durante as pesquisas para este livro, dom Carlos garantiu ao autor que seu avô jamais retornou ao Brasil depois de ser forçado a desembarcar do navio Almirante Barroso no porto de Colombo. Segundo ele, a suposta tentativa de desembarque na Bahia não passou de um boato corrente na época.²¹⁰

Outras versões sobre o evento são descritas como também a possibilidade de realizar “análises mais detalhadas” sobre algum assunto. Gomes costuma indicar a leitura de obras de historiadores e outros pesquisadores:

Para uma análise detalhada da política de terras no Império, ver José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*, pp. 329-354; para a comparação entre a política de terras nos Estados Unidos e no Brasil, ver Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, pp. 184 e 186.²¹¹

Seria o caso de questionarmos como o autor articula suas indicações de leitura e por quais critérios Laurentino Gomes é norteado na sua seleção e negação a determinados livros e em diferentes versões da história. O *jornalista-historiador* determina a relação legítima com o texto e estabelece uma hierarquia de valores. Sua conduta está atrelada às questões de poder, pois se reveste de autoridade para executar suas escolhas e age de acordo com seu interesse, isto é, como jornalista escrevendo história. O divulgador passa a exercer autoridade sobre os significados e os usos de trabalhos acadêmicos. Na produção de seus livros, propaga as interpretações que considera proveitosas para seus leitores, orbitando entre o entretenimento e o conhecimento.

Gomes expõe as obras de acadêmicos como em mural, de forma inerte para serem observadas e contempladas. Os historiadores se transformam em personagens do enredo de sua narrativa, aparecendo para confirmar a competência do autor na representação do passado. Mais do que a própria escrita, o lugar social ocupado pelos historiadores acaba colaborando com o funcionamento do texto. Não é mais o historiador que dará sentido à história, mas o *jornalista-historiador*. O título “historiador” cumpre no texto a função de fazer crer na história narrada e se fosse retirado do texto, alteraria seu sentido, destituindo-o da imagem de autoridade acadêmica que o nome traz para a narrativa.²¹² Na criação de um diálogo “controlado” com as obras acadêmicas de história, Gomes traz para si o papel de “guia”: orienta seu leitor e dirige sua compreensão acerca do conhecimento histórico.

²¹⁰ 1889, p. 382.

²¹¹ 1822, p. 384.

²¹² DE CERTEAU, Michel. O romance psicanalítico. História e literatura. In: _____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. Guilherme João Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 91-116.

O autor cria justificativas para o uso de algumas metodologias: faz ressalvas ao tratar da conversão monetária entre os valores do início do século XIX e os atuais. Explica como se dá o processo quanto se refere a algumas obras sobre essas questões monetárias. No texto não há referência sobre algum problema com aquela metodologia. Essa informação criaria um inconveniente na linearidade da narrativa. Há breve menção na narrativa, por exemplo, em que o autor informa o valor das despesas públicas quando D. Pedro I assumiu o trono e quanto valeria em moeda corrente atualmente: “as despesas públicas somavam 5.600 contos réis, cerca de trezentos milhões de reais em valores de hoje.”²¹³ No final desse pequeno trecho há a referência indicando a nota no final do capítulo “O país improvável”, do livro *1822*. Na nota, Gomes apresenta seu argumento quanto à conversão monetária, outro mecanismo que reclama para si a legitimidade para o procedimento adotado no texto:

Vale repetir aqui a ressalva já feita na introdução do livro *1808* a respeito do risco de atualizar valores monetários num período tão longo e num país de moeda tão instável quanto o Brasil. O objetivo neste caso é apenas dar aos leitores uma noção, ainda que aproximada, de preços e valores praticados na época. Em 1822, a menor unidade monetária brasileira era o real, ou réis no plural. Uma libra esterlina valia cerca de cinco mil réis. Um milhão de réis era chamado de “um conto de réis” e equivalia a cerca de duzentas libras esterlinas. Uma libra esterlina em 1822 valeria hoje cerca de cem libras. Portanto, para uma atualização aproximada do valor puramente monetário (sem levar em conta poder de compra e outras variantes econômicas), basta dividir o valor em réis pela sua paridade em libras esterlinas em 1822 e multiplicar por cem. O resultado será o valor em libras de hoje que, por sua vez, terá de ser multiplicado por 3,2 para se obter o resultado em reais de 2010. Para mais informações sobre a paridade monetária na época ver Brian Vale, *Independence or Death*, p. 199, e Robert Twigger, *Inflation*.²¹⁴

As diferentes funções dadas por Laurentino Gomes às notas ajudam a compreender que, mais do que trabalhar com análises ou quaisquer interpretações, seu interesse é com ritmo jornalístico do texto, dando prioridade a “contar bem” aquilo que aconteceu e exibir as provas disso. O autor está mais preocupado em justificar o artifício utilizado, alegando que pretende auxiliar aos leitores na compreensão do texto. Com isso, cita trabalhos acadêmicos que utilizem similar mecanismo. As notas criam efeitos de verdade na narrativa, os quais produzem uma aparência de que quaisquer problemas de incerteza e incoerência são resolvidos por meio da indicação de fonte ou da explicação convincente.

Por trás do emprego das técnicas de escrita e paratextos, artifícios que apontam para o livro do *jornalista-historiador*, a noção de poder aparece camuflada. Laurentino Gomes se insere no campo dos produtores do conhecimento histórico, assume algumas exigências de

²¹³ *1822*, p.57.

²¹⁴ *1822*, p. 67.

seus participantes para permanecer nessa disputa pela criação das representações do passado. Caso esta não fosse uma importante questão, não haveria necessidade de usar diversas estratégias ou de escrever novas obras sobre assuntos já debatidos. A publicação de novos livros de história, seja de historiadores ou divulgadores, em que são apresentadas novas versões do passado, ou não tão novas assim, têm em comum a necessidade de assegurar um lugar no campo ou, no caso dos *outsiders*, estabelecer-se nos campos da história.

3.3 ENTRE HISTÓRIAS E REPORTAGENS

Após explorarmos as bordas dos textos que compõem os livros escritos por Laurentino Gomes, apresentamos de que formas alguns dos mecanismos paratextuais utilizados apontam para a narrativa principal, agem como “arauto” no momento em que anuncia a chegada de seu senhor. A história contada se eleva em um caminho já preparado de antemão pelos paratextos. O leitor passa a compactuar com o autor a história que será contada nas páginas do livro e acaba envolvido pelos artifícios manuseados pelo jornalista. Trata-se de conduzir o leitor durante o percurso da leitura, que não se confunde com mera manipulação, isto é, com a tentativa deliberada de ludibriar o leitor²¹⁵.

Os paratextos não agem sozinhos, pois o texto precisa cumprir as promessas feitas na capa, introdução etc. Vemos o empenho do autor em valorizar seu trabalho. Preocupa-se em criar argumentos que denotem a relevância das datas históricas escolhidas como tema de seus livros. Cercando-se de justificativas, Gomes apresenta uma necessidade para o lançamento de suas obras.

²¹⁵ Como afirma o teórico do jornalismo, Nelson Traquina, ao comentar sobre as estratégias de comunicação jornalística: “só é 'manipulação' quando métodos ilegítimos, como a mentira e documentos forjados, são utilizados”. Cf. TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005. p.28.

Tabela 14: Relevância das datas para a trilogia

<p>1808: “mudanças profundas”</p> <p>Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. (p.288)</p>	<p>1822: “o primeiro passo”</p> <p>O Brasil de hoje deve sua existência à capacidade de vencer obstáculos que pareciam insuperáveis em 1822. E isso, por si só, é uma enorme vitória, mas de modo algum significa que os problemas foram resolvidos. Ao contrário. A Independência foi apenas o primeiro passo de um caminho que se revelaria difícil, longo e turbulento nos dois séculos seguintes. (p. 18)</p>	<p>1889: “uma república mal-amada”</p> <p>Ainda hoje, poucos eventos na história brasileira são tão repletos de controvérsia quanto a queda da Monarquia, em 1889. (p.21)</p>
--	--	--

Podemos então indagar como, no plano textual, o jornalista retém o leitor durante leitura, não apenas isso, como ele monta uma narrativa que faça crer na verdade do que é escrito na história, de modo que tanto informe quanto entretenha. O autor alega que uma das ferramentas que utiliza em seu trabalho é o uso da linguagem desprovida dos rigores acadêmicos. Evoca as “técnicas jornalísticas” para elaborar seus discursos sobre o passado.

Laurentino Gomes comenta sobre os métodos utilizados na feitura de seus livros e afirma que procura usar determinada “linguagem e a técnica jornalísticas como recursos” que, de acordo com ele, são “capazes de tornar história um tema acessível e atraente para um público mais amplo, não habituado a se interessar pelo assunto”. Em seguida, afirma que “escrita em linguagem adequada, a história pode se tornar um tema interessante, irresistível e divertido, sem, contudo, resvalar na banalidade.”²¹⁶ A ênfase na escrita aparece para legitimar seu trabalho, pois a existência de seus livros seria necessária a partir de certa dificuldade que os leitores teriam em compreender as obras acadêmicas. Essa justificativa surge sempre que as “obras de divulgação” fazem parte dos discursos da mídia e de seus produtores, do modo visto no primeiro capítulo, ao apresentarem as deficiências do aprendizado de história nas escolas e na falta de compreensão, ocasionada por esta lacuna no ensino.

A linguagem costuma ser a primeira característica lembrada nos discursos de *jornalistas-historiadores*. Nestas justificativas, a simplificação da escrita produz dois efeitos:

²¹⁶ 1889, p. 28.

1) tornar a linguagem da narrativa acessível a um maior número de leitores²¹⁷ e 2) produzir um efeito de maior “transparência” do texto, à medida que diminui a necessidade de atenção do leitor à linguagem, aumentando a impressão de referencialidade do texto, o que leva à produção de um “efeito de real”²¹⁸ no texto lido. A descrição pormenorizada e a ambientação dos locais onde se deram determinados acontecimentos reduzem a artificialidade da história narrada.

Laurentino Gomes parece ter buscado certa inspiração, particularmente em seu primeiro livro, em uma obra publicada anteriormente, *Império à deriva* (*Empire adrift*). Escrito pelo jornalista australiano Patrick Wilcken²¹⁹, o livro também trata dos acontecimentos em torno da viagem da família real portuguesa para o Brasil. Foi publicado em inglês em 2004 e traduzido em 2005, pela Editora Objetiva. No *1808*, Gomes o qualifica como “livro de leitura acessível” e sua aproximação com o livro não fica apenas na qualificação: há muitas semelhanças entre aquilo que Wilcken escreve e as narrativas de Gomes, como os modos de apresentar os acontecimentos, a citação de curiosidades (como a infestação de piolhos durante a travessia ou a loucura dos reis de Portugal, D. Maria I, e da Inglaterra, Jorge III), a estrutura dos livros (ordenação dos capítulos) e capítulos em ambas as obras com títulos homônimos e assuntos semelhantes (“O Arquivista”, “O Retorno”).

Convém ressaltar que o *1808* traz um passado exótico e personagens representados com certa ironia ao contrário do que é descrito em *Império à deriva*. Os autores, apesar das semelhanças temáticas, têm perspectivas diferentes quanto aos modos de representar o passado. Wilcken aborda mais detidamente as questões políticas, os contextos sociais da época, sem ignorar o cotidiano, enquanto Gomes constrói um quadro de curiosidades e acontecimentos apresentados de forma didática.

Por exemplo, os dois *jornalistas-historiadores* utilizaram os escritos da duquesa de Abrantes²²⁰ para descrever a princesa Carlota Joaquina. Wilcken se demora mais nas descrições, relativizando-as e apresentando alguns interesses por trás das narrativas sobre a

²¹⁷ A questão de tornar a linguagem simples para os leitores é lembrada por Robert Darnton ao enfatizar que a maioria dos historiadores se emparedou “por de trás de uma barreira de monografias”, e lembra que enquanto jornalista deveria escrever todos os casos pensando numa garota imaginária de doze anos de idade. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette* – mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²¹⁸ BARTHES, Roland. O efeito de real. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 2004.

²¹⁹ WILCKEN, Patrick. *Império à deriva* - A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 - 1821. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, *Objetiva*: 2010.

²²⁰ Laure St. Martin Permont Junot (1784-1838) foi esposa do general francês Junot. A duquesa escreveu suas memórias, em vários volumes, que foram publicadas entre 1831-1834.

princesa. Por sua vez, Gomes maneja os relatos como peças inertes, inserindo-as na narrativa do texto.

A duquesa de Abrantes mulher do general Junot, comandante das tropas francesas; que invadiram Portugal, a descreveu [Carlota Joaquina] como “pequena, claudicando de uma perna, olhos travessos, o nariz arroxeadado, demasiadamente desagradável para as lendas de amores que a acompanhavam”. Tinha ficado coxa devido a uma queda de cavalo na infância.²²¹

Laurentino Gomes segue a narrativa com outras descrições físicas da princesa. Cria uma imagem grotesca com tantas caracterizações negativas. Patrick Wilckens, após apresentar algumas dessas características, desarticula alguma pretensa verdade das memórias da duquesa de Abrantes. O primeiro alimenta o imaginário do leitor com caricaturas de Carlota Joaquina, o segundo procura explicar alguns dos motivos que levam a estas caricaturas:

As memórias da duquesa d'Abrantes são obra de uma mulher esnobe da alta sociedade, que olhava com desdém para a corte provinciana, e dona Carlota certamente não foi o único alvo de suas caricaturas. A persistência das descrições sensacionalistas da duquesa, que têm sido acriticamente reproduzidas em muitos textos portugueses, brasileiros e ingleses de história da época, é um testemunho da intensidade dos ressentimentos contra dona Carlota como personagem histórico.²²²

Gomes extrai somente certos aspectos do livro de Wilcken e mesmo que trate dos mesmos temas, personagens e acontecimentos. O autor opta por representar a história no 1808 de modo lúdico e sarcástico. Laurentino Gomes parece transvestir a narrativa de Wilcken em entretenimento, esvaziando-a de suas explicações e relativizações.

Além do exotismo e caricaturas presentes na narrativa, o *jornalista-historiador* rege o didatismo de sua história. Isso fica mais explícito no modo pelo qual a fuga da família real portuguesa foi descrita. Na introdução do 1808, Gomes indica dois modos de interpretar aquele acontecimento: fuga ou mudança. Na busca pelo termo adequado, apresenta as ideias de alguns historiadores sobre o tema:

Os historiadores nunca chegaram a um acordo. Oliveira Lima se refere “transladação da corte”. Luiz Norton chama de “transferência voluntária” ou de “transposição da sede portuguesa”. Ângel Pereira fala em “retirada da família real para o Brasil”. Tobias Monteiro trata de “transplantação”. Outros usam expressões como “transmigração” ou “mudança”. Este livro chama evento de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba e Lília Moril Schwarcz, entre outros.²²³

²²¹ 1808, p. 162.

²²² WILCKEN, Patrick. *Império à deriva - A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 - 1821*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, *Objetiva*: 2010. p.84.

²²³ 1808, p.23.

Laurentino Gomes pretende validar seus escritos ao se apoiar em acadêmicos, ainda que os significados dados por ele a essas versões se tornem divergentes do que pensam os acadêmicos. Não há discordância aberta com relação aos autores que cita, mas as interpretações desses autores são por vezes ignoradas. Gomes apresenta o acontecimento segundo “uma fuga pura e simples, apressada, atabalhoada, sujeita a erros e improvisações.”²²⁴

Lilia Schwarcz, a quem Gomes cita para justificar sua escolha para o termo “fuga”, alega que esta foi mais planejada do que se imagina: “estranha é, portanto, a ladainha que corre até hoje entre nós e que conta e reconta a história de um monarca que escapou às pressas de seu reino, sem planejamento nenhum.”²²⁵

Após amparar-se semanticamente em alguns acadêmicos, Gomes discorre mais sobre a questão. A fuga é em seguida apresentada como quase inevitável. Sobre D. João VI, observa que “ou fugia ou muito provavelmente seria preso e deposto por Napoleão Bonaparte”²²⁶. Quando apresenta a fuga como um evento às pressas e na iminência da invasão francesa, o jornalista pretende proporcionar mais ritmo e caráter aventureiro à sua narrativa. Para expressar a ideia, Gomes convida seu leitor a participar das cenas que serão descritas, para sentir as sensações que os personagens do passado vivenciaram e insta o leitor a imaginar o cenário semelhante em dias atuais:

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para Austrália, sob a proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: a esta altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília.²²⁷

O autor propõe um modo específico de compreensão do texto, no qual, a experiência do passado é supostamente reavivada no leitor. Ao tornar certas narrativas mais acessíveis a um público mais amplo - atividade realçada no jornalismo diário -, essa tática faz da “obra de divulgação” um objeto mais atrativo e vendável. Gomes chama o leitor para sua narrativa e procura orientar a sua recepção. O autor apresenta a sensação de uma fuga do governo e

²²⁴ 1808, p.23.

²²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.30.

²²⁶ 1808, p.23.

²²⁷ 1808, p. 31.

convida ao leitor para vivenciar experiências similares àquelas do passado. Ele pergunta e responde, orientando o leitor para aquilo que pretende inculcar. Afirma que “provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e de traição. Depois, de medo e revolta.”²²⁸

A forma didática utilizada por Laurentino Gomes na composição de seus textos faz com que o leitor compreenda e nele estimule a crença na veracidade desse evento. Elaborada pela construção didática do texto, a escrita se torna o mecanismo cuja função é fazer o leitor se resignar diante de “evidências” e “provas” anunciadas pelo autor em sua obra. As histórias contadas são formadas por diversos fragmentos e formam uma grande peça que busca fazer crer na verdade do que é escrito. Vários desses elementos são reproduções de diálogos entre personagens da história brasileira, obtidas em diários, relatos de livros escritos à época, descrições de viajantes etc. Em geral, são conversas que se propõem a causar algum forte efeito (seja de surpresa, admiração, curiosidade ou distração) na narrativa do jornalista, em que o leitor e o autor se tornam testemunhas das confabulações descritas nos textos da trilogia. Estas narrativas funcionam no texto de maneira independente de quem sejam seus autores. Enquanto as citações de historiadores se apoiam na autoridade de acadêmicos, nos relatos históricos o que interessaria ao *jornalista-historiador* é o fato de que os personagens envolvidos na trama foram testemunhas de um acontecimento.

Sobre as cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, Gomes escreve que elas contêm “as intrigas na corte, a mesquinhez da burocracia e a dura realidade da escravidão aparecem de forma crua nas cartas de Marrocos, como num retrato instantâneo e sem retoques, sem o filtro dos documentos e relatórios oficiais.”²²⁹ A testemunha quer asseverar o que viveu. Na obra, ela não apresenta uma simples “versão” do passado, mas afirma o que acredita ser “a verdade” desse passado²³⁰.

A linguagem não passa incólume nos relatos de viajantes do século XIX utilizados por Gomes na montagem de seus textos. A simplificação não acontece somente com as palavras escritas pelo próprio jornalista, pois surge nos escritos e obras utilizadas, “os textos de cartas, documentos e registros pessoais da época foram editados e adaptados às regras

²²⁸ 1808, p.31.

²²⁹ *Ibid.*, p.76.

²³⁰ Neste artigo, a autora trata as maneiras que os jornalistas e historiadores se utilizam de relatos e testemunhos na construção de sua história. Cf. ESPERANÇA, Clarice Gontasrki. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. In: *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2 jun./dez. 2006.

atuais da língua portuguesa”²³¹. Laurentino Gomes recorre aos relatos e faz um tipo de “tradução” da linguagem utilizada no século XIX para o linguajar mais compreensível atualmente. Citemos como exemplo deste mecanismo as cartas escritas por Luís Joaquim dos Santos Marrocos²³² a seu pai. Nas notas no final do livro *1808*, há referência à carta original escrita com a linguagem daquele período. Gomes nos informa que fez a atualização da linguagem, para compreensão do leitor. Laurentino Gomes desta forma escreve em seu livro, a carta começa:

Meu pai e senhor do coração,
Esta [carta] é feita entre céu e água, sobre mil aflições, desgostos e trabalhos, que nunca pensei sofrer...²³³

A carta original escrita por Marrocos começa:

Meu Pay e Sr. do C.
Esta he feita entre Ceo e agoa, sobre mil aflições, desgostos e trabalhos, quaes nunca pensei sofrer...²³⁴

O jornalista transcreve, quase que literalmente, trechos que encontra em livros de outros autores, escritos entre final do século XIX e começo do século XX. Laurentino, antes de citar sua “prova”, contextualiza o leitor sobre os motivos do encontro que culminariam na conversa. Há precisão ao informar a data, horário do encontro e pessoas presentes no local. Depois de feita uma introdução, o autor transcreve a narrativa que se deu. É o caso do colóquio entre Benjamin Constant e o alferes Joaquim Inácio, às vésperas da proclamação da República, sobre o futuro de d. Pedro II:

— O que devemos fazer do nosso imperador? — perguntou.
Fez-se um minuto de silêncio, quebrado pelo alferes Joaquim Inácio:
— Exila-se — propôs.
— Mas se resistir? — insistiu Benjamin.
— Fuzila-se! — sentenciou Joaquim Inácio.
Benjamin assustou-se com tamanho sangue-frio:
— Oh, o senhor é sanguinário! Ao contrário, devemos rodeá-lo de todas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício muito digno.²³⁵

A conversa acima se encontra no livro do jornalista e militar Ernesto Sena, *Deodoro: subsídios para a história*, publicado pela primeira vez no início do século XX. Sena não nos

²³¹ *1808*, p.25.

²³² Bibliotecário da Real Biblioteca. Chegou ao Brasil em junho de 1811.

²³³ *1808*, p.138.

²³⁴ MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1934. p.29.

²³⁵ *1889*, p.41.

informa como obteve acesso ao diálogo, tampouco Gomes faz semelhante questionamento ou busca duvidar da narrativa apresentada, se há exageros ou omissões. O *jornalista-historiador* aposta na exatidão das palavras e acontecimentos relatados pelo jornalista-militar em seu “livro-reportagem”. Parece comprar a promessa de Ernesto Sena na introdução de sua obra aos encarregados de escrever a história: “nestas colunas publicaremos com a mais sincera lealdade profissional”, e continua, “com a franqueza rude, legítima e verdadeira de uma consciência honesta e patriótica no louvável intuito de fornecer subsídios a quem de futuro se encarregar de escrever a história.”²³⁶ Laurentino Gomes se apegue a essa “franqueza” de Sena e utiliza os diálogos como peças na composição de sua obra, de modo a ilustrar sua narrativa e lhe conceder os efeitos desejados de um “passado real”.

Nos mecanismos acionados por Laurentino Gomes, suas obras se compõem por um mosaico de trabalhos historiográficos acadêmicos (obras de José Murilo de Carvalho sobre a República, de Lilia Schwarcz sobre a vinda da família real, entre outras) e artifícios literários (narrativa romanceada, diálogos, descrições pitorescas) e editoriais (capas bem trabalhadas, ilustrações etc.), o que resulta em um objeto híbrido com pretensões bem abrangentes, impossível de ser classificado simplesmente como jornalístico ou historiográfico, categorizações muitas vezes obtidas como resultados de discursos corporativistas.

A partir da leitura da trilogia de datas, apontamos tentativas de criar nos livros determinadas marcas de historicidade. As obras se formam por sinais exteriores evidentes que indiquem uma orientação, no sentido de citar fontes, na elaboração de notas explicativas, referências bibliográficas, alusões aos historiadores contemporâneos e àqueles que o *jornalista-historiador* considera importantes para o conhecimento histórico. A sua escritura exige um amplo trabalho de pesquisa em documentos e fontes históricas, o que não impede que seu leitor seja constantemente lembrado que está diante de uma “obra de divulgação”.

²³⁶ SENA, Ernesto. *Deodoro*: subsídios para a história. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. p.13.

CONCLUSÃO

“Como explicar o êxito de jornalistas que escrevem história?” Eis a pergunta inicial que mobilizou esta pesquisa. Seguida de uma outra: “por que Eduardo Bueno e Laurentino Gomes?” Não são, afinal, quaisquer jornalistas que alcançam o sucesso de vendas desses dois *jornalistas-historiadores*. “Como lidam com a história?”. “Por que este passado?”. Questões que pululavam no percurso da pesquisa. As “obras de divulgação” são livros que trazem modos editoriais de apresentar a história para um grande público, em contraposição àquilo produzido na universidade. A fim de responder algumas de nossas questões, procuramos explicitar os mecanismos que se camuflam atrás dos textos. Encaramos a *Coleção Terra Brasilis* e a “trilogia de datas” como resultados de procedimentos que vão além dos cuidados com a escrita do autor.

A técnica editorial e a habilidade de escrita constroem e ressignificam as representações do passado que aparecerão nos livros de Laurentino Gomes e Eduardo Bueno. Suas obras tornaram-se notícia, receberam premiações, apareceram nas listas dos mais vendidos e geraram lucros. O uso da história como justificativa para um livro/mercadoria, ou qualquer outro eufemismo, implica que existe algo no passado que pode ser comercializável e que há consumidores para esse trabalho.

Nas justificativas e depreciações que as “obras de divulgação” recebem, percebemos questões que envolviam mais do que críticas de interpretação e de metodologia. Identificamos tentativas de afirmar quem está autorizado a produzir um conhecimento legítimo acerca do passado “divulgado”. Em outras palavras, trata-se de uma disputa pelo monopólio das representações do passado. Os historiadores *ainda* têm alguma vantagem, porque o conteúdo que produzem circula nos livros didáticos e é ensinado nas escolas. Esse conhecimento dita os primeiros contatos dos alunos com o passado da sociedade em que vivem. Em contrapartida, os *jornalistas-historiadores* dizem escrever melhor que os historiadores profissionais, criticam autores acadêmicos e suas obras, reescrevem as narrativas e apresentam uma versão tradicional de história para o público. De um lado, os historiadores profissionais, autorizados pelos pares e por seus títulos acadêmicos, de outro, os *jornalistas-historiadores*, legitimados pela mídia e pelos números de vendas. Dois lugares de produção diferentes, tratando de um mesmo objeto: o passado.

E que espécie de passado está em jogo? Trata-se de um passado romanceado, dramático, satírico, preso ao nome dos “grandes personagens”, enfim, elementos para ser apresentado com uma produção de sucesso. Além disso, o passado para o qual as “obras de

divulgação” apontam continua presente. Laurentino Gomes e Eduardo Bueno parecem fundir presente e passado em um outro tempo criado em suas narrativas: é um passado que não passa e que está ligado ao presente. Este só ganha sentido quando se buscam as origens de determinados pontos. Por exemplo, a formação do Brasil de hoje é explicada através de acontecimentos do século XIX ou através dos primeiros acontecimentos após a chegada dos portugueses no século XVI. Nessa volta ao passado feita pelos divulgadores, buscam-se as continuidades com uma preocupação em definir o Brasil de hoje. O passado, assim, é aprisionado no presente. Se nos séculos anteriores houve corrupção, exploração, preconceitos, apadrinhamento político etc., atualmente não seria diferente. Na *Coleção Terra Brasilis* e na “trilogia de datas”, as coisas continuam as mesmas do que foram antigamente. Com isso, naturaliza-se o passado e explica-se o presente.

O passado das "obras de divulgação" é arranjado no plano narrativo de modo a persuadir o leitor que as coisas realmente se passaram daquele modo – um modo crível aos olhos de quem lê. Isto é observado nos textos pelo recurso constante a "curiosidades" históricas que, em seu caráter prosaico, inspiram familiaridade entre o leitor e os personagens da história narrada, ao mesmo tempo em que dispensam qualquer esforço de abstração para se entender o passado como conjunto de experiências estranhas à vida atual. Porém, aquelas histórias não trabalham sozinhas: contam com a colaboração do trabalho editorial, dos demais paratextos e da escrita dos autores.

Buscando pensar como essas obras emergem no mercado editorial, mostramos que a mídia foi fundamental para a difusão dos livros de *jornalistas-historiadores*. Essas obras não seriam o que são e não teriam alcançado seu público sem a colaboração da mídia. Esta ajuda a modelar uma determinada visão de mundo, reforça uma cultura comum para a maioria das pessoas e demarca o que considera bom e mau. Ela funciona movida a interesses, seja para propagandear os trabalhos de autores, seja para depreciar o conhecimento formal produzido nas universidades. De algum modo, o que é produzido pela mídia é absorvido pelo público. Ela torna aquilo que veicula como mais um produto a ser consumido, dando-lhe novo significado e novas funções.²³⁷ É forçoso reconhecer que, nesse jogo, os leitores não atuam como simples peças inertes dispostas a consumir; o estudo da recepção das “obras de divulgação”, contudo, exigiria outro empreendimento de pesquisa que extrapola os objetivos desta dissertação.

²³⁷ KELLNER, Douglas. Introdução. In: _____. *A cultura da mídia*. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad.: Ivone Benedetti. Bauru/SP: EDUSC, 2001. p. 09-24.

O trabalho de divulgação se constrói em um emaranhado de técnicas, significados, manifestações, intenções e usos múltiplos, muitos dos quais são dissimulados como parte do jogo. O campo editorial exige isso dessas obras, em que a figura do autor deve ser destacada, em detrimento dos outros atores envolvidos com sua produção, como técnicos, editores, diagramadores. Por isso, foi com uma análise interdisciplinar que conseguimos cercar os significados da divulgação e compreender como se deu o êxito da *Coleção Terra Brasilis* e da “trilogia de datas”. O êxito dessas obras é medido pela eficácia em possibilitar ao leitor um contato com a vida dos personagens do passado e de apresentar o passado de forma que permita entreter e informar.

Ao longo da pesquisa, trabalhamos com muitos pontos-chave para compreensão da divulgação: mídia, sucesso, edição, mercado, marketing, lucro, capital simbólico, entretenimento e linguagem. Estas palavras exprimem os sentidos que a divulgação histórica assume na sociedade contemporânea. Demonstrem como a representação do passado traz consigo outras possibilidades além da mera informação visto que mobiliza outras funções. Ainda há diferentes aspectos relacionados à divulgação da história que não adentramos, como a recepção das obras entre professores e alunos.

Começamos a dissertação com uma análise do gênero “divulgação histórica” no mercado brasileiro. Cotejamos discursos elaborados por diferentes personagens envolvidos seja na feitura dessas obras, seja em sua repercussão. Observou-se que a visibilidade mercadológica e o prestígio cultural constituem o capital simbólico das obras e seus autores. Isto foi perceptível com a análise das (des)qualificações que as “obras de divulgação” receberam nos jornais e revistas.

Cartografamos as manifestações de historiadores nas avaliações das “obras de divulgação”, presentes em resenhas na mídia impressa e em artigos de revistas acadêmicas. Seus pareceres oscilam entre críticas taxativas e avaliações simpáticas quanto ao trabalho realizado pelos *jornalistas-historiadores*. Os críticos as olham com lentes avaliadoras que trazem consigo uma determinada perspectiva de história. A preocupação com a conservação, ou não, de fronteiras disciplinares entre diferentes modos de representar o passado, entre a escrita histórica e a escrita jornalística, tem sido uma questão fundamental na emissão de apreciações acadêmicas. A própria identidade profissional do historiador, com suas titulações e acúmulo de capital simbólico do campo histórico, é colocada em xeque quando confrontada às “obras de divulgação” e sua circulação em nossa sociedade.

Nos dois capítulos seguintes, examinamos os momentos distintos em que as obras de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes foram produzidas. Por se tratar de diferentes contextos

no mercado editorial e de diferentes modos de narrar o passado, os autores foram separados. Procuramos observar o que é enfatizado e ignorado nas obras de cada *jornalista-historiador*. Suas especificidades são impossíveis de serem percebidas em uma análise conjunta, pois entre eles há mais diferenças do que similaridades. Com isso, melhor compreendemos a composição dos livros e os sentidos dados ao passado. E constatamos que o trabalho de divulgação não é uma peça monolítica, mas é múltipla e muitas vezes, contraditória.

Analizamos as funções assumidas por textos e paratextos na composição dos livros de divulgação. Esse foi um tópico que muito nos auxiliou no decorrer da pesquisa para entendermos como um texto, aquele escrito pelo autor, e o livro, o objeto que sai da editora, não são o mesmo objeto. Com o suporte teórico de Gérard Genette, reconhecemos as funcionalidades que diferentes elementos editoriais assumem dentro e fora das obras. Nos trabalhos escritos por jornalistas, a escrita e o uso de diferentes técnicas editoriais diferenciam esses livros. Na pesquisa, tratou-se de não afastar essas duas dimensões - textual e paratextual - presentes no jogo que se estabelece na composição e comercialização de uma obra.

Enquanto na *Coleção Terra Brasilis* a estética da obra é elemento central na identidade formal dos livros, nas obras de Laurentino Gomes a preocupação maior é com os cuidados em mostrar as “provas” do que escreve, sugerindo ao leitor, através de notas e referências, o caráter não ficcional do livro. No primeiro caso, busca-se *atrair* um consumidor, havendo um explícito processo de mercadorização do conhecimento. Já no segundo, pretende-se *convencer* o leitor, com uma eufemização do aspecto comercial do livro.

Traçado este percurso, deduzimos que é no entretenimento que o passado ganha espaço fora da universidade. Um modo de "entretenimento cultural" que enfatiza o anedótico em detrimento do analítico. O lazer e a cultura ocupam cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas, em que a satisfação se torna sinônimo de consumo. E qualquer livro, por si só, se constitui em um símbolo de cultura e status. Não se trata de uma oposição entre instruir e entreter, mas de um fazer narrativo em que ambas as funções estão combinadas, resultando em um modo próprio de divulgar a história. São estas histórias que habitam no imaginário coletivo. Notamos isso não apenas em livros, mas em seriados de televisão, novelas, blogs e artigos de jornal. A divulgação atua como parte de um híbrido de gêneros, naturalizando o passado, tornando-o em parte de um espetáculo de rápida apreciação.

Não foi nossa problemática outorgar ou negar algum estatuto histórico para a *Coleção Terra Brasilis* e 1808, 1822 e 1889. Não há obras fora e dentro dos campos da história em definitivo. O que percebemos são escolhas temáticas e metodológicas e o poder

daqueles que as fazem, o que determina o que é válido e o que deve ser ignorado²³⁸. Quisemos entender como elas se constituem e como diferentes atores sociais participam de seu sucesso editorial. A divulgação histórica tem uma relação de ambivalência com a história e com o mercado. Depende de obras e de historiadores profissionais para adquirir um conteúdo e forma, mas mantém uma distância estratégica da universidade. Submete-se ao mercado para a divulgação, porém não deixa transparecer o trabalho editorial para que isso aconteça.

Jornalistas continuarão a escrever histórias: Laurentino Gomes e Eduardo Bueno já têm outros projetos em vista. Lidar com a emergência das “obras de divulgação” implica em compreendê-las como resultado de um modo de produzir conhecimento imerso em conflitos, disputas simbólicas e (des)qualificações, sem ignorarmos seus aspectos econômicos, muitas vezes imperceptíveis diante dos declarados (e mais bem vistos) interesses culturais e educativos dos autores. A história, apesar de escrita no singular, são histórias no plural, indicando uma multiplicidade de modos para organizá-la. Por vezes, o único aspecto em comum entre estas narrativas é a pretensão de representar o passado e alcançar bons números de vendas.

²³⁸ ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. Coleção Paradidáticos. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. Coleção Paradidáticos. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ABUD, Kátia & GLEZER, Raquel. “Pesquisa de história do Brasil”. *Revista de História*. nº 88. São Paulo, out./dez. 1971, vol.43, p. 369-371.

ALBIERI, Sara & GLEZER, Rachel. O campo da história e as “obras fronteiriças”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.48, p. 13-30, 2009.

ALBIERI, Sara. História pública e a consciência histórica. In: ALMEIDA, J.R. & ROVAI, Marta G. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALBUQUERQUE Júnior. Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ANKERSMIT, Frank. *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

AVELINO, Yvone Dias. A grande saga: A viagem cabralina, as primeiras expedições e os primeiros colonizadores. *Projeto História*. São Paulo, vol.20, abr, 2000. p.333-337.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 9-18, 1839.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. A lógica social do consumo. In: _____. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BERGAMO, Alexandre. A escrita do presente: mudanças no status cultural do jornalismo. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloísa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Ed. USP, 2014.

BEZERRIL, Simone. *Usos do passado - Leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2013.

BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas históricas do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

BONALDO, Ronaldo. Presentismo e presentificação do *passado*: a narrativa jornalística da História na coleção *Terra Brasilis* de Eduardo Bueno. Dissertação de Mestrado. (Programa de

Pós-Graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. *O poder simbólico*. 4. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria e a ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996b.

_____. *Sobre a televisão*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Questões de sociologia*. Trad. Miguel Pereira. Margens 47, Lisboa: 2003.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. Cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Editora Leya, 2012.

_____. A narrativa jornalística da história: o passado como produto para o mercado. *História Oral*, v. 14, n. 1, p. 123-144, jan.-jun. 2011. Entrevista concedida a Rodrigo Bonaldo.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. SP, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALDEIRA, J. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CBL – Câmara Brasileira do Livro / Snel – Sindicato Nacional de editores de livros. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro - 2013*. São Paulo, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. Materialidade e mobilidade dos textos. Dom Quixote entre livros, festas e cenários. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó/SC: Argos, 2011.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORTESÃO, Jaime. *Cabral e as origens do Brasil: ensaio de topografia histórica*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. In: _____. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Trad.: Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Carlos Malheiro. Introdução. In: _____. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Vol. 3. Porto: Litografia Nacional, 1924.

EARP, Fábio & KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FAILLA, Zoara (org.). *Retratos da leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Pró-Livro, 2012.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO B. O Brasil colonial. In: _____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FONSECA, Selva G. O ensino de história e a construção da cidadania. In: _____. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012. p.143-158.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad: Luiz Felipe Neves. 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. 6 ed. Trad. Laura Fraga A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O que é um autor? In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad: Inês Autran Dourado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico. In: FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRANÇA, Vera V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia* (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2009.

_____. Introdução. In: GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. 3.ed. Lisboa: Vega, 1995. pp.23-30.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papirus Editora, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad.: Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia. das Letras, 2007

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

GLEZER, Rachel. A divulgação do conhecimento histórico. Ago./dez. 2009. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2. Entrevista concedida a Adriano Toledo Paiva e Martha Rebelatto.

GOMES, Neusa Demartini. *Publicidade: comunicação persuasiva*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GROOT, Jerome. *Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture*. New York: Routledge, 2009.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. p.51.

GUIMARÃES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1,1988.

HASLAM, Andrew. *O livro e o designer II - Como criar e produzir livros*. Trad. Juliana Saad e Sérgio Rossi Filho. São Paulo: Edições Rosari, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupi. In: _____. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1. Volume 1. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad: Mario Vilela. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad.: Ivone Benedetti. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEMAN, Nicholas. History solo: non-academic historians. In: *The American Historical Review*, Vol 1. 100, No.3. Jun, 1995.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. In: *História da historiografia*. N.15. Agosto de 2014. P.27-50.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1934.

MORAIS, Fernando. *Olga. A vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas*. 14ª ed. São Paulo: Omega, 1987.

MEYER, Marlyse. *Folhetim. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIRANDA, Tiago. "Rasgos de Veracidade", resenha de Eduardo Bueno, *A Viagem do Descobrimento. A verdadeira história da expedição de Cabral*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1998, 140 pp. ("Coleção Terra Brasilis", 1). *Oceanos*. Lisboa, CNCDP. 39: 170-172. Jul./Set, 1999.

MORIN, Edgar. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). In: *Revista Famecos*, n.20, Porto Alegre, 2003. pp. 07-12.

NAPOLITANO, Marcos. Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro. In: *Revista de Sociologia e Política*. 2004, n.23, pp.193-196.

NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la historia*. Trad: Vicente Ibáñez. Madrid: Cátedra, 1997.

NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 14, n 26. 2000.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Mateus H. F. *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: EDUSC, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra J. (Orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1998. pp. 17-40.

PINHEIRO, Fernando. O Rei do Outro Polo: Paulo Coelho na Literatura Brasileira. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloísa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Ed. USP, 2014.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. Como a história faz o historiador? In: *Revista Anos 90*, n. 14, Dez. Porto Alegre: 2000.

QUAGLIATO, Adriana Novaes. *Mostra do Redescobrimento: Arte Barroca e Espetacularização*. Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, 2007.

REIMÃO, Sandra. Tendências do mercado de livros no Brasil - um panorama e os best-sellers de ficção nacional (2000-2009). In: *Matrizes*. Ano 5 – nº 1. jul./dez. 2011. p. 194-210.

_____. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: COMARTE/ FAPESP, 1996.

_____. Os best-sellers de ficção no Brasil 1990-2000. In: Carlos J.F. Jorge e Christine Zurbach. (Org.). *Estudos literários/ Estudos culturais*. Évora: Universidade de Évora, 2001, v. 1, p. 1-15.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. *Revista Contracampo*, v 12. Rio de Janeiro: UFF, 2005. pp. 85-102.

SCHMIDT, Benito. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 19. Rio de Janeiro, 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lília & STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENA, Ernesto. *Deodoro: subsídios para a história*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SILVA, Ellen & SANTOS, Suely Emilia. O Impacto e a Influência da Mídia sobre a Produção da Subjetividade. In: *XV Encontro Nacional da ABRAPSO*, 2009, Maceió. Anais de trabalhos Completos - XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009.

SILVA, Kelly Cristiane. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.18 no.51 São Paulo. Fev. 2003.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* 3ªed. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SODRÉ, Muniz. *Best-Seller: a Literatura de Mercado*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1997.

THOMPSON, John B. *Mercadores da cultura: o mercado editorial no século XXI*. Trad. Alzira Allegro. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

_____. A nova visibilidade. *Matrizes*. São Paulo, v.1, n.2, abr. 2008, p.15-38. Disponível em < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82/124> > Acesso em 28 de abril de 2016.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n.2, p.12-28, mar. 2009.

VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lúcia Maria (org). *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VARNHAGEN, Adolpho. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Ttypografia de Castro, 1872.

VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo de teoria? A ameaça do pósmodernismo na historiografia americana. São Paulo : Annablume, 2005.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, jul-dez 2008.

VEYNE. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1995

VILLAS BÔAS, Glaucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil : um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva - A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 - 1821*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, *Objetiva*: 2010.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13. Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Metahistória*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

ZAMBONI, Lilian. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

SITES CONSULTADOS

<http://www.aulete.com.br/>

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2865:catid=28&Itemid=23

www.aprendebrasil.com.br/entrevistas/entrevista0009.asp

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=800§ion=213

FONTES

BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998a.

_____. *Náufragos, Traficantes e Degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998b.

_____. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. *A Coroa, a Cruz e a Espada: Lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

GOMES, Laurentino. *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Planeta, 2007.

_____. 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2014.

_____. 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: *Nova Fronteira*, 2010.

_____. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. 2ªed. São Paulo: *Globo*, 2015.

_____. 1889 - Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2013.

ARTIGOS EM JORNAIS E SITES

BUARQUE, Daniel. Receita do *best-seller*. *GI*, São Paulo. 09 set. 2011. Disponível em < <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html> > Acesso em 23 de abr. 2015.

BUENO, Eduardo. O historiador pop. *Isto É*. 24 fev.1999. Entrevista concedida a Celina Côrtes. Disponível em < http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/28843_O+HISTORIADOR+POP > Acesso em 01 de Junho de 2015.

_____. Contador de história. *Extra Classe*, Nov. 2000. Entrevista. Disponível em < www.sinprors.org.br/extra/nov00/entrevista.asp > Acesso em 03 jan. 2015.

_____. Em livros de sucesso, historiadores e jornalistas travam guerra sobre o país. *Correio Braziliense*. 28 out. 2010. Entrevista concedida a Ana Clara Brant. Disponível em < http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/10/28/interna_diversao_arte,220285/index.shtml > Acesso em 29 mai. 2015.

COLOMBO, Sylvia. Passado é sucesso nas livrarias. Caderno Mais!. *Folha de S. Paulo*. 05 de abr. 1998.

DA REDAÇÃO. A História na ótica de quem vive no mar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 jul. 1998.

DORIGATTI, Bruno. Laurentino Gomes, best seller atípico. *Saraiva Conteúdo*. 22 de jun. 2010. Disponível em < <http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10332> > Acesso em 04 de Jun. 2015.

FNAC. *A carne e o sangue* - Mary Del Priore. Disponível em < <http://www.fnac.com.br/a-carne-e-o-sangue/p/606380> > Acesso em 08 de jun. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. História do Brasil lidera em não-ficção. 06 dez. 1998. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs06129810.htm> > Acesso em 30 de mai. 2015.

GASPARI, Elio. “1808”, um sucesso de simplicidade e trabalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2009. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3008200918.htm> > Acesso em 20 de abr. 2015.

GOMES, Laurentino. Entrevistas Digitales. *El País* (edição online brasileira). 07 abr. 2014. Chat de entrevista entre o jornalista e leitores. Disponível em < <http://www.elpais.com/edigitales/entrevista.html?id=10834> > Acesso em 10 de abr. 2015.

_____. “1822” é “candidato natural” a virar minissérie. *Folha Online*. São Paulo. 18 set. 2010. Entrevista concedida ao jornalista Marcos Peres. Disponível em < <http://noticias.bol.uol.com.br/folhaonline/ilustrada/2010/09/18/laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a-virar-miniserie.jhtm> > Acesso em 18 de abr. 2015.

_____. O Brasil desqualifica seu passado. *Revista Época*, 10 set. 2010. Entrevista concedida a Danilo Venticinquê. Disponível em < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI170283-15220,00-LAURENTINO+GOMES+BRASIL+DESQUALIFICA+SEU+PASSADO.html> > Acesso em 28 de mar. 2015.

_____. Livro sobre 200 anos da chegada da família real torna-se fenômeno editorial. *Folha de S. Paulo*. 03 mar. 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u378093.shtml> > Acesso em 15 de mar. 2016. Entrevista a Sylvia Colombo.

_____. Bate-papo com Laurentino Gomes. 27 fev. 2008. Conversa entre autores e leitores que era organizada pelo UOL. Disponível em < <http://tc.batepapo.uol.com.br/convidados/arquivo/livros/laurentino-gomes-fala-de-historia-do-brasil-e-do-best-seller-1808.jhtm> > Acesso em 10 mai. 2016.

GRAÇA, Eduardo. História nunca dantes contada. Caderno B. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1998

GRAÇA, Eduardo. Os latifúndios coloniais hereditários. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1999.

HAAG, Carlos. Coleção revela o lado íntimo do país. Caderno de Cultura. *O Estado de São Paulo*. 10 de mai. 1997.

História do Brasil lidera em não-ficção. *Folha de São Paulo*. 06 dez. 1998. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs06129810.htm> > Acesso em 30 de mai. 2015.

LEMLE, Marina. 1808 em vários sentidos. *Revista de História*, 20 jun. 2008. Disponível em < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/gente-da-historia/1808-em-varios-sentidos> > Acesso em 01 de nov. 2014.

LIMA, João Gabriel de. et al. No rastro da História. Livros. *Revista Veja*. 08 de out. 1997. pp. 132-136.

Livraria da Folha. Monte sua estante com best-sellers de história. 26 de nov. de 2011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1010017-monte-sua-estante-com-best-sellers-de-historia.shtml> > Acesso em 06 de jun. 2015.

LUSTOSA, Isabel. A História é uma aventura. Idéias/Livros. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 nov. 1998. p.03.

MAESTRI, Mário. A historiografia trivial. *Correio da cidadania*, 1999. Disponível em < <http://www.correiodacidade.com.br/antigo/ed148/opinio.htm> > Acesso em dez. 2014.

MAIA, Maria Carolina. Entrevista. Eduardo Bueno: como a história se repete no Brasil. *Veja Online*. 04 set. 2010. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/eduardo-bueno-lula-repete-paternalismo-de-vargas/> > Acesso em 22 de ago. 2015.

_____. Entenda por que Eduardo Bueno é pop. *Revista Veja*. 04 de set.2010. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/best-seller/entenda-por-que-bueno-e-pop/> > Acesso em 01 de jun. 2015.

MENDONÇA, Alba Valéria. Nas ondas do descobrimento. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 de set. 1998.

MESSIAS, Carlos; ALMEIDA, Marco. História é coisa do passado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3008201109.htm> > Acesso em 21 de abr. 2015.

MILLEN, Mânia. A História pelo viés 'beat'. *O Globo*. Prosa & Verso. p.06. 05 dez. 1998.

MORAIS, Fernando. Entrevista. 21 de Dez. 2015. *Jornal O Dia*. Disponível em < <http://odia.ig.com.br/noticia/mundoeciencia/2014-12-21/fernando-morais-salvo-para-raul-obama-e-o-papa-foi-surpresa-para-todo-mundo.html> > Acesso em 07 de Junho de 2015.

OLIVEIRA, Cecília H. S. Resenha, 1822. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, nº 62, nov. 2010. p. 92.

ORICCHIO, Luiz Zanin. Para privar com medievais e renascentistas. Cultura. *O Estado de São Paulo*. 25 de out. 1990. p.93.

PINHEIRO, Fernando. Para ler Paulo Coelho. Ilustríssima. *Folha de S. Paulo*. 20 Jan. 2013. Disponível em < www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/89423-para-ler-paulo-coelho.shtml > Acesso em 10 de jun. 2015.

PRIORE, Mary Del. O ano que definiu o Brasil. *Revista Veja*. São Paulo, 12 set. 2007. pp.126-128.

RBN, Bueno disseca “verdadeira” história do Descobrimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 out. 1998. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq03109823.htm> > Acesso em 20 de abr. 2015.

Revista Cult. Crítica e historiador falam sobre os ganhadores do Jabuti. 2011. Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/> > Acesso em 26 de abr. 2015.

SABINO, Mario. Quando a História é uma delícia. *Revista Veja*. São Paulo: pp. 141 – 145, 08 set. 2010.

SALIBA, Elias Thomé. A realeza em saborosos capítulos. Caderno 2 de *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. D-2, 30 set. 2007.

SCALZO, Fernanda. Apelação sexual. "Nova história" do Brasil é sensacionalista e fraca. *Revista Veja*. Página 122. São Paulo. 16 jul. 1997.

SCHWARCZ, Lilia. Laurentino Gomes. *Revista Época*. 05 dez. 2008. Disponível em < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EIT178-16091,00.html> > Acesso em 08 de jun. 2015.

SERVA, Leão. Autor de "A Capital da Vertigem" capta espírito de SP e humaniza fatos históricos. *Folha de S. Paulo*. 23 Mai.2015. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/05/1632461-autor-de-a-capital-da-vertigem-capta-espirito-de-sp-e-humaniza-fatos-historicos.shtml> > Acesso em 30 de abr. 2015.

TEIXEIRA, Jerônimo. Um passado bem presente. *Revista Veja*. São Paulo: pp. 146 – 149. 08 set. 2010.

TOLEDO, Roberto Pompeu. Livro "A capital da Vertigem" flagra crescimento de SP. *O Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Ubiratan Brasil. 23 de mai. 2015. Disponível em < <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,livro-a-capital-da-vertigem-flagra-crescimento-de-sp,1692695> > Acesso em 04 de jun. 2015.

TRIGO, Luciano. O fenômeno Laurentino Gomes. *G1*, 07 nov. 2008. Disponível em < <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/11/07/o-fenomeno-1808-de-laurentino-gomes/> > Acesso em 22 de abr. 2015.